

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

DANIELLY MENDES DOS SANTOS

“NÃO VAI TOCAR FUNK, NÃO, NE?!”:
Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile da Serra

Belo Horizonte

2020

Danielly Mendes dos Santos

**“NÃO VAI TOCAR FUNK, NÃO, NE?!”:
Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile da Serra**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção de título de Mestra em Administração.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade.

Orientador: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.

Belo Horizonte

2020

Ficha Catalográfica

S237n
2020

Santos, Danielly Mendes dos.
“Não vai tocar funk, não, ne?!”[manuscrito] : gênero e
subjetividades negras periféricas no organizar do Baile da Serra /
Danielly Mendes dos Santos. – 2020.
159 f.: il.

Orientador: Luiz Alex Silva Saraiva.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
Inclui bibliografia (f. 136-146), apêndices e anexos.

1. Relações de gênero – Teses. 2. Comportamento organizacional –
Teses. 3. Funk (Música) – Teses. I. Saraiva, Luiz Alex Silva.
II. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Pós-Graduação e
Pesquisas em Administração. III. Título.

CDD: 658

Elaborado por Leonardo Vasconcelos Renault CRB-6/2211
Biblioteca da FACE/UFMG – LVR/096/2020



**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Ciências Econômicas
Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração
Programa de Pós-Graduação em Administração**

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO da Senhora **DANIELLY MENDES DOS SANTOS**, REGISTRO N° 705/2020. No dia 04 de março de 2020, às 10:00 horas, reuniu-se na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, a Comissão Examinadora de Dissertação, indicada pelo Colegiado do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração do CEPEAD, em 12 de fevereiro de 2020, para julgar o trabalho final intitulado **"NÃO VAI TOCAR FUNK, NÃO NÉ?": gênero e subjetividades negras periféricas no organizar do Baile da Serra**", requisito para a obtenção do **Grau de Mestre em Administração**, linha de pesquisa: **Estudos Organizacionais, Trabalho e Sociedade**. Abrindo a sessão, o Senhor Presidente da Comissão, Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva, após dar conhecimento aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado final:

- APROVAÇÃO;
- REPROVAÇÃO.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Senhor Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 04 de março de 2020.

NOMES

ASSINATURAS

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva.....
 ORIENTADOR (CEPEAD/UFMG)
 Profª. Drª. Juliana Cristina Teixeira.....
 (DECAC/UFESJ)
 Profª. Drª. Vitória Régia Izaú
 (FAE/UEMG)

(Handwritten signatures in blue ink)

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela, porque tudo é desestabilizado a partir da base da pirâmide social onde se encontram as mulheres negras, muda-se a base do capitalismo”.

Angela Davis

“Sou grata às muitas mulheres e homens que ousam criar teoria a partir do lugar da dor e da luta, que expõem corajosamente suas feridas para nos oferecer sua experiência como mestra e guia, como meio para mapear novas jornadas teóricas”.

Bell Hooks

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Conceição Evaristo

“Porque, pra eles, o Funk não é cultura. Então, isso aí até hoje acontece. Até mesmo quando você vai, chega lá e fala assim: "Ah, eu vou fazer um evento", aí eles já falam assim: "Não vai tocar Funk, não, né?". É a primeira pergunta que eles fazem. Se você falar que vai tocar Funk, já muda todo o sentido”.

Maria

Ser dsilexa é oginzrar os ptesmeaons de uma fimroa dfreietne! Ser mluehr nrgea priferica DsiIexa em um epsçao amcêdmcio que te omepire, é ter a ctereza que a ltua das nsssoas acntersais ctoniua vvía, a cdaa cboatme vceidno.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço todas as forças e energias que caminham comigo guiando meus atos e pensamentos. Agradeço por toda a proteção e iluminação durante esta jornada.

A pós-graduação, sem dúvidas, foi pra mim o desafio mais difícil nesta minha breve e intensa trajetória de vida. Não consigo dimensionar o poder transformador da minha entrada na universidade federal por intermédio das cotas raciais para a pós-graduação. A noção de que meu corpo é político é anterior a entrada no mestrado, mas se tornou nesses últimos dois anos uma força inimaginável para que eu pudesse permanecer no ambiente acadêmico. Incontáveis foram as oportunidades que tive de aprender com professores, colegas, alunos e trabalhadores da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Mas também, muitos foram os momentos que me questioneei sobre a minha permanência nesse espaço, espaço esse que faz questão de te lembrar das suas origens e de qual lugar esperam que você fale.

Eu falei, e como falei! Em uma turma na qual as duas pessoas negras (mulheres) presentes equivaliam a 5% dos alunos, minha voz ecoava como um grande incômodo. A tensão às vezes era elevada a níveis críticos, mas o esforço e a força que desprendia para estar nesse lugar me fizeram resistir. O ambiente acadêmico pode ser, e, é um ambiente nocivo, não romanceio esse lugar. Minha entrada e permanência na universidade não foram fáceis, mas também esse é um local de afeto e experiências inimagináveis. Muitos dizem que não sou fácil, mas quem disse que a vida é fácil para alguém? Tencionei, até não ter mais forças, e ter a certeza que dei o melhor de mim. Ainda não sei se tomei a decisão certa, somente sei que foi a decisão mais transformadora de toda a minha vida.

Desde a decisão que tentaria o processo seletivo do Mestrado até a conclusão (ou não) dessa jornada, inúmeras pessoas contribuíram de diferentes formas para que o título de Mestra fosse possível. Mesmo sem conseguir dimensionar a grandiosidade dessa caminhada, atesto ser de extrema importância demonstrar minha gratidão por todos que estiveram comigo nesse momento.

Para Mainha, Daniel e Iara, por termos sobrevivido aos nossos piores dias juntos. -

Mainha é assim que chamamos nossa mãe, Maria Ilza, ao qual devo tudo isso que está acontecendo em minha vida. A chamar de guerreira nesse momento não é romancear todos os percalços vividos pelas mulheres negras nesse país, mas enfatizar todas as guerras travadas por ela para que eu pudesse estar hoje escrevendo esse texto. A ela devo toda a provisão de amor, afeto, respeito, alimentação, saúde, vestimenta e outros tantos cuidados destinados a nós. É inexplicável como posso perceber sua presença em tudo em minha vida. Daniel (Dé) e Iara (Gu), meus amados irmãos, aos quais até hoje temos brigas bobas pelo controle da televisão e discussões políticas importantes. Obrigada por terem sido parte fundamental desse alicerce da nossa família, ao qual tenho certeza que se fortaleceu após as diversas seções de quimioterapia (que susto Daniel) e afastamentos não planejados. Foi dividindo um único cômodo durante vários anos com vocês que aprendi que família tem um significado diferente para cada um de nós. SOMOS MESTRES!

Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva, meu orientador, ao qual me fez enxergar outro caminho possível como pesquisadora. Luiz, obrigada por compartilhar comigo momentos de diversão, tristeza, conquistas, batalhas e conhecimento. Não posso deixar de agradecer pelo campo, por sua sensibilidade e por toda a compreensão durante essa jornada.

Às mulheres negras intelectuais membras da minha banca; mais um sonho realizado, uma banca composta por mulheres negras. À Prof. Dr.^a Vitória Régia Izaú, madrinha Vitória, pelos mais de 13 anos de cuidado comigo, por ter sido peça fundamental na reconstrução da minha identidade, e uma das maiores incentivadoras da minha vida acadêmica. Obrigada por ter me acompanhado desde o início dessa trajetória, e por ter aceitado o convite de ler, avaliar e contribuir com a elaboração desse trabalho.

À Prof. Dr.^a Juliana Cristina Teixeira, por ter sido uma das maiores fontes de inspiração em pesquisas étnico-raciais e de gênero em administração ao qual tive contato. Obrigada por todo o carinho e escuta atenta dedicada a mim e pelas indicações de leitura. Sua contribuição desde a qualificação até esse momento foi de extrema importância para que eu me tornasse a pesquisadora em administração que sou.

Aos amigos e colegas que encontrei no NEOS, aos quais tiveram papel fundamental no meu crescimento como pesquisadora e sujeita. Aos professores do CEPEAD e principalmente do

NEOS, por terem me permitido um olhar mais crítico a diversas instâncias da administração e pelos tensionamentos sempre cheios de conhecimento e afeto.

Aos trabalhadores do Centro de Pós-graduação e Pesquisas em Administração, ao quais suas aditividades são fundamentais para o cumprimento de diversas atividades necessárias para o bom funcionamento do centro de pesquisa. Aos trabalhadores da Faculdade de Ciências Econômicas por cuidarem tão bem daquele espaço e por terem me escutado, quando diversas vezes questionava as normas do prédio e principalmente o uso da catraca.

Agradeço aos amigos que fiz na pós-graduação, em especial ao Carlos e Gabriella, pela escuta atenta e por compartilharmos nossas conquistas e anseios. À Elisângela e à Ana Flávia, as quais nosso relacionamento foi se estreitando à medida que as especificidades de sermos mulheres negras na academia foram sendo marcadas por momentos de trocas intensas. Pretas, obrigada por termos nos fortalecido e termos construído uma disciplina para a graduação tão rica e potente. À Chiara, que foi meu maior alicerce desde a entrada no mestrado, com você aprendi tantas coisas, compartilhei risos e também lágrimas de tristeza, me diverti bastante e cresci como mulher. Crescemos juntas nesses dois anos, e esse trabalho só foi possível, pois você não soltou minha mão em momento algum, mesmo de longe.

À Mirlan. Conhecemo-nos há tanto tempo que te considero minha irmã. Obrigada por lá no ensino médio ter compartilhado seus sonhos comigo, por não termos imaginado ter chegado tão longe juntas, mas ao mesmo tempo termos construído todos os nossos caminhos no mesmo sentido. Você é uma inspiração real, de uma força única, de uma doçura e leveza que acalma meu coração ansioso. Essa conquista também é sua. Agradeço também a todos os amigos que me apoiaram e estiveram comigo.

Às revisoras desse trabalho, Amanda e Iara. Iara, sem você os primeiros textos desta pesquisa ficariam inteligíveis. Obrigada, minha irmã, pela paciência, pelos comentários irônicos e por saber que sempre posso contar com você. Amanda, é um prazer ter mais uma mulher negra revisando meu trabalho, obrigada pela compreensão e todos os apontamentos, confio muito no seu trabalho.

Agradeço ao Afirmação na Pós-Graduação, desde o momento da entrada no curso preparatório para o Mestrado até o momento em que devolvo todo o conhecimento adquirido

para os próximos mestrandos. Meu coração se enche de alegria em ver cada tutorando entrando na pós-graduação e alcançando voos altos. Nunca imaginei que essa troca seria possível, a vocês agradeço pela experiência em docência mais doce e enriquecedora que já tive.

Aos colegas de trabalho que me incentivaram em diferentes momentos dessa caminhada. À Gabriela, por todo o cuidado e escuta nas seções de terapia e por ser essa psicopedagoga maravilhosa, que me fez entender que ter dislexia é somente organizar os pensamentos de uma forma diferente e que a vergonha nada contribui para meu crescimento. As crises de pânico que não surgiram na pós, mas que voltaram com certa intensidade, foram tratadas com muita competência por diversos profissionais, meu muito obrigada pelo cuidado com minha saúde mental e emocional.

Agradeço às mulheres que fazem parte dessa pesquisa. Por toda a paciência, por terem me permitido conhecer suas intimidades e terem aberto as portas dos seus lares para que suas histórias e, conseqüentemente, a do Baile da Serra fossem contadas.

Agradeço ao Observatório das Quebradas pelo afeto e troca em meio ao caos, com vocês que me tornei essa gestora cultural que tanto me orgulho. Aos diversos coletivos e iniciativas culturais as quais tive contato, em especial ao Grupo Identidade e o Lá da Favelinha. Aos diversos artistas do Aglomerado da Serra, que com suas sensibilidades me permitem olhar o mundo com outras lentes. Ao território Aglomerado da Serra que me acolheu de uma forma indescritível, onde faço morada atualmente.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por me oportunizar a bolsa recurso sem ao qual essa pesquisa não poderia ser realizada.

Aos diversos amigos aos quais me guiaram na busca por uma nova espiritualidade. A Deus e aos Orixás, por guiarem minha caminhada e por abrirem os meus caminhos. Àse!

RESUMO

Esta pesquisa teve como intuito responder ao seguinte problema: como se manifestam o gênero e as subjetividades negras periféricas no organizar de um baile funk na cidade de Belo Horizonte? Tendo os seguintes objetivos específicos: i) compreender quais as subjetividades das mulheres negras envolvidas no organizar do baile; ii) descrever a história do Baile da Serra como organização; iii) identificar as práticas organizativas empreendidas pelas mulheres negras no organizar do baile. Fundamentada em uma perspectiva crítica dos Estudos Organizacionais essa pesquisa buscou demonstrar que o olhar limitado sobre organização e as formas de organizar presentes no *mainstream* do campo da Administração podem e devem ser superados. Nessa perspectiva, o desafio desse trabalho foi pensar outras possibilidades de arranjos organizacionais. Desse modo, o conceito de organizações outras foi escolhido nessa pesquisa para caracterizar a organização do Baile da Serra, que possui uma realidade de gestão diversa, múltipla, permitindo assim, a partir da captura do cotidiano de sua organização e das pessoas que compõe seu organizar, compreender suas práticas organizativas. Ao adotar as estratégias da pesquisa qualitativa realizei o uso de diversos instrumentos para as coletas de dados, cada um foi fundamental para a concepção final da dinâmica organizacional do Baile da Serra. A metodologia baseada na Análise Crítica do Discurso proposta por Van Dijk foi a abordagem que utilizei para analisar os dados produzidos em campo por intermédio das entrevistas semiestruturadas e a técnica de letras de música. O arcabouço teórico incluiu aspectos importantes para a compreensão das dinâmicas organizacionais do Baile da Serra. Entender qual a noção de sujeito e subjetividade que se alicerça esta pesquisa se torna importante para abarcar os conceitos de gênero e subjetividade utilizados. A escolha dos conceitos elencados anteriormente deu suporte para que fosse possível apresentar a constituição histórica, social e política das periferias e favelas e do Aglomerado da Serra e, conseqüentemente, entender quem são as sujeitas e sujeitos que ocupam esses territórios. Mediante a riqueza dos dados, elaborei três grandes tópicos de análise que foram estruturados como capítulos teórico-empíricos, a saber: Funk como mobilizador: mulheres negras e subjetividades funkeiras; Organizações-outras: conhecendo o Baile da Serra; Práticas organizativas: organizando o baile funk. O funk, nesse trabalho, se torna um elemento-chave, em relação às sujeitas que compõe o organizar do Baile da Serra, ele se destaca por ser um potencial mobilizador político para essas. Diante das narrativas dessas, busquei descrever, com auxílio da teoria de organizações proposta pelos Estudos Organizacionais, como o Baile da Serra, por intermédio das ações cotidianas de seus organizadores, pode ser considerado uma organização, uma organização outra. Dessa forma, essas organizações elas também podem ser compreendidas sob a perspectiva das subjetividades, nas quais as sujeitas e sujeitos envolvidos em sua dinâmica organizacional, a partir dos seus saberes, constroem e reconstróem suas práticas organizativas de acordo com o contexto social. Os resultados obtidos após a análise organizacional do Baile da Serra apontam para um aspecto muito importante que é discutir a criminalização do funk.

Palavras Chave: Gênero; Subjetividades; Interseccionalidade; Baile Funk; Organizações Outras.

ABSTRACT

This research aimed to answer the following research problem: how do gender and peripheral black subjectivities manifest themselves in the organization of a funk dance in the city of Belo Horizonte? Having the following specific objectives: i) to understand the subjectivities of black women involved in the organization of the ball. ii) describe the history of Baile da Serra as an organization; iii) identify the organizational practices undertaken by black women in organizing the ball. Based on a critical perspective of Organizational Studies, this research sought to demonstrate that the limited view on organization and the forms of organizing present in the mainstream of the field of Administration can and must be overcome. In this perspective, the challenge of this work was to think about other possibilities of organizational arrangements. In this way, the concept of other organizations was chosen in this research to characterize the organization of Baile da Serra, which has a diverse, multiple management reality, thus allowing from the capture of the daily life of its organization and the people who compose its organizing, understand their organizational practices. In adopting in this research the strategies of qualitative research, I made use of several instruments for data collection, each one was fundamental for the final conception of the organizational dynamics of Baile da Serra. The methodology, based on the Critical Discourse Analysis proposed by Van Dijk was the approach that I used to analyze the data produced in the field through semi-structured interviews and the lyrics technique. The theoretical framework of this research comprised important aspects for understanding the organizational dynamics of Baile da Serra. Understanding the notion of subject and subjectivity that underlies this research becomes important to encompass the concepts of gender and subjectivity used. The choice of the concepts listed above gave support for it to be possible to present the historical, social and political constitution of the peripheries and favelas and the Agglomerado da Serra and consequently understand who are the subjects and subjects that occupy these territories. Through the richness of the data, I elaborated three major analysis topics that were structured as theoretical-empirical chapters, namely: Funk as a mobilizer: black women and funkeira subjectivities; Other organizations: knowing the Baile da Serra; Organizational practices: organizing the funk dance. Funk in this work becomes a key element, in relation to the subjects that make up the organization of Baile da Serra, it stands out for being a potential political mobilizer for these subjects. In view of the subjects' narratives, I sought to describe with the help of the theory of organizations proposed by Organizational Studies, how the Baile da Serra through the daily actions of its organizers can be considered one organization, another organization. In this way, these organizations can also be understood from the perspective of subjectivities, in which subjects and subjects involved in their organizational dynamics from their knowledge, build and reconstruct their organizational practices according to the social context. The results obtained after the organizational analysis of Baile da Serra point to a very important aspect which is to discuss the criminalization of funk.

Keywords: Gender; Subjectivities; Intersectionality; Funk Party; Other Organizations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tríade discurso, cognição e sociedade.....	45
Figura 2 – Planta geral da Cidade de Minas – 1895.....	81
Figura 3 – Aglomerado da Serra.....	84
Figura 4 – Logo Baile da Serra – Festa de Natal da Serra – 25/12/2019.....	93
Figura 5 – Baile da Serra Virada Cultural – 21/07/2019.....	99
Figura 6 – Solicitação de licenciamento (alvará).....	120
Figura 7 – Observatório das Quebradas.....	121
Figura 8 – Estrutura – Baile da Copa – 17/06/2018.....	123
Figura 9 – Estrutura fixa, estrutura variável, despesas com licenciamento.....	124
Figura 10 – <i>Line</i> (artistas).....	124
Figura 11 – Venda de bebidas.....	128
Figura 12 – Montagem barraca de bebidas – Baile da Serra Tarde Cultural – 13/01/2019.....	128
Figura 13 – Atores sociais envolvidos no organizar do Baile da Serra.....	129
Figura 14 – O Organizar do Baile da Serra.....	129

LISTA DE SIGLAS

ACD – Análise Crítica do Discurso

BPM – Batidas por Minuto

COEP – Comitê de Ética em Pesquisa

COMOVEEC – Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais

EO – Estudos Organizacionais

ECD – Estudos Críticos do Discurso

DJ – Disc Jockey

GET – Grupo de Estudo e Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MC – Mestre de Cerimônias

MLB – Movimento de Luta nos Bairros

MST – Movimento Sem Terra

NEOS – Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

URBEL – Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte

SUMÁRIO

PRÓLOGO	14
INTRODUÇÃO	19
1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	28
1.1 O campo, seu estranhamento e as escolhas teórico-metodológicas	28
1.2 O posicionamento epistemológico, ético e as minhas reflexões como pesquisadora	30
1.3 Sujeitas de pesquisa e as mulheres negras como protagonistas de suas histórias	34
1.4 A construção metodológica e os instrumentos para geração de dados	39
1.5 Análise Crítica do Discurso e a proposta de análise	43
2 GÊNERO E SUBJETIVIDADES NEGRAS PERIFÉRICAS: AS ABORDAGENS TEÓRICAS DA PESQUISA	50
2.1 Gênero	50
2.1.1 <i>Gênero como uma categoria de análise interseccional</i>	50
2.1.2 <i>Marcadores Sociais</i>	54
2.2 Sujeito e Subjetividade	59
2.2.1 <i>Concepções de Sujeito</i>	60
2.2.2 <i>Concepções de Subjetividade</i>	62
2.3 Periferias e Favelas	65
2.3.1 <i>Sujeitos periféricos e favelados em um território racializado</i>	65
2.3.2 <i>Conceituando periferias e favelas em diferentes perspectivas</i>	72
2.3.3 <i>Da formação das favelas ao Aglomera da Serra</i>	78
3 ORGANIZANDO O BAILE FUNK: GÊNERO E SUBJETIVIDADES NEGRAS PERIFÉRICAS NO ORGANIZAR DO BAILE DA SERRA	85
3.1 Organizações-outras: conhecendo o Baile da Serra	85
3.2 Funk como mobilizador: mulheres negras e subjetividades funkeiras	100
3.3 Práticas organizativas: organizando o baile funk	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEGUE O BAILE!	129
REFERÊNCIAS	136
APÊNDICES	147
Apêndice A - Roteiro Semiestruturado de Entrevistas	147
ANEXOS	149
Anexo A – História do Baile da Serra	149
ANEXO B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	152
Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	156

PRÓLOGO

13 de outubro de 2016, Malacacheta, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais

Eu não me lembrava de conhecer tantas pessoas, algumas me chamavam pelo nome, outras, pelo apelido da infância que tinha feito questão de esquecer, apelido esse que me foi dado por elas. Eu olhava fixamente para um letreiro luminoso com letras vermelhas que estava ao fundo da capela de velório, como eu não sabia o nome da minha própria avó? Como este detalhe tinha passado despercebido?

Dona Preta – Maria Gomes

Maria? Esse nome tão comum em Malacacheta era também o nome de Vó Preta. Depois de horas ali sentada esperando aquele momento que parecia infinito chegar ao fim, eis que ao observar o nome da minha avó ali escrito em letras vermelhas e luminosas, tudo fez sentido. Eu estava em um dos momentos da minha vida no qual me questionava os caminhos que tinha escolhido para o futuro. Será que Vó Preta teve a mesma oportunidade? Quais escolhas ela teve que fazer para viver e sobreviver? Quais escolhas ela tinha feito pensando em mim? Será que ela teve oportunidade de fazer escolhas?

16 de junho de 2017, Belo Horizonte, Minas Gerais

Expediente se encerrando, clima estranho, um silêncio pouco comum para uma tarde de sexta-feira na construtora. Terminei de juntar minhas coisas pra ter certeza que não estava esquecendo algo. Separei as chaves, deixei-as dentro da gaveta, a hora de me despedir chegou. Despeço-me com um olhar altivo, agradecido por aquele tempo que convivemos juntos, ainda faltam algumas pessoas para me despedir, e quando acontecer a despedida formal com direito a cerveja e churrasco eu concluirei esta fase.

Chego em casa, uma crise de choro é desencadeada. Será que tomei a decisão certa? Será que terei a oportunidade de ter um trabalho desses outra vez na vida? Será que eu poderia ter feito a escolha de deixar um trabalho de seis anos por algo totalmente instável? Será que eu sei o que estou fazendo?

6 de dezembro de 2017, Belo Horizonte, Minas Gerais

Convoco toda a família, hoje vamos beber *Chandon* (este que eu guardava há dois anos esperando uma ocasião especial) e comer pizza, o resultado do processo seletivo do mestrado saiu. Vamos “bebemorar”! Tento explicar para alguns familiares o que significa o mestrado e o que eu vou fazer nesses 24 meses, tentativa em vão, todos estão interessados na pizza quentinha que tinha acabado de chegar. Alguns dizem que vou ficar “doida” de tanto estudar, outros dizem que eu deveria entrar para a política, mas o consenso era geral, nesta família preta as conquistas são compartilhadas e recebidas com muito amor e cuidado.

2017 e 2018, os anos das escolhas

Os anos de 2017 e 2018 se tornam os mais decisivos na minha vida, vida essa que mesmo curta, foi permeada de escolhas, muitas delas não foram feitas por mim. Depois do falecimento da minha avó paterna, Vó Preta, essas ficaram ainda mais “escuras”. As mulheres pretas da minha vida tiveram papel fundamental para que eu pudesse fazer certas escolhas nesse momento.

Lembro-me da minha infância em que tive a oportunidade de ser educada por uma mulher preta, analfabeta, lavadeira e que se alimentava com as mãos. Sim, Vó Preta não utilizava talheres para se alimentar. Ao refletir sobre isso, percebo que esse fato nunca foi um problema para nós, comer com as mãos não nos fez repetir o mesmo ato dela (não que eu veja problema nisso), provavelmente foi o que nos fez dar mais valor à comida e a tantos outros recursos que nos eram tão escassos em uma cidade pequena no interior do vale do Jequitinhonha. Vó Preta era lavadeira, fato que descobri somente no dia do seu falecimento, apesar de lembrar das roupas quarando no quintal e de varais cheios de roupas de que tínhamos que manter distância, um desafio para crianças bem curiosas que éramos.

De outro lado se destaca também a figura de Vó Maria, minha avó materna, que Vó Preta chamava de Maria Teodoro ou Maria das Revistas, uma mulher negra, também analfabeta, que mesmo aposentada revendia produtos via catálogo, por isso a chamavam de Maria das Revistas. Vó Maria, como a chamamos, não teve um papel de cuidado direto comigo, mas ela foi o alicerce principal para que minha mãe pudesse alcançar certos espaços. Em um contexto no qual o acesso ao ensino era permeado por dificuldades, “mainha” consegue, mesmo que

tardamente, concluir o ensino médio e, posteriormente, o curso técnico em enfermagem. Nada disso seria possível sem o apoio dessas mulheres pretas que, cada uma a seu modo, a fortaleceram para que hoje eu pudesse escrever esse texto.

Todas essas escolhas resvalaram nas minhas próprias. Após me mudar de Teófilo Otoni para Belo Horizonte, aos 12 anos, percebi todas as oportunidades que a “cidade grande” poderia me proporcionar. E uma delas era no âmbito financeiro. Ao ver minha mãe se desdobrando entre um trabalho fixo e faxinas aos finais de semana para nos proporcionar um conforto maior, decidi que trabalhar pelo menos a aliviaria das despesas comigo. Assim, aos 14 anos eu já trabalhava, nada que pudesse comprometer os estudos, algo inadmissível para ela. Entre os estudos e buscas por fontes de renda, aos 17 anos começo a estagiar em uma construtora, e o que era uma oportunidade de aprendizagem, se tornou meu primeiro emprego de carteira assinada, ainda menor de idade.

Um emprego fixo, com pagamento garantido todo 5º dia útil, foi a certeza que os planos de cursar uma faculdade poderiam ser concretizados. Assim, eu trabalhava durante o dia e cursava o ensino médio à noite, rotina que se seguiu no curso de Ciências Biológicas, o qual cursei durante dois períodos, e no curso de Gestão de Recursos Humanos, o qual conclui por intermédio do PROUNI. Consequentemente, com o passar dos anos, as responsabilidades aumentaram e, agora, efetivada e estável, eu conseguira alcançar o que almejava, um emprego fixo e na minha área de formação. Mas quem disse que isso duraria muito tempo?

Atravessada pelas demandas do mercado de trabalho e a minha consciência política e racial, o blog, criado em 2015, se torna um trabalho e outra fonte de renda. Mas ainda faltava algo, a tão desejada vida acadêmica. Depois de intensas sessões de terapia, e a consciência de que eu tinha um excelente emprego de seis anos, decidi abrir mão de toda essa estabilidade para me dedicar ao processo seletivo do mestrado. Deu certo! Aqui estou, com muitos medos e angústias próprias da vida e com uma certeza, eu fiz a escolha certa, escolha que não foi feita somente por mim, mas por todas as mulheres pretas da minha vida.

Vaga garantida, mestrado iniciado com sucesso, bolsa garantida, sem a qual eu não conseguiria continuar na vida acadêmica, só faltava um tema. O tema assombra todos nós: a certeza dele ou não certeza, nos faz “fritar” durante esse período de 24 meses. Diante das vastas possibilidades de pesquisas, surge uma proposta de investigação, feita pelo meu

orientador, atrelada ao Baile da Serra em Belo Horizonte. A proposta consistia em ir ao Baile, e a partir de observações, pensar na possibilidade do baile como *locus* da pesquisa.

Até hoje não consigo descrever a minha identificação quase imediata com o baile e com o Aglomerado da Serra. Algo ali me era familiar: a periferia, aquele lugar de onde eu vim, uma periferia que fica do outro lado da cidade, mais exatamente a Vila Fazendinha e o Bairro São Gabriel. Meus olhos brilharam e meu coração pulsava ao som do 150 BPM, com as pessoas, com o ambiente: eu estava literalmente em casa!

Ao frequentar o baile na fase exploratória da pesquisa, muitos aspectos se revelaram importantes, e, ao mesmo tempo, eu me reconstituía como a mulher funkeira que sempre fui, mas que estava adormecida entre os diversos compromissos assumidos ainda cedo com o mercado de trabalho. Ao observar as diferentes configurações do baile, algo ficou bem “escuro”: as mulheres têm papel fundamental para que ele aconteça. Como diz a Dr.^a Tempestade¹, “Se não tiver mulher no baile, vira rap”.

Fevereiro de 2020

Muita coisa mudou depois da escrita desse prólogo em março de 2019, quase um ano depois termino a escrita da minha dissertação. Sou uma nova mulher, que passou por uma grande transformação no decorrer dessa pesquisa. Ao refletir sobre a provocação sobre o título anterior da dissertação: “SE NÃO TIVER MULHER NO BAILE, VIRA RAP: gênero e subjetividades negras periféricas no organizar do baile funk”, e se esse não poderia provocar uma disputa entre os ritmos funk e rap, na entrevista realizada com Tempestade conversei melhor sobre o tema.

Essa afirmação “Se não tiver mulher no baile, vira rap” foi proferida por Eliane Dias, ao se referir ao fato de não ter deixado seu filho cantar funk no início de sua carreira. Ao utilizar a afirmação de Eliane, o intuito não é causar uma polarização entre os ritmos, ou dizer que um ambiente possui mais homens que outro, ou mais mulheres que outro, mas suscitar uma discussão sobre a presença das mulheres no funk. Nesse sentido, na minha concepção, a figura

¹ Nome fictício escolhido pela sujeita de pesquisa.

da mulher se apresenta de diferentes formas em variados estilos musicais, e no funk ela se faz presente de outra forma, pela sexualidade, essa que será abordada nessa dissertação.

INTRODUÇÃO

As piranhas do Serrão, essas sim são pela orde, pela orde, desce rebolando...

MC L da Vinte (Dia de Plantão)

A pesquisa estava no início, entre as diversas disciplinas, artigos, congressos e vida pessoal, eu me dividia entre a dedicação à fase inicial do mestrado e à pesquisa de campo. Após algumas idas ao Baile da Serra, que aconteciam geralmente aos domingos no Aglomerado da Serra, o dever de compreender melhor o campo e o fenômeno do baile trouxeram a necessidade de me aprofundar em questões ainda não pensadas no âmbito da pesquisa.

Os primeiros contatos com o baile se deram por meio de convites feitos pela Dr.^a Tempestade². Quando havia a possibilidade de conhecer melhor a festa e como se dava a organização do evento, ela me enviava os convites e eu me organizava para estar presente. Tempestade sabia da importância de cada contato com o campo. Assim, em junho de 2018, me convidou para que pudéssemos conversar melhor sobre minha pesquisa e sobre o Baile da Serra. Esse convite veio associado de outro, o de acompanhar mais uma das edições do baile, esse em parceria com o Baile do Coqueiro, realizado em uma das vilas do Aglomerado.

Como de costume, o baile aconteceria em um domingo. Dr.^a Tempestade me convidou para almoçar em sua casa. O plano era conversar um pouco e depois ir para o baile. A partir daquele momento, percebi que minha responsabilidade como pesquisadora era maior, pois aquela sujeita não estava somente me fornecendo dados para a pesquisa, mas me permitindo construir laços políticos e afetivos. Entre diferentes assuntos, que variavam entre a carreira acadêmica e a organização do baile, percebemos que não havíamos atentado para um fato muito importante, era domingo de Copa do Mundo.

Era dia 17 de junho de 2018, e como o futebol não era algo que me preocupava no momento, não atentei para o fato de que transporte não seria algo fácil de conseguir naquele dia de jogo da Seleção Brasileira contra a Seleção Suíça. Quando nos demos conta de tal fato, olhamos

² Tempestade é o nome escolhido pela sujeita para ser identificada na pesquisa. Nesta primeira parte me refiro a ela como Doutora, pois foi assim que fomos apresentadas, eu como pesquisadora e ela como Doutora em Direito.

para o mapa e decidimos que iríamos caminhando até uma parte do Aglomerado e depois procuraríamos transporte. Tempestade mora próximo ao Aglomerado, no bairro Serra, e costuma ir a pé a alguns eventos.

Já passava das 14h, o baile estava marcado para começar às 15h, duas horas antes do horário habitual, pois haveria transmissão do jogo antes do evento. Quem disse que baile funk não tem tudo a ver com futebol?! Mas não era só isso, além da Copa do Mundo era também época dos festejos juninos, então porque não casar Baile da Serra, jogo da seleção e apresentação de um grupo de quadrilha, tudo no mesmo lugar?

Saímos da casa de Tempestade com a esperança de conseguir transporte. O Coqueiro é situado na Vila Fazendinha, que fica bem longe da praça central do aglomerado, a Praça do Cardoso. Quando chegamos à praça, percebemos o inevitável, que teríamos de ir a pé até o local do baile. Após tentar contato com várias pessoas, utilizamos o GPS para nos localizar e nos deslocar por dentro da comunidade. A distância apontada era de mais de três quilômetros, mas isso não era empecilho para quem pretendia ver o jogo da seleção e curtir um baile. No caminho diversas pessoas nos apontaram a direção correta a seguir, mas “logo ali” de mineiro significa que o destino está longe de chegar.

No percurso de mais de uma hora, tive a oportunidade de conhecer melhor Tempestade, como se dava a organização do baile e como era a organização geográfica e espacial do aglomerado. No caminho, íamos parando e vendo trechos do jogo até nos aproximarmos do local do evento. Para nossa surpresa, Maria³ passa por nós de carro e questiona como tínhamos chegado ali. Nós a informamos que fomos a pé e ela nos dá uma bronca seguida de uma gargalhada. “Cês tão doida? Aqui é longe demais! Por que vocês não me esperaram?! Podiam ter passado lá em casa. Bem feito, não escuta o que a gente fala!”.

O primeiro tempo já estava acabando e, em meio a frustração de um jogo ruim, o baile ia tomando forma. O telão posicionado no palco para a transmissão do jogo não tinha dado certo, não dava para enxergar a imagem porque estava claro demais, então o público presente

³ Maria é o nome escolhido por uma das organizadoras do Baile da Serra para ser identificada na pesquisa. Ela é a produtora cultural que fundou junto com o DJ Marcelo Mattos o Baile da Binário e posteriormente o Baile da Serra.

se dividiu entre os bares abertos para assistir à Seleção. No intervalo, DJ Coladinho⁴ já aquecia o som, mas a música, sertanejo, não agradou os presentes, os mais próximos bradavam: “O Coladinho só pode estar apaixonado!”.

Entre passes e bolas na trave, o Baile da Serra ia ganhando forma. As grades que eram utilizadas para delimitar os espaços foram posicionadas nas duas entradas da rua para que veículos não entrassem na área do baile, e também para criar um pequeno *backstage* ao lado do palco servindo de lugar de apoio para a organização dos artistas e como um camarote. As barracas vermelhas também iam tomando forma: à medida que as bebidas chegavam, eram direcionadas para os atendentes que faziam a venda durante o baile, as caixas de isopor eram utilizadas para armazenar as bebidas que eram organizadas em uma lógica ainda desconhecida por mim, e cobertas por gelo. Enquanto isso, a iluminação das barracas foi providenciada para que tudo ocorresse tranquilamente durante a festa.

A organização não parava por aí: os brigadistas e seguranças também já estavam a postos. Enquanto o evento não começava, a equipe se reunia e repassava o modo de atuação no evento. Os banheiros químicos também já estavam posicionados, distribuídos em dois pontos distintos no local do baile para facilitar o acesso do público. O palco, que já estava montado, começou a ganhar iluminação, o telão foi substituído por um *banner* do Baile da Serra e as controladoras já estavam sendo posicionadas. E não poderia faltar o alvará: ele estava na mão de Maria durante todo o tempo, como um instrumento de defesa.

Fim do jogo, o Brasil empata com a Suíça, o sentimento de frustração era generalizado, e o sonho de comemorar a vitória da seleção ao som do “batidão” ficou distante. Mas quem disse que para o Baile “malar”⁵ o time do Brasil precisava ganhar? Imediatamente após o fim do jogo o local do evento começou a encher, o fluxo de pessoas começou a ficar intenso e o sertanejo deu lugar ao 150 BPM⁶. O movimento dos corpos é no ritmo da música, é como se o “batidão” soasse como um aviso de que a festa vai começar.

4 DJ Coladinho é uns dos DJs residentes do Baile da Serra.

5 Expressão utilizada para se referir a algo que é realizado com sucesso.

6 150 BPM é um estilo de funk originário do Rio de Janeiro, e BPM significa batidas por minuto. O ritmo se caracteriza por ser mais acelerado, sendo apelidado de “ritmo louco”.

O público começou a se organizar no espaço, e as mulheres ocuparam o lugar de destaque no baile, posicionando-se à frente do palco e performando suas coreografias. Os olhares mais atentos percebem que o que dita o que vai tocar no começo do baile vai ser o que elas vão pedir para o DJ. Aliás, essa é uma das estratégias de se posicionarem à frente do palco.

Baile acontecendo e a preocupação dos organizadores era de como os artistas chegariam até o palco para se apresentar, pois o local estava lotado com mais de seis mil pessoas, e um cordão de isolamento era feito toda vez que os artistas precisavam se locomover dentro do evento. Chegada a hora da Quadrilha da Rua da Água se apresentar, havia muita tensão para conseguir o mínimo de espaço para o grupo. Depois de algumas solicitações feitas por Maria ao público presente o espaço estava liberado. Então o DJ soltou o som!

A apresentação foi aclamada pelo público, a Quadrilha da Rua da Água é um grupo tradicional do aglomerado, que promove nos meses de junho e julho o maior arraial do Aglomerado da Serra. Após a apresentação, o baile seguiu, pois não se pode perder um minuto de festa, já que o evento tem hora para acabar, exatamente às 23 horas. Mas o ápice da noite foi o MC Max, vindo do Rio de Janeiro para se apresentar no baile.

Ao final da festa eu já estava exausta. Além de ter me divertido e ter tomado nota de vários acontecimentos, estava com o pé doendo. Tempestade e eu decidimos, então, ir embora: se para chegar transporte não era uma opção, para ir embora não era nem um sonho. O caminho, que era o mesmo, parecia ter acabado mais rápido, creio que por estarmos acompanhadas de centenas de pessoas se deslocando dentro da comunidade após o baile.

Após curvas, morros, carros de som e diversão na caminhada chegamos à Praça do Cardoso, onde a juventude se reúne na praça aos domingos para socializar. O fluxo de pessoas⁷ estava intenso, mas Tempestade e eu estávamos exaustas e tínhamos compromissos no dia seguinte. Eu me dispus a acompanhá-la até sua casa, mais um pouco de caminhada. Ela espera que eu chame um carro pelo o aplicativo de transporte, se despede e de mim e afirma: “Cara, que aventura!”.

⁷ Fluxo é o movimento de pessoas com ou sem música que se reúnem para conversar, paquerar e divertir nas comunidades.

Aventura pode ser um dos diversos adjetivos que podem ser utilizados para descrever um baile funk. Aliás, foi nessa palavra que pensei quando decidi que o Baile da Serra seria o *locus* dessa pesquisa. Ao chegar em casa, os áudios utilizados como ferramenta de coleta de dados, bem como as fotos, foram repassados para a pasta *online* de registros das minhas inserções de campo. Logo, as notas de campo⁸ também foram abertas e alimentadas pela enxurrada de informações daquele baile.

As cenas do baile não saíram da minha cabeça, estavam ali as informações que precisava para compreender melhor os caminhos a serem trilhados na pesquisa. Dias depois após ler as notas de campo e rever as fotos daquele momento, decidi voltar à revisão bibliográfica feita anteriormente e procurar um texto específico, a dissertação de Iara Pires Viana (2013) intitulada: “Mulheres Negras e Baile Funk: sexualidade, violência e lazer”.

O trabalho de Viana (2013) não era desconhecido para mim, tive a oportunidade de estar com a autora em diversas ocasiões e ela já tinha me alertado para o fato de que sua pesquisa poderia nortear a minha. Viana (2013), em sua pesquisa, tem como sujeitas mulheres negras frequentadoras de bailes funks na cidade de Vespasiano. A autora assinala que os bailes funks e as ruas alcançaram uma configuração construída também por sujeitos femininos, que podem ser entendidos como uma afirmação de identidade coletiva. Com a adesão das mulheres funkeiras às práticas masculinas por meio dos bondes, essa pode ser concebida como uma afirmação da identidade coletiva que surge relacionada à percepção de “nós”, em oposição ao “elas”, que seriam mulheres de outras comunidades ou extratos sociais. Viana (2016) destaca que as discussões acerca da questão de gênero no âmbito dos bondes femininos funkeiros se tornam essenciais, pois as mulheres funkeiras diversas vezes não se adaptam aos estereótipos elaborados a respeito da feminilidade sem desestruturarem assimetrias de poder.

A leitura mais atenta de sua pesquisa fez com que eu refletisse sobre toda a complexidade do Baile da Serra. A organização do baile é composta por diversos sujeitos dentre eles: o companheiro de Maria; o noivo da sua filha; Hugo⁹, que atua junto com Maria na produção de eventos; o DJ Marcelo Mattos; as sujeitas dessa pesquisa; e os integrantes do coletivo

⁸ Esta descrição detalhada do baile foi realizada com o auxílio das notas de campo e fotografias realizadas durante o evento.

⁹ O nome sujeito foi trocado para preservar sua identidade.

Observatório das Quebradas¹⁰. Todos esses sujeitos são de extrema importância para que o Baile da Serra aconteça, mas uma singularidade me chamou a atenção: o baile era organizado majoritariamente por mulheres negras. Mas não era somente na organização que estas mulheres estavam envolvidas: elas faziam parte de toda a complexidade do fenômeno organizativo do baile, na organização direta, como comerciantes, artistas, produtoras e frequentadoras.

Ao me debruçar ainda mais sobre o trabalho de Viana (2013; 2016) percebi que alguns aspectos são comuns aos dois campos de pesquisa. O discurso também é algo presente em seu estudo. Segundo a autora, os discursos das mulheres funkeiras proporcionam demarcações de hierarquização de gênero, grupo social, isto é, as intersecções influenciam a concepção de território. Os grupos identitários pertencentes ao movimento de mulheres funkeiras fornecem condições favoráveis para a construção da territorialidade (VIANA, 2016). Nesse sentido, a autora propõe pensar sobre a territorialização dos bailes funks, que se constitui como uma experiência de deslocar por um espaço em construção. Nesse deslocamento, diversos olhares buscam realizar leituras na tentativa de dar conta de assimilá-los e explicá-los, reforçando que não existe uma única forma de formação dos bailes funks, mas várias (VIANA, 2016).

Ao refletir sobre essa afirmação da autora, decidi então que o organizar do Baile da Serra será o *locus* de pesquisa desse trabalho. Mas será o Baile da Serra uma organização tradicional? Quais aspectos o distanciam do que é considerado organização? Ser organizado majoritariamente por mulheres negras faz com que esse baile possa ter singularidades próprias? Por que essas mulheres se unem para organizar este baile? Quais as dificuldades encontradas nessa organização? Por serem mulheres negras há mais dificuldades na realização do Baile?

Começo a investigação dessa pesquisa na busca de compreender este outro organizar. De acordo com Carrieri e Paço-Cunha (2009), alguns pesquisadores dos Estudos Organizacionais destinam suas pesquisas a rever os pensamentos e conceitos tradicionalmente destinados às organizações. Alguns questionamentos destes pesquisadores tensionam o olhar limitado sobre organização e maneiras de organizar, que tem como argumento base a atividade racional com

10 A descrição do coletivo e sua atuação junto ao Baile da Serra estão na seção 3.3 Práticas organizativas: organizando o baile funk.

enfoque em metas e objetivos a serem atingidos (LIMA; AGUIAR; CARRIERI, 2016). Nessa concepção, será utilizado nesse trabalho o conceito de Organizações Outras (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019), desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG).

Outros conceitos também se tornam importantes no âmbito desse trabalho. Para compreender a singularidade da atuação das mulheres negras neste outro organizar que é o Baile da Serra, a Teoria Interseccional será utilizada para demarcar as diferenças entre as diversas mulheres existentes na sociedade. No campo dos Estudos Organizacionais, Segundo Holvino (2008), a interseccionalidade auxilia na análise dos impactos de diversas categorias na estrutura organizacional e no cotidiano de trabalho nas organizações, não perdendo de vista a relação entre o mundo do trabalho com o contexto social externo, que é estrutural e estruturante das relações sociais dentro das organizações. Nesse sentido, vou ao encontro da proposta de Juliana Teixeira, Josiane Oliveira e Juliana Mesquita (2019) de inserir a Teoria Interseccional nos estudos de Administração no Brasil, respeitando as ontologias e epistemologias fundantes da interseccionalidade como ferramenta teórica, metodológica e ativista. De acordo com as autoras, do ponto de vista teórico, a teoria interseccional possibilita a desconstrução da existência de um sujeito universal, reconhecendo diferentes e articuladas posicionalidades no campo, reconfigurando também pressupostos teóricos que historicamente são tidos como hegemônicos no campo da Administração, como o viés econômico nas discussões sobre desigualdades sociais, por exemplo.

Além de compreender esse outro organizar e a interseccionalidade, me interessa também nesse trabalho entender cada sujeita e suas subjetividades. Para tanto, utilizo aqui a noção foucaultiana de sujeito e subjetividade como acontecimento atrelado a um determinado momento social e histórico.

O atual momento histórico, social e político do Brasil situa também as discussões sobre território. Para a compreensão da totalidade que abrange o funk e sua manifestação cultural por intermédio dos bailes funks, é importante aprofundar nas discussões acerca do surgimento das periferias e favelas brasileiras, berço de algumas das expressões culturais negras mais presentes no país, bem como as suas diferentes conceituações. Compreender esse processo histórico auxilia o entendimento das acusações sofridas pelo ritmo funk e por seus protagonistas, sujeitas e sujeitos negros periféricos e favelados.

O funk, e conseqüentemente os bailes funks, passam por um momento no qual sua criminalização é discutida no Senado¹¹, e em outras esferas da sociedade. Vitória Izaú (2017), afirma que a realidade nas periferias demonstra que as pessoas estabelecem alternativas, estratégias de vida e trabalho para resistir por contra própria aos desmandos do capital. Nesse entendimento, o funk é utilizado pela organização do Baile da Serra para desafiar e mostrar a vida fora dos espaços privilegiados da sociedade. O Baile da Serra é um destes espaços de resistência, no qual as mulheres estão inseridas em diversas frentes de atuação, desse modo, indago: **como se manifestam o gênero e as subjetividades negras periféricas no organizar de um baile funk na cidade de Belo Horizonte?**

Como objetivo geral, busco descrever e analisar as formas pelas quais gênero e as subjetividades negras periféricas se manifestam no organizar de um baile funk na cidade de Belo Horizonte. Para responder isso, traço três objetivos específicos: i) descrever a história do Baile da Serra como organização; ii) compreender quais as subjetividades das mulheres negras envolvidas no organizar do baile; iii) identificar as práticas organizativas empreendidas pelas mulheres negras no organizar do baile.

Este trabalho é de relevância para diversas áreas sociais. No âmbito acadêmico, ressalta-se a importância e a necessidade de se aprofundar nas discussões sobre a cidade e a periferia nos Estudos Organizacionais, tendo em vista o contexto da vida social organizada nas periferias e favelas, e as sujeitas e sujeitos que as compõem. Para Rodrigues e Carrieri (2000), a inclusão de novas perspectivas e participantes nos Estudos Organizacionais pode proporcionar um entendimento melhor acerca de organizações e suas particularidades locais. Essa perspectiva permite reiterar a importância de que organizações não hegemônicas sejam discutidas sob o enfoque organizacional. Assim, o baile funk se torna objeto da área, com a compreensão de suas práticas organizativas podem proporcionar uma reflexão de como sujeitas e sujeitos periféricos podem ser inseridos no debate da área ou terem suas ideias e formas de agir vistas como possibilidade de fortalecimento das ideias do campo.

11 No ano de 2017 tramitou no Senado Federal um Projeto de Lei intitulado: Criminalização do funk como crime de saúde pública a criança aos adolescentes e a família. Nessa proposta os bailes funks eram descritos como um recrutamento organizado para atender criminosos, pedófilos, estupradores e práticas de crime contra a criança e o menor adolescente, por intermédio do uso, consumo e venda de álcool e drogas, além de orgia, exploração sexual, arruaça, sequestro, entre outros. Essa proposta foi arquivada, se tornando uma Sugestão Legislativa sob o número 17/2017.

A cidade, segundo Honorato e Saraiva (2016), se revela um campo fértil para os Estudos Organizacionais, um objeto legítimo da análise organizacional. Os sujeitos que a compõem, segundo os autores, necessitam ser observados e analisados, visto que suas experiências cotidianas modificam o que se concebe por cidade em diferentes níveis. Sendo as vivências na cidade diversas, as lentes organizacionais devem, assim, se abrir a incorporar a possibilidade de perfis singulares para a análise organizacional. Assim, proponho aproximar os Estudos Organizacionais das sujeitas e dos sujeitos que compõem as periferias e as favelas, mais especificamente das mulheres negras que integram o organizar do Baile da Serra.

A necessidade de se olhar para as sujeitas que compõem as periferias e favelas da cidade, especialmente as mulheres negras, pode proporcionar uma reflexão sobre como elas vivenciam ou produzem suas subjetividades. Jurema Werneck (2010) destaca que as mulheres negras e suas lutas tiveram participação importante na organização de uma série de ações de resistência, desde a escravidão até os dias de hoje. Nas diferentes frentes de luta empreendidas por nós, mulheres negras, a recusa e a desagregação do que elas representam se tornam também possibilidades de agência, de representação, que podem ser capazes de recolocar e valorizar seu papel enquanto agentes significativos na constituição do tecido social e de projetos de transformação. Compreendo e afirmo, portanto, que as articulações que constituem as mulheres negras como agentes políticas na organização do baile funk carecem também de maior aprofundamento no campo dos Estudos Organizacionais por intermédio da Teoria Interseccional.

1 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

“quando “ceis” citam quebrada nos seus tcc's e teses
 “ceis” citam as cores das paredes natural tijolo baiano?
 “ceis” citam os seis filhos que dormem juntos?
 “ceis” citam o geladinho que é bom só por que custa 1,00?
 “ceis” citam que quando vocês chegam pra fazer suas pesquisas
 seus vidros não se abaixam?
 ... num citam, num escutam
 só falam, falácia!”

Luz Ribeiro (Menimelímetros)

1.1 O campo, seu estranhamento e as escolhas teórico-metodológicas

A construção dessa pesquisa envolve diferentes aspectos, entre eles as escolhas teórico-metodológicas, a aproximação do campo, a escolha da organização a ser pesquisada, o envolvimento e o distanciamento do campo e as sujeitas de pesquisa. O objetivo dessa seção é descrever como a aproximação, na fase exploratória dessa pesquisa, me permitiu conhecer diferentes aspectos da organização a ser estudada, o envolvimento com as sujeitas, com a organização do Baile da Serra e, posteriormente, refletir sobre as diferentes escolhas realizadas para a construção deste trabalho.

Integrante do Núcleo de Pesquisa em Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), este trabalho foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudo e Trabalho Cidades (GET Cidades), coordenado pelo meu orientador, o Dr. Luiz Alex Silva Saraiva. O GET Cidades engloba as atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas pelos pesquisadores do NEOS que estudam temáticas no âmbito da cidade. Diante do que era a minha intenção inicial de pesquisa, fui convidada a também integrá-lo. Com a admissão no processo seletivo do mestrado por meio das Ações Afirmativas na Pós-Graduação, uma grande conquista do movimento negro na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O primeiro contato com o possível campo de pesquisa foi permeado de surpresas e incertezas. No dia 11 de março de 2018, fomos convidados a assistir à gravação de um clipe de funk e

posteriormente a participarmos de mais uma das edições do Baile da Serra no Pocinho¹². O estranhamento do campo foi inevitável. Mesmo morando na periferia da cidade, o Aglomerado da Serra e o baile eram algo que estavam distantes do meu convívio social, tendo somente escutado falar sobre o aglomerado e sobre a fama do baile, que antes se chamava Baile da Binário¹³.

O acesso ao baile e, conseqüentemente, ao campo de pesquisa, foi realizado por intermédio da abertura proporcionada por uma das organizadoras do baile, Dr.^a Tempestade. Essa aproximação com o campo também veio com o compromisso de uma não utilização unilateral das pessoas envolvidas com o baile e com o aglomerado, algo que ficou explícito na fala de um dos jovens, uma liderança ativa na comunidade em uma conversa sobre a Universidade, e sobre como ela se apropria dos saberes ali presentes sem dar um retorno que beneficie a sociedade e os sujeitos que compõem o aglomerado. Portanto, a tríade pesquisa-ensino-extensão está presente nesse trabalho.

Ao presenciar o baile e dialogar com alguns organizadores, ele se tornou uma possibilidade concreta para essa pesquisa. A riqueza do fenômeno fez também com que anotações dos acontecimentos presenciados nas edições do baile fossem feitas para subsidiar a construção da pesquisa. Para tanto, utilizei notas de campo, com detalhes de todas as inserções neste, compreendendo as idas ao baile, reuniões da organização, palestras e eventos relacionados à temática, entre outros.

A partir de conversas que visaram à estruturação dessa pesquisa no âmbito do NEOS, realizei algumas delimitações importantes para sua elaboração: o recorte desse trabalho possui como unidade de observação o Baile da Serra, e como unidade de análise os níveis individual e organizacional. Ao realizar essas delimitações, acompanhado das idas ao campo, comecei a compreender melhor o que pretendia construir na esfera dessa pesquisa. O estranhamento do campo trouxe por diversas vezes inúmeras dúvidas de como abordar o fenômeno nos Estudos Organizacionais, e como eu construiria um trabalho que deixasse evidente meu posicionamento político e que não perpetuasse os pré-julgamentos já sofridos pelo funk. Esses anseios faziam com que as primeiras inserções no campo fossem permeadas de uma erupção

12 Pocinho é a denominação de uma das regiões da Vila Marçola, que se situa no final da rua da passagem – uma das seis vilas que compõe o Aglomerado da Serra.

13 Baile da Binário possui este nome por ter acontecido na Rua Binário, no Aglomerado da Serra.

de informações que me perpassavam enquanto pesquisadora, mulher negra periférica que, nesse momento, estava se aproximando mais profundamente da sua realidade e da realidade dos seus pares. As músicas, roupas, acessórios, sujeitos, formas de se expressar, o ambiente e tudo em sua volta me mostravam que não seria uma construção fácil.

No decorrer das idas aos bailes, das leituras realizadas e do meu posicionamento político, as escolhas teórico-metodológicas se tornam um ponto importante dessa pesquisa. A partir de um posicionamento político feminista negro decolonial periférico funkeiro, entendo que as periferias e favelas, e conseqüentemente, as sujeitas e sujeitos que as compõem, precisam ser compreendidos mediante suas especificidades. Portanto, ao realizar uma pesquisa que visa compreender as subjetividades negras periféricas envolvidas no organizar do Baile da Serra, entendo a necessidade de uma reflexão também sobre os percursos percorridos durante a pesquisa, que refletem também diversas escolhas metodológicas.

1.2 O posicionamento epistemológico, ético e as minhas reflexões como pesquisadora

Diante da natureza deste trabalho, compreendo a importância de realizar uma “alegação de conhecimento”. Desse modo, como essa pesquisa faz alegações sobre o que é conhecimento por meio da ontologia, de como identifico e compreendo a produção do conhecimento por meio da epistemologia e os processos metodológicos para se realizar a pesquisa por intermédio da metodologia (CRESWELL, 2010).

As estratégias associadas à pesquisa qualitativa devem considerar todas as possibilidades para a coleta de dados em qualquer estudo e, assim, organizar quais métodos podem ser utilizados, de acordo com o foco do estudo. Dessa forma, a coleta de informações por intermédio de documentos, materiais visuais, entrevista semiestruturadas ou não, observações e registro de informações é uma estratégia possível para obtenção de dados da pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2010). Nesse estudo, foi feito o uso de observação participante, entrevistas semiestruturadas, o registro de informações em notas de campo, registros fotográficos e mediante uma técnica de coleta de dados baseada em letras de músicas de funk.

Nessa abordagem, também se fez necessário compreender os desdobramentos dos estudos a serem realizados. A pesquisa como produção social, como evidencia Gonzalez Rey (2005), tem como elaboradores e construtores pessoas históricas situadas em épocas e contextos

concretos, possuindo uma carga ideológica, fazendo assim com que o pesquisador assuma um lugar ativo. Assumo aqui a visão foucaultiana de verdade, em que compreendo que cada sociedade possui um regime particular de verdade e de produção. Assim, a verdade também é reconduzida, pela forma pela qual o conhecimento é disposto em uma sociedade, “como é valorizado, distribuído, repartido e, de certa forma, atribuído” (FOUCAULT, 1998, p. 17).

Nesse sentido, entendo as teorias não como verdades absolutas, mas como diferentes maneiras de construir e organizar o conhecimento. Assim, como salienta Grada Kilomba (2010), a academia tende a entender que ela produz a verdade, não se reconhecendo como um lugar de violência que, tampouco, não é um lugar neutro. É necessário, então, assumir que as minhas escolhas epistemológicas e, conseqüentemente, metodológicas também são atos políticos. Isto posto, esse trabalho está localizado dentro de uma epistemologia de tradição crítica nos Estudos Organizacionais. Para tanto, foi utilizada a abordagem pós-estruturalista.

Compreendo, a partir da teoria do *feminist stand point*, que um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por grupos, possibilita um ângulo particular de visão de si, que diante da sua continuidade, transcendem as experiências individuais. Diante dessa concepção, é importante compreendermos a localização social dos grupos, a partir das relações de poder (COLLINS, 1997). Logo, opressões de gênero, raça e classe são elementos interseccionais (LUGONES, 2014) que podem auxiliar a compreensão de como as mulheres negras que organizam o Baile da Serra experienciam o baile funk.

O posicionamento político descreve também o contexto o qual essa pesquisa foi desenvolvida. A tríade ensino-pesquisa-extensão foi sendo consolidada à medida que o envolvimento com o campo e com as sujeitas da pesquisa foi se fortalecendo. A pesquisa foi na primeira parte desenvolvida na tríade. Já a escolha do fenômeno, a entrada no campo e o desenvolvimento do mestrado delinearão a segunda parte, impulsionando a ação de extensão denominado Baile da Serra, no NEOS. Esse projeto sempre esteve atrelado à inserção do campo permitida pelas organizadoras, assim, após algumas conversas, foi solicitado pela organização do baile que fosse realizado um levantamento dos reais custos para se realizar uma edição do baile funk.

A primeira reunião contou com a presença de Maria, dos pesquisadores Carlos, Gabriella e Ana Flávia, além da minha presença e do professor Luiz Alex. Maria detalhou todos os custos para realizar o evento e as atividades foram distribuídas entre os pesquisadores. A segunda

reunião contou com a presença de alguns integrantes da organização do baile, na qual foram apresentados os custos reais do Baile da Serra e traçadas junto aos organizadores estratégias para a realização do evento. Após a reunião e, de posse do documento com os custos para se realizar o evento, diversos *feedbacks* da importância da ação de extensão foram feitos.

Diante dos caminhos percorridos por essa pesquisa, a medida que a ação de extensão foi sendo desenvolvida e as inserções de campo sendo realizadas, foi identificada a necessidade de que o trabalho fosse cadastrado na Plataforma Brasil. Após alguns meses e de adequações solicitadas pelo Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais, como correções nos Termos de Consentimento e Assentimento Livre e Esclarecido¹⁴ e na documentação do projeto, essa pesquisa foi registrada e aprovada no COEP/UFMG sob o número CAAE: 19262819.0.0000.5149. Integrante da tríade de ensino-pesquisa-extensão, essa pesquisa também resultou em uma disciplina optativa ministrada na graduação em Administração no segundo semestre de 2019, denominada “Organizações, Território e Negritude”. Disciplina essa que tive o prazer de dividir com Elisangela e Ana Flávia como parte do nosso estágio em docência, sob supervisão do professor Luiz Alex.

O posicionamento político assumido por mim, nessa pesquisa, fez com que todos os devidos cuidados éticos relacionados à universidade e às sujeitas fossem observados com atenção. Mas não poderia deixar de ressaltar que, por ser uma sujeita que rejeita uma neutralidade advinda do pesquisador, essa pesquisa foi sendo modificada enquanto eu me reencontrava com minha ancestralidade a partir da inserção do campo.

Com o decorrer das idas ao baile e eventos relacionados a ele, como pesquisadora, fui acionada em diversos momentos para encontrar soluções junto aos organizadores para problemas decorrentes das realizações dos eventos. Em paralelo, resgatei memórias e vivências relacionadas à periferia onde cresci e vivi por quase toda a minha vida. A relação com o funk, o território Aglomerado da Serra e a Umbanda (religião de matriz africana a qual passei a ter contato durante o mestrado) não pode ser apagada na trajetória dessa pesquisa. Com o decorrer do campo, passei a integrar o Coletivo Político Cultural Observatório das

14 O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido encontram-se disponíveis nos anexos B e C, respectivamente.

Quebradas, além de ter sido convidada para atuar como produtora ou agente cultural em eventos relacionados à cultura afro-periférica urbana.

Fazer parte desses coletivos teve/produziu reflexos na pesquisa. Decidi, então, que era necessário um afastamento do campo para que pudesse ter um posicionamento crítico acerca do fenômeno organizativo do baile. Para a organização, que não é composta somente por pesquisadores, o distanciamento total em alguns momentos foi entendido como um rompimento com os ideais do coletivo Observatório das Quebradas. Diante desse entendimento, foi necessário evidenciar para os envolvidos que isso não significava que após a coleta dos dados eu me tornaria a acadêmica que obtém o que necessita e rompe totalmente com as relações estabelecidas: compreendi que o afastamento até a defesa dessa dissertação seria também um aprendizado para o coletivo.

O afastamento da maioria das atividades foi informado em uma reunião, na qual houve a reflexão de todos os presentes que a partir do momento em que o Baile da Serra por intermédio do Observatório das Quebradas decidiu negociar com o Estado a emissão de licenciamento para os eventos. Ficou decidido, então, que alguns aspectos burocráticos das solicitações ainda seriam feitos por mim, mas sem minha participação nos outros processos como o de organizar os eventos, escritas acadêmicas para editais, participação em palestras, entre outros.

A retirada do campo não significou afastamento da sujeita, mas da pesquisadora, na medida do possível. Assumo, então, que essa honestidade acadêmica me permitiu terminar de escrever esta dissertação morando no Aglomerado da Serra, território hoje que não é somente o do Baile da Serra, mas meu, também. Por diversas vezes senti culpa por não poder atuar em alguns momentos importantes do Observatório das Quebradas, mas também entendi que se faz necessário que possamos formar e capacitar outras pessoas para que algumas atividades sejam realizadas. Nesse sentido, compreendo que como sujeita minha menor atuação no coletivo durante certo período não foi tão sentida grandemente pela organização, mas em termos técnicos meu afastamento gerou uma reorganização nas atividades e a necessidade de que mais de um integrante saiba executar algumas tarefas. Para mim, a aproximação do campo e depois o afastamento necessário fez com que esses laços políticos e também afetivos fossem reafirmados.

1.3 Sujeitas de pesquisa e as mulheres negras como protagonistas de suas histórias

Como já dito, as sujeitas dessa pesquisa são as mulheres que compõem o organizar do Baile da Serra. Diante das diversas formas de se experimentar o baile funk, identificadas por meio das inserções de campo, alguns indicadores são relevantes para esse trabalho, mas a pergunta *a priori* é: quem são essas mulheres?

Por intermédio de uma heteroatribuição¹⁵ realizada por mim, essas cinco mulheres, negras, periféricas ou não, que atuam em diferentes instâncias na organização do baile, como apoio jurídico, produção cultural, vendas, montagem de estrutura, entre outros. Mas essa classificação rápida não as descreve totalmente, por intermédio das entrevistas semiestruturadas realizadas, apresento uma breve descrição de cada sujeita desta pesquisa: Maria, Tempestade, Nairóbi, Macarena e Morgana¹⁶. Nessa pesquisa, eu não dou voz a essas mulheres: elas possuem vozes próprias e potentes, o que cabe aqui é escutá-las, pois essas sujeitas são protagonistas da sua própria história. Como afirma Giovana Xavier (2019), é necessário substituir mulheres negras como objeto de estudo, para mulheres negras contando sua própria história. A seguir, em vez de um quadro explicativo contendo dados das sujeitas, há uma breve descrição construída a partir das suas falas sobre suas subjetividades e sua história.

Macarena

Macarena foi o nome escolhido por uma das organizadoras do Baile da Serra, por gostar muito de séries, escolheu esse nome inspirado na ficção *Vis a Vis*¹⁷. Para ela, Macarena é uma mulher forte e inspiradora. Nossa Macarena da vida real é uma jovem de 17 anos que sempre estudou em escolas públicas e que atualmente cursa o primeiro ano do ensino médio no período noturno.

15 A heteroatribuição de pertença se dá quando outra pessoa define a que grupo a pessoa pertence. Para aprofundamento, sugere-se a leitura de: OSÓRIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Org.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

16 Nomes fictícios escolhidos pelas sujeitas de pesquisa.

17 *Vis a Vis* é uma série de televisão espanhola com a temática criminal, ambientada em sua grande parte em um presídio mostra a vida de uma jovem que tem de se adaptar a sua nova condição de presidiária.

Moradora do Aglomerado da Serra desde o seu nascimento, que aconteceu no Hospital Evangélico situado ao lado do aglomerado, ela sempre residiu no Naja¹⁸. Atualmente, ela mora com a sua irmã, o namorado da irmã e uma amiga, como ela mesma diz, em “uma casa de agregados”. Macarena também é considerada por Maria como filha, atualmente namorando com o seu filho.

Quando a entrevista foi realizada, em julho de 2019, Macarena buscava realizar seu sonho de realizar cursos, mas para isso ela precisava trabalhar, mesmo que fosse sem carteira assinada, pois o único trabalho que havia exercido era no Baile da Serra. Esse cenário mudou e, atualmente, ela faz estágio como auxiliar administrativo na categoria de menor aprendiz. Segundo ela “a expectativa está 100% [...] pelo trabalho, e pelo dinheiro também, mais eu estava doida para trabalhar logo”. Ela continua a estudar no período da noite e tem como um grande sonho ser médica veterinária, mesmo que isso custe muito caro. Na organização do Baile da Serra, ela atua principalmente na venda de bebidas e nos desdobramentos dessa atividade.

Maria

Maria foi o nome escolhido pela figura principal do Baile da Serra porque Maria é um nome forte. Nascida e criada no Aglomerado da Serra, nos seus 42 anos de vida, ela se lembra das transformações pelas quais o território passou ao longo destes anos. Mesmo tendo sido criada no aglomerado, ela conta que: “mudei algumas vezes, pouquinhas vezes. Mudei um mês, dois meses e voltava. Por isso que eu falo pra você que eu não consigo morar em bairro. Deus que me livre!”, todas essas mudanças, aconteceram no período de um ano, e a mostraram que seu lugar é o Aglomerado da Serra.

Maria, que é casada, tem a maternidade como um dos pilares da sua vida. Possui sete filhos, entre biológicos e adotados, contando com Macarena, que além de ser namorada do seu filho é considerada por Maria como filha. Para ela, suas maiores alegrias são: “ser mulher, ser mãe, ter família”. Sua trajetória profissional foi, e é, marcada por diversas experiências. Ela já

¹⁸ Najá é uma referência utilizada por moradores do Aglomerado da Serra, para dizerem que moram próximo ao Campo de Futebol do Najá.

trabalhou como faxineira, cozinheira, recepcionista, camareira e copeira. Atualmente, ela atua como produtora cultural, tendo sido eleita, em janeiro de 2019, Presidenta da Associação de Moradores da Vila Santana Cafezal, no Aglomerado da Serra. Além de todas essas experiências ela é Promotora Popular em Defesas Comunitárias e membra do Coletivo Observatório das Quebradas.

Na organização do Baile da Serra ela atua em diversas frentes, sendo a figura principal na organização do evento: “a parte do mais pesado, o maior fica pra mim, e eu tenho que organizar o baile inteiro, desde o princípio ao fim: como que eu vou conseguir trazer essa estrutura e como que eu vou deixar o evento pós-termino, fora que o tempo todo tem que preocupar com quem tá ali frequentando, então é uma responsabilidade muito grande”.

Morgana

“Mas por que Morgana?” “Porque é forte!”. Morgana, que possui mais de 30 anos¹⁹, nasceu na cidade de Belo Horizonte, mas foi criada em Contagem. Atualmente ela reside no bairro Novo Eldorado, e já morou algumas vezes na capital mineira.

Durante sua infância e adolescência morou no bairro Santa Cruz Industrial, na periferia da cidade de Contagem. Sua trajetória escolar foi totalmente realizada em colégios particulares, sendo eles o Colégio Santo Agostinho e a PUC Minas. Morgana é mãe de uma menina de oito anos, e divide hoje sua residência com a filha.

Advogada formada pela PUC Minas e especializanda em Ciências Penais, Morgana tem sua trajetória profissional marcada por diversas experiências e desafios. Ao ingressar no curso de Direito, atuou como estagiária no Juizado Especial de Pequenas Causas, tendo também trabalhado como atendente em um bar próximo à faculdade, tendo sido estagiária do núcleo jurídico da PUC Minas e pesquisadora de iniciação científica na mesma universidade. Após essas experiências, ficou afastada das atividades relacionadas ao Direito por dois anos, período entre o nascimento de sua filha e os cuidados na sua primeira infância. Nesse período, ela não ficou sem trabalhar e vendia doces para seu sustento. Ao voltar para a universidade

¹⁹ Morgana preferiu não contar qual sua idade exata.

criou um escritório de advocacia em parceria com outro advogado que teve um curto prazo de duração e até o momento atua como advogada autônoma.

Após o término da especialização, Morgana pretende cursar o mestrado, e está se preparando no curso Pré-Acadêmico Afirmação na Pós, mas se questiona: “será que vale a pena financeiramente o investimento?”. Atualmente ela integra o núcleo jurídico do Observatório das Quebradas, o núcleo jurídico da Associação de Moradores da Vila Santana Cafezal no Aglomerado da Serra e é secretária adjunta da Comissão de Diversidade Sexual da subseção da OAB Contagem. Na organização do Baile da Serra ela atua como núcleo jurídico.

Nairóbi

Esta organizadora do Baile da Serra também gosta bastante de séries, e escolheu este nome em referência a “uma personagem super foda, que se chama Nairóbi, da série La Casa de Papel²⁰”. É uma jovem de 23 anos que na vida real é filha de Maria e mora com seus pais e com cinco dos seus irmãos no Aglomerado da Serra.

Nascida no Hospital Evangélico que fica no bairro Serra ao lado do aglomerado, diferente de sua mãe, ela nem sempre foi moradora da comunidade. Na sua infância residiu com seus pais por alguns anos em Cabeceira do Jacutinga, interior do estado de Minas Gerais. Acompanhou sua mãe em algumas mudanças, morou no bairro São Lucas, que fica ao lado do aglomerado, e “aqui na Serra a gente tá há dois anos, a gente eu falo eu e meus irmãos, minha mãe sempre morou aqui”.

Estudante de escolas públicas durante o ensino fundamental e médio, Nairóbi tem o sonho de se tornar médica veterinária, sonho parecido com a sua melhor amiga e cunhada Macarena. A jovem sempre buscou fontes de renda próprias e desde sua pré-adolescência já “olhava” crianças com o intuito de ter dinheiro para comprar o que desejava. Na adolescência, trabalhou como estagiária administrativa na Prefeitura de Belo Horizonte. Já adulta, atuou como atendente de *telemarketing* (função que ela nunca mais deseja exercer), e sua última

20 La Casa de Papel é uma série de televisão espanhola com temática criminal e foco em um assalto, ambientada em sua grande parte na Casa da Moeda da Espanha, os oito personagens principais preparam(?) o “roubo do século” com o intuito de fabricarem o próprio dinheiro em quantidades incalculáveis.

ocupação foi no mesmo hospital de seu nascimento como auxiliar de escritório no setor de laboratórios.

Atualmente “não tô trabalhando, é uma coisa que eu queria muito mudar até pra ajudar na renda aqui de casa, que devido a essa nova adoção da minha mãe ela depende disso também, né?! Até pra mim mesma, quando a gente é mulher, a gente quer comprar suas coisinhas”. Na organização do Baile da Serra ela atua juntamente com Macarena e outros integrantes na venda de bebidas e auxilia sua mãe na documentação para emissão de licenciamento dos eventos, quando necessário.

Tempestade

Com os cabelos loiros semelhantes à sua Orixá Iansã, a última organizadora do Baile da Serra a ser apresentada, escolheu o nome de Tempestade, personagem das histórias em quadrinho da Marvel. A escolha do nome se dá pelo fato da semelhança entre Iansã e Tempestade, a personagem é denominada de “Deusa das tempestades”, e a Orixá, na tradição Iorubá, é conhecida como Senhora dos ventos e das tempestades.

Nascida na cidade de Catas Altas da Noruega, no interior do estado de Minas Gerais, Tempestade prefere não revelar sua idade, pois “tem uma coisa entre as mulheres da minha família, que nós não falamos a idade”. Mesmo tendo nascido no interior do estado, quase sempre residiu na região metropolitana de Belo Horizonte. Durante sua infância residiu por um curto período em São Paulo, posteriormente nos Estados Unidos em um intercâmbio na adolescência. Já adulta, residiu um tempo na Alemanha em outro intercâmbio. Mas é em Belo Horizonte que ela gosta de morar: “amor eu sinto só por ter morado em Belo Horizonte, porque eu sempre tinha data para voltar”. Na cidade ela já residiu nos bairros Sion, Anchieta e Serra, no qual está desde 1994. Em sua trajetória escolar sempre estudou em escolas particulares sendo elas o Colégio Santo Agostinho e a PUC Minas.

Formada em direito pela PUC Minas, no ensino médio se interessou pelo Direito, já que sua primeira escolha, o curso de História, foi rejeitado pelos seus pais. Após fazer o vestibular e ingressar no curso de Direito, começa a atuar como estagiária no Movimento Sem Terra (MST). Ao fazer parte do movimento estudantil, começa também a atuar no movimento sindical, trabalhando por alguns anos no Sindicato dos Metalúrgicos e atuando como

advogada popular para movimentos sociais, entre eles o Movimento de Luta nos Bairros (MLB). Após cinco anos de formada ela ingressou no mestrado em Direito do Trabalho e iniciou sua carreira na docência. Em 2017, defendeu sua tese de doutorado em Direito Privado.

No mês de dezembro de 2019, Dr.^a Tempestade teve sua posse homologada como professora da Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais (UEMG). A advogada popular e organizadora do Baile da Serra também faz parte do núcleo jurídico e acadêmico do coletivo Observatório das Quebradas.

1.4 A construção metodológica e os instrumentos para geração de dados

Diante das diferentes formas de se realizar a investigação metodológica qualitativa, utilizei nessa pesquisa as técnicas de entrevistas individuais semiestruturadas, observação participante (que foi realizada durante todo o estudo), o registro em notas de campo, registros fotográficos e a técnica de coleta de dados baseada em letras de músicas de funk. A principal técnica de coleta de dados utilizada foi a entrevista semiestruturada.

Segundo Haguete (1997), a entrevista é um processo de interação social, no qual o entrevistador tem o intuito de obter informações do entrevistado, podendo realizar o uso ou não de roteiro prévio, em torno de uma problemática central. Para Minayo (2006), a entrevista proporciona a obtenção de informação por intermédio da fala individual ou grupal, a qual apresenta normas e símbolos, sistemas de valores, condições estruturais, de representações de determinados grupos. A entrevista semiestruturada, segundo Triviños (2009), tem como característica questões norteadoras elaboradas pelo pesquisador que contam com embasamento teórico prévio e informações colhidas por ele sobre o fenômeno investigado: ao mesmo tempo em que concede ao entrevistador novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos entrevistados, mantêm a atuação consciente do pesquisador no processo de coleta de informações.

Ao elaborar o roteiro semiestruturado²¹ para a realização das entrevistas, não tinha dimensão dos percalços que encontraria para fazê-las. A diversidade e quantidade de sujeitas fez com

21 Roteiro semiestruturado disponível no Apêndice A.

que cada entrevista ocorresse de forma diferente. É importante ressaltar que, ao agendar as entrevistas, ficou nítido que as mulheres que são mães têm menos disponibilidade e flexibilidade de horários. Para entrevistar Morgana, por exemplo, tive que me deslocar em dias e horários específicos em que ela tinha disponibilidade; já para as entrevistas com Maria, além de a disponibilidade ser um fato marcante, em nossos dois encontros seus filhos estavam presentes e em diversos momentos a entrevista teve que ser interrompida para que ela pudesse cuidar do mais novo, que estava com a saúde debilitada. Além desses aspectos, ela foi a última a conceder as entrevistas com um espaço de tempo grande entre o primeiro e o último encontro.

Os ruídos também foram um fator. Três das sujeitas foram entrevistadas no Aglomerado da Serra e a todo o momento os ruídos do cotidiano perpassavam as entrevistas, carros de/com som, ônibus, crianças, buzinas, televisão, animais, sons que contextualizam e marcam este território. O caos sonoro que não possibilita que um único som se sobressaia sobre os demais é característica do território. Essa marca pode ser compreendida como uma expressão cultural Bantu. Nessa expressão Bantu, o equilíbrio não está na estática uniforme e fragmentada cartesiana eurocêntrica, mas na harmonia em movimento dos elementos diferentes entre si. Harmonia construída ativamente pela música acompanhada da dança (GOMES, 2018).

Outra fonte de dados de que esse estudo fez uso é a observação, mais especificamente da observação participante. De acordo com Haguete (1997), essa é um instrumento de coleta de dados menos estruturada, mas não menos importante, que não pressupõe nenhuma ferramenta específica que direcione a observação. Pode ser descrita como técnica, Queiroz *et al.* (2007) salientam que a observação participante deve ser previamente sistematizada – mediante a um roteiro de observação – orientada de acordo com os objetivos da pesquisa, com a finalidade de fundamentar a elaboração de estratégias para o mais adequado desenvolvimento das ações no âmbito estudado.

Ainda segundo os autores, tal técnica oportuniza o conhecimento por meio da interação entre o pesquisador e o meio, possibilitando uma visão detalhada do fenômeno observado. Proporciona também a obtenção de informações no decorrer da situação do fenômeno estudado (QUEIROZ *et al.*, 2007), a vivência do pesquisador do evento no próprio lugar de sua ocorrência, a maior proximidade entre o pesquisador e o contexto do grupo pesquisado e a contextualização do fenômeno, contribuindo, assim, para a melhor compreensão do fenômeno

estudado (PROENÇA, 2008; QUEIROZ *et al.*, 2007). A observação participante dessa pesquisa foi realizada entre os meses de março de 2018 e setembro de 2019, tendo como desdobramento registros fotográficos²² e registro de notas de campo que auxiliaram a construção do estudo. A participação se deu por meio de idas ao baile, de reuniões da organização, palestras e participação em eventos relacionados à temática, entre outros.

No início da pesquisa, essa observação se dava somente com as idas aos bailes, que eram custeadas com a bolsa de estudos, pois ao fim do evento eu utilizada o transporte via aplicativo para voltar para casa, gerando alguns custos extras. Um ponto importante nesse processo foi o momento em que minha presença passa a não ser considerada como estranha e sou convidada por Maria a dormir em sua casa após os bailes: estes momentos foram de extrema importância para me aproximar afetivamente do Observatório das Quebradas e também compreender melhor a dinâmica pós-baile, na qual participava da contagem e inventário das bebidas.

Ao perceber que realizava fotografias para a pesquisa, Maria pediu para que eu também registrasse os eventos. Assim as fotografias foram realizadas com dois enfoques diferentes, o da pesquisa e o do evento em si. As fotografias foram separadas em duas pastas diferentes. Uma, que é a das notas de campo, na qual as fotos do evento feitas por mim com o enfoque na pesquisa são armazenadas por evento. A segunda pasta é destinada às fotos dos eventos feitas por meio das solicitações de Maria, as quais algumas vezes foram publicadas nas redes sociais do baile.

A câmera utilizada para realizar boa parte das fotos é fruto de um trabalho desempenhado entre os anos de 2015 a 2017, momento no qual produzia conteúdo para as redes sociais no blog denominado Uma Preta Afiada, esse que ainda cumpre seu objetivo inicial que é permitir que a população negra tenha acesso ao conhecimento e à representatividade também no meio digital. Ao comparar as fotos produzidas na pesquisa e as produzidas como fotógrafa nos eventos, percebo que tive e tenho oportunidade de dar “rostos”, “personalidade”, aos sujeitos que frequentam o baile. Essa reflexão se dá no momento em que percebo que ao fotografar

22 Há poucas fotografias, pois as regras acadêmicas exigem uma autorização dos sujeitos para que sua imagem seja divulgada, o que se torna inviável durante a realização dos eventos.

eventos com grandes públicos, alguns fotógrafos buscam registrar o fluxo de pessoas, a massa, e se esquecem dos sujeitos e das suas identidades que compõe os eventos.

As fotografias dos demais eventos, bem como do baile só aconteciam mediante autorização prévia de Maria. A produção das notas de campo também se deu a partir da percepção de que durante o baile era inviável ter um caderno na mão para tomar nota das percepções. Assim, utilizava o gravador do celular para registrar o que tinha observado e, posteriormente, esses áudios eram utilizados para escrever as notas de campo. Ressalto que tanto as fotografias quanto as gravações de áudio não aconteceram em todos os momentos. Em dois momentos da pesquisa fiquei sem telefone celular, percalços inerentes à atividade de pesquisadora, mas isso não comprometeu a pesquisa, mostrando-me que eu não podia ter somente um instrumento para a coleta de dados.

Nas reuniões da organização do Baile da Serra minha participação inicialmente era somente como pesquisadora, mas como desde o início houve a demanda da participação da universidade em projetos os quais a organização do baile julgasse pertinentes, passei a contribuir com a parte administrativa, especificamente com a parte financeira, que foi estruturada também como uma ação de extensão junto ao GET Cidades do NEOS. Ademais, a participação no coletivo Observatório das Quebradas também me permitiu compreender aspectos técnicos das solicitações de autorizações para a realização dos eventos.

Para responder um dos objetivos propostos, que é compreender como as mulheres negras se identificam no baile funk, foi desenvolvida no decorrer da pesquisa uma técnica de coleta de dados. Diante das inserções no campo, é notório como o funk é feito para, sobre, e, diversas vezes, por mulheres. Nessa perspectiva, utilizei letras de funk compostas e/ou cantadas por elas, como forma de compreender como as mulheres se identificam no baile a partir desse conteúdo. Essa foi utilizada durante a realização das entrevistas semiestruturadas. Por meio de uma pergunta indutora, indaguei as sujeitas se havia alguma música cantada e/ou composta por mulheres que quando ao escutar elas se identificassem com a letra. Tais perguntas foram como: “Tem alguma música cantada por uma mulher, que quando você escuta você diz: “essa é minha música!?”; ”eu sou essa mulher!?” Se sim, você poderia me dizer qual é?”

Na primeira tentativa, a reflexão sobre essa questão da identificação fez com que a sujeita demorasse a pensar na música e hesitasse se existiria outra. Ao procurar na biblioteca digital a

música nos deparamos com um percalço, o sinal de internet no aglomerado em alguns momentos é instável o que fez com que não conseguíssemos usá-la para fazer a busca. Diante do acontecido tracei uma nova estratégia: antes das entrevistas enviei uma mensagem para a sujeita pedindo para que ela escolhesse a música cantada e/ou composta por uma mulher que ela se identificasse, e antes da entrevista me enviasse o nome para que pudéssemos conversar melhor durante a entrevista. Essa estratégia deu certo com todas as sujeitas exceto Maria, que somente se lembrou da intérprete, mas não conseguiu se lembrar da música em si, mas ressaltou que essa era a única música com a qual ela se identificava. Ao executar a música já previamente baixada em meu celular e ler a letra junto à sujeita, a discussão sobre a identificação com a cantora e a letra da música foi extremamente profícua, e em alguns momentos levou às sujeitas a uma reflexão sobre o que o funk significava para elas, conforme será tratado em outro momento.

O uso de letras de funk como forma de coleta de dados para este trabalho foi algo que almejei desde o início da pesquisa. Como mencionado acima, por ser algo desenhado por mim, sua execução teve alguns percalços próprios de instrumentos de coletas de dados. Assumo que diante da quantidade de dados produzidos na pesquisa, não consegui dar o tratamento desejado por intermédio desse instrumento, que consistiriam em um tópico específico de análise destinado a eles. Deste modo, alguns dos dados coletados por intermédio da técnica de letras de música integraram o tópico 3.2 na análise de dados.

1.5 Análise Crítica do Discurso e a proposta de análise

A Análise do Discurso (AD) nos Estudos Organizacionais, segundo Carrieri *et al.* (2006), vem sendo utilizada como um método que supera as práticas discursivas faladas, escritas e interacionais nos ambientes das organizações, tendo como objetivo principal servir de instrumento de desvelamento e leitura do objeto, corroborando, ainda, as possibilidades de teorização. A Análise do Discurso representa, segundo os autores, uma técnica de análise útil para as pesquisas em organizações. Por meio da AD é possível realizar o estudo das formações sociais, ideológicas e discursivas de diferentes grupos organizacionais, contribuindo para a compreensão da realidade das organizações.

Ao compreender que os sentidos expressos pelas sujeitas dessa pesquisa precisariam ser interpretados e, para os fins deste trabalho, adotei a Análise Crítica do Discurso (ACD)

proposta por Van Dijk. Com origem em abordagens distintas, a ACD tem como pontos básicos em comum o posicionamento político aderente ao grupo social em desvantagem, a multidisciplinaridade, a preocupação social e a difusão e divulgação dos resultados de pesquisas como meio de aviso sobre as práticas de abuso de poder (GUIMARÃES, 2012).

Ao realizar um resumo do que se trata a ACD, Wodak (2004) assinala que a noção de “crítica” representa para os pesquisadores o distanciamento dos dados, situando-os no social, assumindo uma posição política de modo explícito e focalizando uma autorreflexão. A ACD ressalta a imprescindibilidade de um trabalho interdisciplinar como uma maneira de obter um entendimento mais amplo de como a linguagem funciona. E tem como preocupação o poder como condição central da vida social, e seu empenho para criar uma teoria linguística que integre essa visão como um de seus princípios elementares. Volta-se não somente para a noção das lutas pelo poder e pelo controle, a ACD volta-se também para a intertextualidade e a recontextualização de discursos que concorrem entre si.

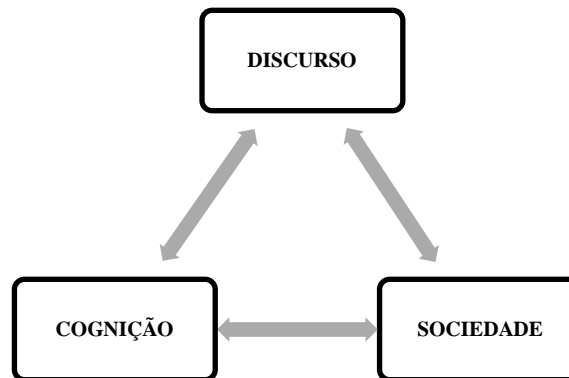
Entre as diversas características da ACD, é importante reforçar que essa não é uma “escola” que se dedica aos estudos discursivos. segundo Van Dijk (2008, p. 114) “a ACD objetiva propor um ”modo” ou uma ”perspectiva” diferente de teorização, análise e aplicação ao longo dos campos”. Assim, é constituída por teorias heterogêneas, as quais abarcam uma gama diversa de abordagens que se torna visível no teor dos estudos de cada analista (GUIMARÃES, 2012).

A ACD, sendo uma perspectiva crítica da análise do discurso, considera a produção dessa análise como uma “atitude”. Seu foco está nos problemas sociais, em especial no papel do discurso na produção e reprodução da dominação ou abuso de poder. Nessa vertente da AD, sempre que possível ocupa-se de ser coerente com os melhores interesses dos grupos sociais dominados, considerando as opiniões e experiências dos membros desses grupos lhes oferecem uma ajuda na luta contra a desigualdade social (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013, p. 353) Para os autores, diferentemente de outras vertentes de AD, a ACD não rejeita, mas declara e defende sua posição social e política, isto é, “ACD é tendenciosa – e orgulhosa disso”.

Ao se destacar por seus estudos na vertente sociocognitiva nos estudos discursivos, Van Dijk, ao realizar análises linguísticas e a ACD, demonstra seu interesse em práticas sociais

efetivadas pela linguagem, legitimadas e naturalizadas socialmente. Para esse teórico, é importante identificar quais práticas discursivas institucionalizam a sociedade e quais cognições sociais as permeiam (MELO, 2009). A abordagem sociocognitiva, elaborada por Van Dijk, propõe analisar o meio de produção discursiva considerando não meramente as perceptivas gramaticais e linguísticas, assim como os aspectos socioculturais em determinado o contexto (MACIEL; SARAIVA; MARTINS, 2018). O propósito do autor é realizar análises críticas considerando a tríade “discurso+ cognição+ sociedade” (figura 1), pois o autor recusa a premissa de que há uma relação direta entre poder e discurso. Desse modo, em seus termos, há necessidade de considerarmos uma interface cognitiva (VAN DIJK, 2008).

Figura 1: Tríade Discurso, Cognição e Sociedade



Fonte: Elaborado pela autora a partir de Van Dijk (2015).

Em uma abordagem multidisciplinar sociocognitiva, cada vértice do triângulo possui um significado. O discurso, de forma ampla, é compreendido como um “evento comunicativo”, que inclui expressões faciais, corporais, imagens, a modalidade escrita da língua, interações conversacionais, diagramação do texto ou qualquer outra forma multimodal de significação. A cognição abrange tanto o social quanto o pessoal, avaliações, objetivos, crenças, emoções e qualquer outra estrutura “mental” ou da “memória”, como os processos ou as representações envolvidas na interação e no discurso. Por fim, sociedade significa a integração, tanto no nível micro como as interações interpessoais, quanto nos níveis macro como as estruturas políticas e sociais, que são definidas em múltiplos termos como grupos, organizações, instituições, movimentos sociais, sistemas políticos, processos sociais, até os mais abstratos arranjos das culturas e sociedades (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013).

A abordagem sociocognitiva reconhece que as relações entre a tríade “discurso+ cognição+ sociedade” são mediadas entre si. Assim, as estruturas presentes nos discursos e as estruturas sociais são de meios distintos e só conseguem se relacionar através de representações mentais de usuário da linguagem como indivíduos e integrantes da sociedade (VAN DIJK, 2015). Nesse sentido, a ACD somente se torna completa alicerçada na articulação dos três elementos. Segundo Van Dijk (2000, p. 52):

[...] cada vértice desse triângulo está ligado aos outros dois. É impossível para nós explicar a estrutura do texto e a interação na ausência de uma abordagem cognitiva. Da mesma forma, não é possível explicar a cognição sem entender que o conhecimento e outras crenças são adquiridas e usadas nos contextos discursivo e social. Da mesma forma, cognição, sociedade e cultura, assim como sua reprodução, precisam de linguagem, discurso e comunicação. Então, em qualquer lugar do triângulo de onde começarmos a análise, logo descobrimos que a descrição sistemática, a análise e explicação devem resgatar esses segmentos interdisciplinares que constituem os lados da figura e que se conectam com os outros vértices do triângulo.

A interação, as situações e as estruturas sociais, nessa acepção, podem apenas influenciar a fala e o texto por intermédio das interpretações dadas por agentes de tais ambientes. No entanto, o discurso só é capaz de influenciar as estruturas e as interações sociais por meio da mesma interface cognitiva de atitudes, conhecimentos, ideologias e modelos mentais (VAN DIJK, 2000; 2015). A ACD defendida pelo autor deve ser sociocognitivista, isto é, de acordo com modelos mentais cognitivistas. Tais modelos mentais são tidos como únicos, além de serem pessoais e subjetivos. Os usuários da língua irão interpretar os eventos comunicativos a partir de seus conhecimentos prévios, de emoções e de maneira pessoal em emprego dos próprios objetivos (VAN DIJK, 2012).

Os modelos mentais se estruturam também conforme as experiências registradas em nossas vidas por intermédio da memória episódica, indicando quais acontecimentos foram mais ou menos relevantes. Esses modelos se referem, também, aos conhecimentos sociais e gerais. Sendo considerados incompletos, os textos falados ou escritos necessitam dos conhecimentos gerais dos enunciadores ou leitores na construção de modelos mentais em relação a objetivos, ambientes e conhecimentos do leitor/receptor. Para tanto, esses modelos de conhecimento necessitam dos conhecimentos de cada indivíduo na interação discursiva (VAN DIJK, 2012).

Tais conhecimentos têm correspondência com as experiências individuais e o que é socialmente partilhado com outras pessoas. O indivíduo busca integrar grupos específicos nos quais as posições ideológicas coincidem com as suas perspectivas de mundo que serão aplicadas as diversas rotinas da vida cotidiana, como opinião política e posicionamentos variados (VAN DIJK, 2003; 2008). Ao se identificar e efetivamente fazer parte de um grupo, o indivíduo passará a espelhar em seus discursos pontos de vista semelhantes aos compartilhados pelos outros participantes de seu grupo social. Tal comportamento é denominado pelo autor de “atitude ideológica”, a qual se converterá em prática social.

Os modelos permitem também analisar, além dos elementos já expostos, dois conceitos importantes que se relacionam diretamente com o contexto: relações de poder e racismo. Van Dijk (2008, p. 17) ao definir seu conceito de poder difere sua definição em relação a outras áreas do conhecimento: “embora haja muitos conceitos de poder na filosofia e nas ciências sociais, defino poder social em termos de controle, isto é, de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros”.

Nessa perspectiva, as relações de poder, segundo o autor, são relações específicas de controle entre grupos sociais e organizações. O controle assume, então, uma dimensão social e cognitiva. Na dimensão social, o controle das ações (consequentemente dos discursos) de grupos socialmente oprimidos e seus membros; na dimensão cognitiva, o controle de suas cognições pessoais e socialmente compartilhadas, como conhecimento, atitudes, modelos mentais e ideologias. Tal poder pode assumir características legítimas, como em sociedades que adotam a democracia ou no exercício do poder parental, por exemplo. Entretanto, nos Estudos Críticos do Discurso (ECD) o foco está nas relações de abuso de poder ou dominação. Por isso, o discurso exerce um papel central no exercício de poder (VAN DIJK, 2015).

Ao exercer esse papel, o discurso também poderá legitimar o racismo. Para Van Dijk (2008, p. 134), o racismo se origina de um processo histórico que, em diferentes momentos, busca respaldo no discurso para oprimir e escravizar pessoas socioculturalmente diferentes. Segundo o autor, “o discurso reside no coração do racismo”, sendo os preconceitos étnicos e as ideologias racistas legitimadas e defendidas pelo discurso, o que ocorre por meio da fala, da escrita e da comunicação, sendo o racismo social e cognitivo. As práticas sociais de

discriminação associadas ao discurso são a forma pela qual o racismo é propagado na sociedade: “essas representações mentais do racismo são tipicamente expressas, formuladas, defendidas e legitimadas no discurso e podem assim ser reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante”.

Essas relações de dominação reproduzidas e compartilhadas dentro do grupo dominante são as estruturas que a ACD dedica seus estudos. Ao realizar uma análise do discurso a partir da ACD, segundo Van Dijk, Medeiros e Andrade (2013), é necessário realizar escolhas e selecionar as estruturas mais significativas no estudo de um problema social. Algumas ideias, mesmo que subentendidas, são importantes para que compreendamos quais características discursivas podem variar em função das estruturas sociais. Nesse sentido, os dados coletados por meio da observação participante são fundamentais para a compreensão do contexto em que o discurso das sujeitas está inserido.

Analisar o discurso nessa perspectiva não é somente analisar o que está sendo dito, mas também como o discurso está sendo emitido. O contexto passa então a não ser somente pano de fundo das análises, mas se torna elemento constitutivo do próprio discurso. Pode-se, desse modo, não somente tomar uma análise material do discurso, mas também a repercussão desse discurso sobre os atores sociais, o que permite explicar por que as pessoas que estão expostas ao mesmo discurso o compreendem e o reproduzem de formas diferentes (VAN DIJK, 2012).

A ACD proposta por Van Dijk (2014) compreende um estudo multidisciplinar do discurso no nível linguístico, no nível de produção, no da recepção e interpretação dos atores sociais e no nível social. Estes níveis propostos pelo autor não possuem uma hierarquia. O autor cita ainda como exemplo de análise multidisciplinar do discurso a história e a cultura, desse modo, traçar um histórico do discurso o situando na história é fundamental para que nessa pesquisa eu possa realizar uma análise mais completa dos discursos das sujeitas.

A partir da análise proposta pelo autor na tríade “discurso+ cognição+ sociedade”, das suas construções teóricas, das variáveis teóricas desse trabalho e dos dados coletados em campo, por intermédio da observação participante e das entrevistas semiestruturadas, a análise dos dados foi realizada em consonância com o arcabouço teórico. O contexto presente em todos os discursos apresentados nesse trabalho está sistematizado em capítulos teóricos-empíricos.

Para a categorização e posterior análise dos dados coletados por intermédio das entrevistas semiestruturadas, foi realizada a transcrição dos áudios gravados. No total foram realizadas 12 entrevistas totalizando 16 horas gravadas. Os dados, segundo Manzini (2006, p. 371), podem ser analisados tendo como base a forma como foram coletados e transcritos. Saliento que as transcrições dos dados coletados contêm somente informações de natureza verbal.

Um desafio dessa investigação foi estabelecer recortes na transcrição dos áudios, visto que as primeiras foram realizadas por mim, e por ter iniciado um trabalho, nesse momento precisei terceirizar o serviço. Tive o auxílio de dois transcritores profissionais e da minha irmã, que, no momento da pesquisa, era graduanda em Letras. Então foi definido que o não verbal não seria transcrito e que as falas seriam descritas de forma literal, para garantir maior fidedignidade aos depoimentos.

Para a categorização dos dados utilizei o *software* NVivo²³. De acordo com Rettie *et al.* (2008), diversos debates são realizados acerca da utilização de softwares por pesquisadores, entre eles os benefícios na utilização desse tipo de ferramenta para viabilizar pesquisas qualitativas com grande quantidade de dados, permitir o registro das etapas executadas e otimizar o tempo em suas sistematizações, o que não é feito sem riscos. Wickham e Woods (2005) apontam como riscos a perda de controle do pesquisador nas codificações e o risco de se adequar a metodologia a ferramenta e não ao contrário. Nesse sentido, ao realizar a categorização dos dados tomei o cuidado para que a utilização do software fosse somente para que os dados ficassem dispostos de uma forma mais organizada e de fácil acesso.

A análise dos dados foi realizada da seguinte forma: no software NVivo foram criados tópicos de acordo com o roteiro semiestruturado e a partir do momento que novos assuntos foram surgindo, novos tópicos foram criados. A criação dos três macrotópicos que englobavam os três objetivos específicos, uma vez que eles fornecem uma ideia geral do assunto, além de controlar muitos outros aspectos do discurso e da análise, o que seguiu a orientação de Van Dijk (2008). Após a categorização dos dados, eles foram analisados de acordo com a ACD proposta por Van Dijk e pela complexidade do tema, aportes teóricos também foram utilizados para auxiliar a análise.

23 O NVivo é um *software* de análise de dados qualitativos, que integra diferentes ferramentas para trabalhar com texto, fotografias, vídeos, áudios etc.

2 GÊNERO E SUBJETIVIDADES NEGRAS PERIFÉRICAS: AS ABORDAGENS TEÓRICAS DA PESQUISA

Nesse capítulo busco aprofundar conceitos importantes para a compreensão da complexidade do organizar do Baile da Serra. Compreender gênero e, conseqüentemente, a interseccionalidade por intermédio dos marcadores sociais, bem como os conceitos de sujeito e subjetividade é importante para posicionar essa pesquisa e as sujeitas as quais ela se refere. A teorização sobre as periferias e favelas, os sujeitos que as compõem e a constituição do Aglomerado da Serra são fundamentais para o entendimento de como se dão as dinâmicas no território em que o Baile da Serra está inserido.

2.1 Gênero

Nesse eixo, apresento as conceituações de gênero adotadas nesse trabalho, conceitos os quais explorarei na próxima seção. Enfatizo que, ao refletir sobre o que considero ser a conceituação sobre gênero mais adequada para esse trabalho, não desconsidero as demais abordagens e conceituações sobre o tema proposto. Com isto, reitero que não pretendo não as homogeneizar e reduzir às características aqui apresentadas.

2.1.1 Gênero como uma categoria de análise interseccional

Com maior visibilidade a partir dos anos 1970, a temática sobre gênero tem sido pesquisada por teóricos de diferentes áreas do conhecimento, obtendo potência nos campos da Antropologia, da Ciência Política, da Psicologia e da Sociologia (MATOS, 2008). Como afirma Louro (2007), este campo acadêmico tem ganhado visibilidade, não fazendo alusão a uma única teoria, definitiva e consensual, mas a estudos que possuem divergências e tensões metodológicas.

Para as teóricas de gênero, nenhuma das correntes teóricas (Marxismo, Funcionalismo, Estruturalismo) deu conta de esclarecer completamente a opressão sofrida pelas mulheres (GARCIA, 2011, p. 21). Nessa perspectiva, um dos resultados mais significativos foi a crise de paradigmas: “quando as mulheres apareceram nas ciências sociais, sejam como objeto de investigação ou como pesquisadoras, colocaram em xeque todas as teorias estabelecidas”,

colocando em xeque a validade das pesquisas, a suposta neutralidade dos termos e das teorias e as presunções de universalidade. A inserção dos estudos de gênero supôs uma recombinação de todos os grandes temas das Ciências Sociais.

A expressão *gender*, segundo Scott (1995), foi apropriada pelo movimento feminista nos anos 1960, inicialmente pelas feministas americanas, que desejavam ressaltar o caráter substancialmente social das distinções baseadas no sexo, sendo utilizado para estudos das diferenças entre os sexos, não somente pelo enfoque sociológico, mas, acima de tudo, cultural e político. O uso do termo por elas denotava uma rejeição explícita ao determinismo biológico contido na utilização de termos como “diferença sexual” ou “sexo”. O uso da terminologia gênero salientava a ótica relacional das definições normativas da feminilidade. As feministas se incomodavam com a produção de pesquisas sobre mulheres que nelas se concentravam de forma extremamente estreita e distante. Assim, utilizavam gênero para inserir no vocabulário analítico uma noção relacional. Conforme essa visão, os homens e as mulheres eram estabelecidos em termos recíprocos, não podendo compreender qualquer um dos sexos por intermédio de um estudo totalmente separado (SCOTT, 1995).

O termo gênero, tendo sido utilizado na sua forma mais simples como sinônimo de mulheres, foi apropriado por livros e artigos de todos os tipos e campos do conhecimento que tinham como tema a história das mulheres, modificando o termo “mulheres” por “gênero”. Ele pretende conquistar reconhecimento político desse campo de pesquisas: seu uso objetiva propor a “erudição” e a seriedade de um trabalho, evocando um sentido mais objetivo e neutro do que mulheres, parecendo se ajustar à terminologia científica das Ciências Sociais. Por não parecer constituir uma forte ameaça, o termo gênero inclui as mulheres sem lhes mencionar, constituindo um dos fatores daquilo que se poderia denominar de tentativa de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 1980 (SCOTT, 1995).

Já na análise de Butler (2003), a questão das mulheres como sujeitas do feminismo suscita diferentes possibilidades. Uma delas é de não haver um sujeito que se posicione “perante” a lei, aguardando representação pela própria lei ou na lei. Todavia, há uma complicação no âmbito político que o feminismo encontra ao supor que o termo “mulher” indique uma identidade comum, tornando a discussão e o uso desse termo um ponto de objeção e de inquietação. Essa concepção dominante da relação entre teoria feminista e política passa a ser

contestada, uma vez que o próprio sujeito das mulheres não é mais entendido em termos perenes ou estáveis.

A respeito da discussão entre “sexo” e “gênero”, a autora afirma que essa surge para questionar a formulação de que a biologia é o destino. Desse modo, mesmo que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: não é nem a resultante causal do sexo, nem muito menos tão supostamente fixo quanto o sexo. A unidade do sujeito concede espaço ao gênero como interpretação diversificada do sexo. Se o gênero então “são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2003, p. 24). Ao criticar a noção de sexo como biológico, Butler (2003, p. 26) realiza também a crítica da própria noção de gênero:

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei natural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino.

A compreensão da autora rejeita a diferenciação entre sexo e gênero e ideia de que gênero é uma interpretação cultural do sexo, dado que o próprio sexo é interpretado também como cultural, e, dessa forma, constituído discursivamente. Por conseguinte, é o discurso cultural hegemônico que normatiza as estruturas binárias de sexo e gênero, criando fronteiras para as perspectivas de configurações do gênero na cultura (BUTLER, 2003).

A autora em seus estudos também aborda discussões sobre gênero e política a partir da noção de performatividade (BUTER, 2003, p. 194):

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de

o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado.

Na concepção de performatividade de Butler (2003), o gênero é constituído por “gestos” e “atos” que se repetem ao longo do tempo, essa construção do gênero e da sexualidade se dá pela repetição de discursos, assim o gênero é criado, não sendo algo criado pelo sujeito individualmente voltado para si mesmo. Desse modo, a identidade de gênero é instituída a partir da repetição de atos performativos, isto é, por intermédio de gestos corporais, falas, papéis e movimentos, o gênero é estabelecido, e está em constante transformação. É por meio da performatividade que o gênero pode ser concebido no fazer-se e constituir-se no tempo.

Garcia (2011) também, ao discutir gênero como categoria central da teoria feminista, salienta que essa parte da concepção que o masculino e o feminino não são fatos naturais ou biológicos, mas construções culturais. Gênero então não seria sinônimo de sexo. Ao se falar sobre sexo estamos nos referindo à biologia, e ao falar de gênero, às normas e às condutas determinadas para homens e mulheres em função do sexo. Diante da necessidade de se analisar as teorias de gênero sobre um novo ângulo, Louro (2002, p. 15) declara que:

A emergência da categoria [gênero] representou, pelo menos para aquelas e aqueles que investiram na radicalidade que ela sugeria, uma virada epistemológica. Ao utilizar gênero, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres, sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder. O impacto dessa nova categoria analítica foi tão intenso que, mais uma vez, motivou veementes discussões e mesmo algumas fraturas internas. Também as relações de gênero passaram a ser compreendidas e interpretadas de muitas e distintas formas, ajustando-se (a) ou interpelando referenciais marxistas, psicanalíticos, lacanianos, foucaultianos, pós-estruturalistas [...].

As constantes revisões e críticas às teorias de gênero contribuem para os diferentes estudos feministas. Segundo Soares (2004), a investigação feminista contemporânea tem notado o gênero como uma categoria de análise de grande potencial para explicar as desigualdades entre as pessoas, como parte de uma construção social heterogênea de identidades, diferenças e hierarquias. O feminismo também será confrontado com a necessidade de pensar as

diferenças ao refletir sobre a impossibilidade da existência de uma vivência universal entre as mulheres. A teoria feminista necessita lidar com o questionamento da pressuposta identidade do próprio sujeito do feminismo – “a mulher” (MACÊDO, 2011).

Ao historiar e problematizar as experiências das mulheres, as teorias feministas tornam evidentes as ideologias, os estereótipos e os preconceitos criados por eixos de dominação que passam a ter suas estruturas desafiadas (CARDOSO, 2012). Essa autora cita as mulheres negras como exemplo de um grupo historicamente subalternizado, que tem sua condição de sujeitas negadas pela discriminação racial e pelo sexismo, sucedendo em sua exclusão como “sujeito social” e também na recusa das suas habilidades intelectuais para gerar conhecimento.

As feministas, ao tentar construir um sujeito político feminista universal, buscando uma base comum entre as mulheres, receberam críticas das feministas lésbicas, das negras e latino-americanas, das feministas dos países de Terceiro Mundo e das ex-colônias. Essas críticas se referem ao feminismo branco hegemônico, colocando em questão “o que é ser mulher” e sinalizando que a unidade entre essas também é excludente, opressora e dominante. São colocadas então em questão as discussões sobre identidade, um problema não apenas político, mas também teórico (MARIANO, 2005).

Ao propor interrogar as relações mantidas por mulheres reais enquanto agentes históricos com o conceito normativo de mulher, que é produto do discurso hegemônico, Lauretis (1999) busca refletir sobre a pergunta: “O que é uma mulher?”. Para a autora, antes de buscar resposta para a pergunta, deve-se deixá-las falar para que nos digam quem são ou quem eram. E isso não somente pelo fato dessas mulheres terem sido submetidas à exclusão e ao silêncio, mas também por que a construção do gênero é, simultaneamente, resultado de um processo de representação e de autorrepresentação.

2.1.2 Marcadores Sociais

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar.

Kathy Davis

O gênero como um conceito universal tem sido criticado por diversas estudiosas e estudiosos. Oyèrónke Oyěwùmí (2002), pesquisadora nigeriana, ao analisar os conceitos eurocêntricos feministas sobre gênero, afirma que essa crítica tem se revelado à medida que ela se torna política particular de mulheres americanas brancas, cujo idioma predominante é o inglês. A autora evidencia que a crítica mais significativa de articulações feministas de gênero é aquela realizada por várias estudiosas afro-americanas, que insistem que nos Estados Unidos gênero de modo algum pode ser considerado fora de raça e classe. A insistência sobre a necessidade de pensar sobre a diferença entre as mulheres suscitou outra necessidade, a de teorizar múltiplas formas de opressão, principalmente sobre as quais desigualdades de raça, gênero e de classe são notórias.

Bell Hooks (2004), ao discorrer sobre a teoria feminista, considera ser primordial para a continuidade dessa luta que se reconheça a perspectiva das mulheres negras, e que o feminismo negro opere com base nas lutas em que raça, classe e gênero se apresentem como aspectos simultâneos de opressão. O feminismo negro, marcado pelo movimento negro e pelas lutas antirracistas nas décadas de 1970 e 1980 na agenda política estadunidense, marca a reflexão e a produção teórica feminista e ativista desde então. A partir dessa perspectiva, se torna possível criticar a hegemonia sexista, racista e classista, o que possibilita também uma alternativa contra hegemônica. Na concepção de Audre Lorde (1982), estudiosa estadunidense de origem caribenha, o debate feminista de qualquer tipo fica deturpado se não forem consideradas as diferenças de raça, classe, sexualidade e idade. Afirma, ainda, que suscitar simplesmente a tolerância entre as mulheres é o “mais burro” dos reformismos, visto que pressupõe rejeitar a função que as diferenças desempenham na vida das mulheres.

Igualmente emergentes e marcando a agenda do feminismo, outras discussões se centravam na importância e na necessidade de se atentar às mulheres latino-americanas, sujeitas às formas locais de estratificação como o imperialismo e a colonização (OYĚWÙMÍ, 2002), fazendo com que o feminismo comece a lidar com noções mais inclusivas, inserindo a raça e a cultura como marcos para pensar e integrar mulheres que não eram alvo do feminismo ou não se viam em suas propostas (OLIVEIRA, 2010). Segundo Cláudia Cardoso (2012, p. 111), teóricas feministas latinas propõem a necessidade de pensar as teorias feministas desde o Sul Global, desde a América Latina e Caribenha, “desde nossa experiência particular colonial e

pós-colonial, uma vez que, de alguma forma, somos sempre interpretadas a partir de teorias tecidas fora de nossos contextos, de nossas realidades”.

Sendo umas das primeiras a evidenciar a intersecção das categorias de gênero e raça com um aspecto que marca a diferença de mulheres, as feministas estadunidenses introduzem também a crítica ao feminismo enquanto teoria e prática (BARBOSA, 2010). Nos Estados Unidos, a interseccionalidade (*interseccionalidade*), segundo Moutinho (2014), se estabelece como um campo de estudos específico, no qual alguns nomes, temas e perspectivas são recorrentes, como o de Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo.

Antes mesmo de a interseccionalidade se configurar enquanto termo e conceito cunhado por Crenshaw (1989, 2002) e um campo de investigação, diversas estudiosas, tendo como base principalmente o feminismo negro, tomaram a questão das mulheres a partir de diferentes eixos de opressão, sobretudo o racismo, classismo e o sexismo. Os estudos interseccionais, dessa forma, podem ser encontrados em trabalhos de teóricas entendidas e autocompreendidas como mulheres negras as quais buscam não apenas criar um conceito, mas diferentes análises que sejam capazes de englobar múltiplas opressões que atravessam diferentes experiências (LIMA, 2018). Nesse trabalho, apresento discussões suscitadas por teóricas estadunidenses (BRAH, 2006; COLLINS, 1990, 2017; CRENSHAW, 1989, 2002; HOOKS, 2004; LORDE, 1982) e de intelectuais brasileiras (CARDOSO, 2012; WERNECK, 2007, 2016) e pela teórica nigeriana Oyěwùmí (2002), para refletir sobre os diferentes marcadores sociais e as diferentes opressões que perpassam a vida de mulheres negras.

As análises de Crenshaw (1989; 2002) são um marco para o campo da interseccionalidade, possuindo fundamentalmente dois grandes eixos, constituídos pela intersecção entre gênero e raça, justiça e violência. Diante das críticas realizadas pelas feministas negras nas décadas de 1970 e 1980, Crenshaw (1989, p. 39) escreve um ensaio que coloca em discussão como a dupla discriminação baseada ora no gênero, ora na raça, opera no interior do sistema legal estadunidense. A autora traz a experiência das mulheres negras para o centro do debate, afirmando que há uma tendência “de se tratar raça e gênero como categorias mutuamente exclusivas da experiência e da análise”, mas que essas mulheres em alguns momentos experimentam a discriminação como mulheres negras, a autora destaca: “não a soma de discriminação por raça e sexo, mas como mulheres negras” (CRENSHAW, 1989, p. 44).

Ao inserir a especificidade da experiência das mulheres negras no centro do debate, Crenshaw (2002) reitera que a interação entre dois ou mais eixos de subordinação causa consequências dinâmicas e estruturais, ocasionando um problema a ser tratado. Essa conceituação é a de definição da interseccionalidade. Sistemas discriminatórios como o patriarcado, o racismo, a opressão de classe, entre outros, são temas que segundo a autora devem ser tratados pela interseccionalidade, já que produzem desigualdades estruturantes das posições relativas a raça, gênero, etnia e classe. De acordo com aspectos dinâmicos do que a autora chama de “desempoderamento”, os eixos de subordinação perpassados pelas discriminações, necessitam de políticas e ações específicas para que essas opressões sejam combatidas. Ao corroborar com as ideias da autora supracitada, Silva (2017, p. 123) afirma que a “intersecção forma sujeitas específicas com lugares sociais definidos e formas de ser e estar no mundo e nas relações interpessoais”.

A definição de Crenshaw (1989; 2002) do termo interseccionalidade é uma das conceituações possíveis sobre o tema, sendo de fundamental importância para o campo acadêmico, mas, como afirma Piscitelli (2008), não é a única, a primeira ou a maior influência teórica sobre o tema. Jurema Werneck (2016, p. 543), intelectual brasileira, reforça a definição de interseccionalidade:

[...] ao destacar a intersecção, a conexão, a interdependência das diferentes “variáveis” presentes nas relações sociais e políticas, essa ferramenta permite dar um sentido mais complexo a noções de diversidade, diferença e discriminação. A interseccionalidade permite visibilizar as diferenças intragrupo, inclusive entre aqueles vitimados pelo racismo, favorecendo a elaboração de ferramentas conceituais e metodológicas mais adequadas às diferentes singularidades existentes. Permite, ainda, maior consistência na compreensão dos modos de aproximação e realização dos princípios de universalidade, integralidade e equidade na política pública.

A coexistência de diferentes fatores pode ocorrer de forma simultânea na vida das pessoas e permite compreender a complexidade do contexto em que grupos e indivíduos estão inseridos. O entendimento dessa complexidade para a autora é o que possibilita a busca por soluções pertinentes para a multiplicidade de indivíduos e grupos sociais existentes nas sociedades (WERNECK, 2007; 2016).

Tendo como base conceito de interseccionalidade, Patricia Hill Collins (1990) afirma que este deve ser utilizado como alicerce teórico para compreender as experiências das mulheres negras. Raça, gênero e classe constituem os principais eixos de opressão que atingem fortemente as experiências das mulheres negras nas sociedades pós-coloniais da diáspora negra. Ao compartilhar uma concepção ideológica alicerçada nas noções de superioridade e inferioridade, os eixos e sistemas de opressão, constroem suas ideias de dominação, estruturadas ao longo dos eixos e em diferentes níveis. Segundo a autora, portanto, para as feministas negras, a inserção da perspectiva racial é essencial, ao passo que raça reconfigura a forma como as mulheres negras experienciam gênero em muitas sociedades (COLLINS, 2017).

Alicerçada nas ideias de Collins sobre interseccionalidade, utilizando o conceito de marcadores sociais, Cláudia Pons Cardoso (2012) estudiosa brasileira, destaca a importância de se compreender que esses são resultados de “processos de dominação e opressão”, mas também são produtores de identidades. A autora salienta que, com essa afirmação, não está reduzindo os marcadores sociais a simples categorias descritivas das identidades dos indivíduos, muito menos esquecendo que a definição dos espaços sociais é provocada pelas estruturas sociais:

Os marcadores sociais são, inegavelmente, dispositivos que promovem a desigualdade entre os grupos sociais, mas, também, podem ser acionados pelas mulheres em situações de agenciamento e empoderamento para o questionamento das estruturas de opressão. A importância do conceito está em sua capacidade de caracterizar as opressões, devendo, entretanto, ser evitado o entendimento de que a interseccionalidade entre as opressões é um bloco totalmente homogêneo que cai pesadamente sobre a vida das mulheres, frustrando qualquer possibilidade de mudança. Esta perspectiva enfraquece o próprio objetivo político do conceito, ao negar a autonomia das mulheres e ao ocultar as experiências individuais e, principalmente, coletivas, de enfrentamento às opressões (CARDOSO, 2012, p. 57).

Segundo a autora, ao fundamentar-se na interseccionalidade de opressões, o feminismo negro está vigilante ao exame desses níveis, proporcionando uma mudança emblemática, na qual ao dar prioridade nas investigações às experiências das mulheres negras ele força assim o aparecimento de novos pontos de vistas sobre as “relações sociais de dominação e

resistência”, apresentando outras formas de saber, que permitem e podem permitir aos grupos subordinados se autodefinirem a partir de suas próprias realidades (CARSOSO, 2012, p. 57).

Avtar Brah (2006, p. 341), propondo uma análise macro para os por ela denominados marcadores de identidade, declara ser de suma importância considerar simultaneamente subjetividade e identidade para compreender as dinâmicas de poder na diferenciação social. Os processos pelos quais os indivíduos se tornam sujeitos não representam apenas que alguém estará sujeito a um poder supremo, mas algo além, que pode oferecer possibilidades diversas para o sujeito. Os marcadores de identidade como classe, gênero ou etnicidade não se apresentam somente como formas de categorização exclusivamente limitantes, mas também como possibilidade de ação: “diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais”. Essa nem sempre é um marcador de hierarquia e opressão, tornando necessário saber se ela pode resultar tanto em exploração, desigualdade e opressão, ou em diversidade, igualitarismo e formas democráticas de agência política.

Nesse sentido, escrever não sobre as mulheres negras periféricas do Baile da Serra, mas com elas, é dar um tratamento interseccional a identidades e subjetividades que são necessariamente múltiplas. Essas mulheres nunca serão apenas mulheres, ou negras, ou periféricas, ou organizadoras do baile, visto que, em um processo coletivo de construção de identidades, os obstáculos existentes que buscam manter, especialmente, estas sujeitas em determinados contextos políticos, culturais e econômicos, incidem com maior potência sobre elas.

2.2 Sujeito e Subjetividade

A única finalidade aceitável das atividades humanas é a produção de uma subjetividade que enriqueça de modo contínuo sua relação com o mundo.

Félix Guattari

Diante das distintas teorizações sobre sujeito e subjetividade, especificamente nesse trabalho me interessa a visão foucaultiana. Assim, apresento os conceitos e principais teorias sobre sujeito e subjetividade em Foucault.

2.2.1 Concepções de Sujeito

Como ponto de partida deste capítulo, trago a concepção de sujeito que, como salienta Benites (2006), é explorada em diferentes campos do saber. As concepções de sujeito e subjetividade ganham uma proporção polissêmica no decorrer do transcurso histórico, entrecruzadas às questões de cunho epistemológicos elaboradas em cada campo do saber e em determinado momento histórico. Para a compreensão e reflexão sobre essas concepções, é necessário reconhecer o enfoque filosófico implicado. De um lado, temos a concepção de sujeito a partir de Freud que se ampara em um sujeito que se substancia ao longo do decurso histórico circunstanciado pelo cotidiano; por outro, uma concepção que destaca a produção da subjetividade como um episódio vinculado a um momento social e histórico definido (SILVA; GARCIA, 2011).

Diante dessas duas noções, esse trabalho se interessa particularmente pela noção de sujeito e subjetividade como acontecimento atrelado a um determinado momento social e histórico, o que o aproxima da noção foucaultiana. Ao afirmar que é contrário à ideia de se fazer precocemente uma teoria do sujeito, uma teoria *a priori*, Foucault é contundente ao declarar que essa visão supõe que a existência humana tivesse sido trucidada, enclausurada ou alienada em mecanismos de punição desde processos sociais, históricos e econômicos. O autor defende que o sujeito é histórico, mas produzido na sua própria história e pela história que o transpassa.

Ao referir-se ao sujeito, Foucault não mantém proximidade com os princípios filosóficos hegemônicos sobre o tema. Esses atrelam a noção de sujeito ao seu sentido etimológico: do latim, *subjectum*, “particípio passado passivo neutro, substantivado, do verbo *subjicere* = lançar, colocar sob. [...] coisa ou substância sujeita à predicação” (FONTANIER, 2007, p. 121), o sujeito é entendido como aquilo subjaz, sobre o qual incidem as predicações.

Esse sujeito não é o que objetivava estudar o autor. Com o intuito de elaborar uma teoria do sujeito que não tivesse consonância com os princípios filosóficos hegemônicos, ele buscava teorizar sob uma analítica dos diferentes modos de subjetivação (FERREIRA NETO, 2017). Desse modo, o autor afirma que não é o poder, e sim, o sujeito o objeto geral de suas pesquisas: “não é, pois, o poder, mas o sujeito”. O que atraía o autor eram os “diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornaram sujeitos” (FOUCAULT,

1995, p. 231). Em Foucault, portanto, não há um sujeito que seja universal, genérico e transcendental, mas há todo o tempo sujeitos históricos e localizados, existindo, assim, uma multiplicidade de sujeitos: “de direito, das disciplinas, da norma, da moral, da sexualidade, sujeito produzido pelo conhecimento”, visto que sua problematização não sugere uma categoria genérica, mas para sujeitos regionalizados e historicamente construídos (PRADO FILHO; MARTINS, 2007, p. 17)

É nesse âmbito que Foucault analisará o sujeito e a subjetividade, pensados e teorizados em sua constituição histórica, suscetível de modificação e transformação, por meio dos quais o sujeito se constitui e chega a ser o que é (CASTANHEIRA, 2012). O sujeito “não é uma substância. É uma forma, e esta forma não é, sobretudo nem sempre, idêntica a si mesma” (FOUCAULT, 2004, p. 275). Essa forma apontada pelo autor não se encontra vazia, ela se preenche nas diferentes relações que constitui, sejam elas com os outros, seja de si consigo. Isso significa que o sujeito não está liberto das relações que o cercam, longe disso: ele se estabelece mediante essas relações (CARVALHO, 2008).

Ao se proceder a uma análise que tenha como ponto de partida as relações de força, em que a liberdade e o poder estão em contínuo confronto, é necessário, em um primeiro momento, compreender o sujeito como um objeto constituído historicamente, alicerçado em formas que lhe são exteriores, isto é, pela sujeição a outrem, mas também pela imagem que forma de si próprio (CARVALHO, 2008). O processo de constituição do sujeito concerne a formas de sujeição em que “o sujeito é submetido ao outro pelo controle e a dependência, e ligado à sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento” (FOUCAULT, 1995, p. 278).

Para se compreender o campo no qual se constituem os sujeitos, é preciso compreender o enfrentamento e a luta de forças no qual eles se constituem, sendo a chave que possibilitará os desenvolvimentos subsequentes no que se refere à constituição das subjetividades (CARVALHO, 2008). Tendo em vista essa perspectiva, a subjetividade é efeito e resultado das relações de poder ou saber e refere-se a sujeitos diversos, que não o sujeito “universal da razão, da cognição, ou da consciência, nem sujeito autônomo, livre, ator ou agente” (PRADO FILHO; MARTINS, 2007).

2.2.2 *Concepções de Subjetividade*

Tendo em vista a noção de sujeito descrita nesse trabalho, pretendo também conceituar a de subjetividade. Segundo González-Rey (2003), a noção de subjetividade é um complexo sistema, acometido pelo próprio percurso da sociedade e das pessoas que a constituem, dentro do movimento regular das redes de relação que configuram o desenvolvimento social.

Ao realizar uma análise do conceito, Prado Filho e Martins (2007) demonstram que os primeiros questionamentos sobre subjetividade surgem na filosofia moderna com Kant no contexto filosófico das preocupações epistemológicas quanto à produção do conhecimento de maneira negativa, tornando a subjetividade algo que deve ser neutralizada e superada para se obter uma verdade objetiva. Por persistir ao longo do século XX, essa concepção negativa teve como desdobramento a ênfase da contaminação do conhecimento por ela, mas, em outro ponto, as epistemologias contemporâneas alegam que a subjetividade tem de ser considerada na produção do conhecimento por não se contrapor ao critério de objetividade. Outro fator também tem sido apontado como contaminador da neutralidade científica: o poder. Porém, já nos anos 1960, Foucault critica essa divisão quando liga indissociavelmente em suas análises a respeito de poder, saber e subjetividade. Para ele, subjetividade se produz na relação das forças que transpassam o sujeito, no ponto de convergência das práticas de objetivação pelo poder ou saber com os modos de subjetivação.

Mas é necessário também afirmar que as concepções foucaultianas de sujeito e subjetividade possuem uma dimensão muito singular. O termo subjetividade se refere ao modo pelo qual o sujeito experiencia a si mesmo em um jogo de verdade no qual está em conexão com si mesmo, isto é, o modo pelo qual ele se percebe e se identifica como um lugar de saber e produção de verdade (FISCHER, 1999). No entendimento de Deleuze (1992), Foucault, além disso, apontou também como os modos de subjetivação se fazem completamente distintos nos diferentes momentos históricos, gerando formas de existência e estilos de vida particulares: ele salienta que o autor atestou, acima de tudo, que nos interstícios do processo de saber e poder, em combate com esses mesmos dispositivos, há um lugar de “intensidades”, uma chance ética-estética de se gerar uma “existência artista” (DELEUZE, 1992, p. 142).

No registro foucaultiano, a subjetividade não é, portanto, uma estrutura isolada e primordial, preexistente na realidade, ela concerne a maneiras de se relacionar consigo mesmo, com os

outros e com o mundo tendo, assim, uma característica momentânea e transitória, própria de um processo (CASTANHEIRA, 2012). A noção de subjetividade em Foucault possui, então, três dimensões. Primeiramente, ressalta-se a diferença entre subjetividade tomada como assujeitamento e a subjetividade como atitude crítica ou prática de si; não sendo preocupação do autor se um sujeito é ou não autônomo, mas se ele está disposto a se tornar sujeito da crítica, se opondo aos mecanismos de poder governamental. A segunda dimensão se refere à prática de si, não consistindo em um trabalho intraindividual, mas coletivo e institucional. Por último, tanto na subjetividade assujeitada quanto na autônoma, existe uma forma propícia de relação com normas extraídas da cultura (FERREIRA NETO, 2017).

Essas normas podem ser comparadas em duas modalidades, segundo Ettliger (2011). A primeira, como um poder disciplinar, e a segunda, como uma autodisciplina. Isto é, pensar as práticas de liberdade não como ausência ou recusa de normas, mas no uso autônomo delas próprias. Estes três enfoques são sintetizados por Foucault (1984/2004, p. 291):

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. Eu sou muito cético e hostil em relação a essa concepção de sujeito. Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural.

As práticas de assujeitamento descritas pelo autor em sua analítica da subjetivação têm como objetivo apreender como, no passado, os sujeitos conduziram as normas culturais que lhes foram propostas com base em uma prática de si, tendo em vista, simultaneamente, “compreender a diferença em relação ao que hoje podemos fazer de nós mesmos”, possibilitando novos modos de subjetivação (CANDIOTTO, 2016, p. 78). Diante dos termos postos em jogo pelo autor, nos quais subjetividade, assujeitamento e subjetivação não podem ser compreendidos sem a noção de sujeito, segundo Cardoso Jr. (2005, p. 345), a subjetividade em Foucault pode ser equacionada de maneira fiel pelas seguintes fórmulas:

[...] toda subjetividade é uma forma, mas essa forma é simultaneamente desfeita por processos subjetivação; enquanto a forma-sujeito é captada pelos saberes e

poderes, a subjetivação é um excesso pelo qual a subjetividade mantém uma reserva de resistência ou de fuga à captação de sua forma.

O autor ainda suscita algumas indagações a respeito da subjetividade e questiona: “o que é esse excesso com relação à subjetividade, ou seja, de que modo processo de subjetivação e subjetividade estão envolvidos entre si?” (CARDOSO JR., 2005, p. 345). Nesse sentido, Soares e Miranda (2009) afirmam que não é possível falar de subjetividade em geral, nem de sujeito universal, mas apenas de subjetividades práticas e sujeitos que se constituem na experiência social, em seus percursos únicos na sua família, na rua, na escola, no seu corpo etc.

Deleuze (2001, p. 118), ao falar sobre subjetividade teórica, afirma que “o sujeito se constitui no dado. Se o sujeito se constitui no dado, somente há, com efeito, sujeito prático”. O sujeito prático, então, possui também um caráter provisório, por estar sempre se constituindo indefinidamente, sendo a subjetividade entendida também em um processo de subjetivação (CASTANHEIRA, 2012). Esses processos ou modos de subjetivação são as práticas de constituição do sujeito. Essas dizem respeito às formas de atividade de si mesmo. Foucault faz uso dos conceitos de “práticas de si”, “técnicas de si” e “cuidado de si”, para analisar a forma pela qual o sujeito se constitui (MURAD, 2010).

Ao sistematizar a abordagem de Foucault sobre subjetivação, Revel (2005, p. 82) aponta que o termo subjetivação caracteriza o processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais precisamente, de uma subjetividade. O autor explica ainda que:

Os “modos de subjetivação” ou “processos de subjetivação” do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos – o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência.

O sujeito para Foucault, não é uma substância, mas, mais aproximadamente, uma forma (DIELLO, 2009; MURAD, 2010). A subjetivação em seu pensamento e sua obra se torna, então, ponto principal, a partir do qual o autor busca também estudar aquilo que aponta como

a problematização dessa questão – não a partir da perspectiva da sujeição, mas da produção da subjetivação alicerçada em técnicas e práticas de si, tendo como referência a antiguidade clássica, na qual o homem colocou esse problema sobre o que o fazia ser o que e como era (DIELLO, 2009).

Destarte, o sujeito e a subjetividade envolvem um processo de subjetivação, dado que não existe “constituição do sujeito moral sem modos de subjetivação”. Isto significa que toda experiência que efetiva uma subjetividade envolve modos historicamente singulares de se fazer a experiência do si (subjetivação) (FOUCAULT, 1984, p. 28). Toda subjetividade, como afirma Deleuze (1986, p. 101), exprime algo de impessoal porque presume processos de subjetivação nos quais se dá a “repartição de singularidades”, nas palavras do autor. Assim, os poderes e os saberes de todos os tempos buscam domar os processos de subjetivação, mas estes lhes escapam perfazendo uma história da resistência relativa à vida.

2.3 Periferias e Favelas

Pega a visão, primeiro quero perguntar
 E o nível de educação?
 E a saúde, como tá?
 Seu papel não tá feito e o nosso quer breçar?
 De cantar e conscientizar minha cultura eu sempre vou honrar
 Minha favela precisa de uma voz pra poder se expressar

MC Menor MR (Funk não é crime)

Nesta seção, busco apresentar a constituição das periferias brasileiras. Para iniciar esta discussão, apresento quem são os sujeitos periféricos e favelados na sociedade brasileira e como se deu a constituição dos territórios racializados no país. Posteriormente, busco discorrer sobre os diferentes conceitos existentes sobre as periferias e favelas em seus aspectos históricos, políticos e sociais, com um recorte específico no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, por entender que as periferias são múltiplas e diversas, havendo a necessidade de serem compreendidas em suas especificidades.

2.3.1 Sujeitos periféricos e favelados em um território racializado

É preciso compreender que classe informa a raça.

Mas raça, também, informa a classe.

Angela Davis

Ao se questionar quem são as sujeitas e sujeitos favelados e periféricos brasileiros, é importante recordar que as favelas e periferias estão constituídas em um território marginalizado, no seio de uma sociedade fundada no mito da democracia racial²⁴. Segundo Flauzina (2008), esse mito amplamente disseminado no Brasil não foi usado apenas para impedir a formação de uma identidade negra no país, como também para suprimir o conflito de raça existente na nação. Tal conflito tem como um dos seus indícios a segregação espacial, que fez com que a população negra ocupasse diferentes periferias em todo o país. Nessa perspectiva, a autora afirma que poderíamos entender as favelas e as periferias como resultado de uma divisão racial que no discurso hegemônico funciona de maneira silenciosa.

O discurso de base escravocrata e colonial no contexto brasileiro, segundo Pinho (2003), só possuiu êxito por intermédio de sua dissimulação, visto que os processos de exclusão racial foram modificados pela retórica de mestiçagem brasileira. Desse modo, se tornou possível um racismo que ocorre sem sujeito e sem objeto. Para a melhor compreensão do mito da democracia racial e como ele possuiu influência na segregação espacial no Brasil, é necessário conhecer suas raízes por intermédio da história do processo de colonização e escravização.

O período escravocrata no Brasil teve início no começo do século XVI. Com a colonização do país por Portugal, por sua estrutura econômica e social de regime colonialista, os indígenas foram a primeira forma de mão de obra escravizada utilizada em solo brasileiro. No entanto, Gomes (2017), ao fazer uma leitura de Darcy Ribeiro, interpreta que os povos indígenas desenvolveram estratégias radicais de resistência à escravização.

Após o fracasso de escravizar os povos indígenas, os portugueses e demais colonizadores passaram a trazer para o país africanos de diferentes nacionalidades para trabalhar de forma escrava na colônia. Trazidos nos denominados “navios negreiros” e vendidos sem o

24 O mito da democracia racial se baseia na crença que o Brasil é constituído por uma sociedade que não possui conflitos raciais abertos, diferentemente dos Estados Unidos e da África do Sul, por exemplo. Deste modo, há uma crença fortemente difundida do país como uma nação democrática na questão racial. Para aprofundamento, sugere-se a leitura de: BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

reconhecimento da sua dignidade humana, os africanos escravizados se tornaram uma importante fonte de recursos econômicos. O tráfico negreiro se tornou a atividade importadora mais lucrativa do comércio exterior brasileiro, chegando à marca de três milhões de africanos escravizados assimilados nos cultivos de algodão, fumo, açúcar, pelo serviço doméstico e outras atividades.

Esse cenário perdurou por quase quatro séculos, mesmo com a resistência sempre presente de africanos escravizados e de pessoas contrárias ao regime escravocrata. Durante esse período, as fugas das fazendas e a formação de quilombos constituíram uma das diversas formas de resistência. Erguidos em locais afastados da cidade, escondidos entre as florestas e longe das fazendas, os quilombos abrigavam pessoas escravizadas, indígenas e pessoas libertas. Os quilombos, por serem uma forma de resistência e de luta pela liberdade, possuíam também uma forte valorização dos costumes e da cultura dos países de origem dos africanos. De acordo com Guimarães (1995, p. 73) os quilombos são:

[...] Comunidades formadas fundamentalmente, mas não exclusivamente, por escravos fugidos. Seu caráter, determinado pela condição de escravos fugidos, coloca-os em confronto permanente e direto com a ordem escravista e com os agentes encarregados da sua manutenção.

Segundo Munanga (1995/1996, p. 57), o termo quilombo é precisamente uma palavra oriunda dos povos de línguas bantu, que originalmente era escrito com a letra “k” e que depois aportuguesada, passa a ser escrita com “q”, quilombo se torna então quilombo. Sua existência e seu significado no Brasil possuem relação com os povos Bantus cujos alguns membros foram trazidos ao território brasileiro para serem escravizados. Os quilombos representavam uma forma de resistência ao regime escravagista, o que deu origem a diversos movimentos abolicionistas presentes na colônia. Movimentos econômicos como os realizados pela Inglaterra, que exportava produtos para o Brasil e que percebeu a necessidade de aumentar seu comércio para que mais pessoas brasileiras pudessem comprar, aumentando assim o mercado inglês, também foram importantes para pressionar mudanças no regime colonial escravocrata brasileiro. Assim, a Inglaterra pressionava as autoridades brasileiras a libertação das pessoas negras escravizados, com o intuito de as tornarem consumidores (COSTA; AZEVEDO, 2016).

Nesse contexto de resistência, surgiram legislações de caráter abolicionistas. A primeira delas, em 1845, foi promulgada pela Inglaterra e era denominada Lei Bill Aberdeen²⁵. Em 1850, com a pressão inglesa feita no sentido de se extinguir o tráfico negreiro no Atlântico Sul é sancionada pelo Império a Lei Eusébio de Queirós²⁶ n. 581, de 4 de setembro de 1850, a qual estabelecia medidas para a repressão do tráfico de africanos no país, se tornando a lei que acabaria com o tráfico negreiro no atlântico sul em direção ao Brasil. No cenário abolicionista que se desenhava, duas importantes leis também foram promulgadas. A Lei do Ventre Livre²⁷ n. 2.040, de 28 de novembro de 1871, que colocou em liberdade todas as crianças de pais escravizados nascidas a partir da data da publicação da lei; e a Lei dos Sexagenários²⁸ n. 3.270, de 28 de setembro de 1885, que previa a libertação das pessoas escravizadas com mais de sessenta anos, embora esses devessem trabalhar mais cinco anos de forma gratuita para o senhor a como forma de indenização.

As referidas legislações resultaram na lei abolicionista mais conhecida entre os brasileiros, a Lei Áurea. Denominada Lei Imperial²⁹ n.º 3.353, de 13 de maio de 1888, foi sancionada pela Princesa Isabel na ausência do Imperador D. Pedro II, sendo o Brasil o último país das Américas a extinguir a escravidão. Desde então, africanos e afrodescendentes residentes no Brasil passaram a ter sua liberdade resguardada, algo que efetivamente não aconteceu prontamente como na maioria das outras leis, levando anos para que parte dessas pessoas pudessem ser libertadas da relação de trabalho escravo. Segundo Costa (1999, p. 364), “a escravidão foi abolida por um ato do Parlamento sob os aplausos das galerias. Promovida principalmente por brancos, ou por negros cooptados pela elite branca, a abolição libertou os brancos do fardo da escravidão e abandonou os negros à sua própria sorte”.

As consequências e os resultados da abolição se tornaram limitados, uma vez que não houve um “programa” de inserção dos ex-escravizados na sociedade, não tendo existido, por parte dos abolicionistas, uma disposição maior do que apenas instituir a abolição da escravatura

25 A lei citada foi decretada pela Inglaterra em 08 de agosto de 1845, proibindo o tráfico de africanos escravizados. Assim, a marinha inglesa possuía autonomia para caçar e apreender navios que viessem da África realizando o transporte de africanos escravizados. Para aprofundamento, sugere-se a leitura de: AJAYI, J. F. A. **História geral da África: África do século XIX à década de 1880**. São Paulo: Cortez; UNESCO, 2013. p. 181-338.

26 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM581.htm.

27 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm.

28 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm.

29 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm.

(RODRIGUES, 2014). Sem inserção no sistema produtivo, os ex-escravizados passam a viver como itinerantes e de prestação de serviços eventuais. Florestan Fernandes (1965), em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes”, discorre sobre a situação do que ele chama de “antigos agentes de trabalho escravo” na pós-abolição na cidade de São Paulo. A “adaptação” desses agentes no “novo sistema de trabalho livre” foi árdua e difícil, pois após quatro séculos de cativo sujeitos a uma vida castigada, restrita e submissa, eles foram desobrigados dos seus deveres para viverem como preferissem, sem nenhuma garantia e assistência para sua subsistência e dos seus familiares. Desse modo “o liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si”, sem recursos materiais, despreparado para uma nova forma de trabalho, tornando-se exclusivamente responsável por si e por seus familiares.

Esses e outros fatos se tornaram a imagem de uma abolição inacabada, pois se no primeiro momento a Lei Áurea representou a libertação dos escravizados do jugo dos seus senhores, no momento posterior os sentenciou a viver sem nenhuma forma de assistência social proporcionada pelo Estado. Desacompanhada de reformas estruturais, a lei abolicionista resultou em uma “demissão em massa” do povo negro, tendo muitos dos ex-escravizados continuado a trabalhar para seus senhores em troca de um teto, ao passo que outros passaram a plantar pequenas roças de subsistência. Os que não quiserem ou não puderam ficar na atividade agrícola migraram dos campos para os grandes centros urbanos à procura de empregos, que em sua grande parte eram precários, iniciando assim uma nova forma de mão de obra marginalizada. O mercado de trabalho nas capitais não conseguiu incorporar todo o contingente destes trabalhadores, gerando grande quantidade de subempregados e desempregados. Os ex-escravizados começam a ser considerados preguiçosos, vadios e malandros pelas elites, estereótipos que ainda persistem (MONTEIRO, 2012).

Deixados nesse momento às margens da sociedade e do mercado de trabalho entre o final do século XIX e por volta da metade do século XX, a mão de obra dos ex-escravizados passa a ser substituída por mão de obra imigrante o que além de satisfazer os ideais de superioridade propostos pelo ideal de embranquecimento da sociedade brasileira, também estavam mais familiarizados com as máquinas utilizadas na produção agrícola (FIGUEREDO, 2014).

O ideal de branqueamento da sociedade brasileira possui raízes no mito da democracia racial. Tal mito, segundo Bernardino (2002), tem sua instauração quando, do ponto de vista do

direito, a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura se tornam condições indispensáveis para se falar em igualdade entre brancos e negros no Brasil. Diversos fatos contribuíram, segundo o autor, para a perpetuação do mito da democracia racial, entre eles a publicação do livro “Casa Grande e Senzala” (1933) de Gilberto Freyre, que levou a elaboração acadêmica do mito a atingir seu clímax, moldando a imagem do Brasil. Como solução para o problema brasileiro que consistia em uma população muito grande de pessoas negras, o ideal de embranquecimento da população propunha como solução a gradual eliminação da população negra por meio da mestiçagem e da política de imigração europeia que visava também suprir a escassez de mão de obra resultante da abolição da escravatura, além de modernizar o país por intermédio da atração desta mão de obra.

Com a grande oferta de mão de obra imigrante, a não assimilação dos ex-escravizados pelo mercado de trabalho e o crescimento dos ambientes urbanos, o uso do solo urbano passa a ser disputado, fazendo assim que as cidades possuam cor e classe social “preferenciais”. Os bairros localizados nas áreas centrais passam a ter valores altíssimos em relação aos bairros periféricos, os quais diversas vezes eram ocupados de maneira irregular. Em meio a um cenário no qual a abolição da escravatura causa uma grande movimentação da população que foi escravizada, as favelas e periferias surgem em meio à falta de planejamento do Estado (COSTA; AZEVEDO, 2016).

Com a movimentação da população mais pobre, em sua grande maioria negra, por diferentes ambientes, a disputa pelo espaço urbano se consolida em um contexto em que a segregação espacial se torna mais visível dentre as distintas classes sociais (REIS; NUNES, 2015). A habitação surge como tema recorrente no direito à moradia previsto na Constituição brasileira, tornando-se, então, importante dirigir um olhar mais atento às camadas sociais, e porque essa divisão espacial segregativa e marginalizada é fortalecida pela especulação nos centros urbanos e pela expansão imobiliária, que causa ao longo de décadas a divisão dos espaços de forma irregular.

O território das favelas e das periferias é enxergado pelo Estado como um local propício a oferecer constantes ameaças. Esses territórios são percebidos como perigosos por sua existência não corresponder ao espaço da cidade, ao qual é organizado e propicia condições morais e dignas de sobrevivência, se aproximando de uma ideia de “*Apartheid*”, visto que não são reconhecidos como parte da cidade. Com a possibilidade de atrapalhar os interesses de

ordem do capital, o estigma de marginalização define um julgamento de valores aos indivíduos que habitam esses territórios, provocado por séculos de desigualdades e esquecimento por parte do Estado (REIS; NUNES, 2015). Segundo Carril (2006, p. 231), “a favela e a periferia são, assim, o lugar onde o estado não está. Não é a questão do lugar, mas a concepção de que uma parte da população não tem direito a patrimônio e à riqueza, relações desiguais que tem origem no passado colonial”.

Zaluar e Alvito (2003, p. 8), ao chamarem a atenção para a representação das favelas por diversas instituições e pelo Estado como lugar de desordem, afirmam que os estereótipos que se produzem sobre as favelas constroem uma imagem do “lugar da carência, da falta, do vazio a ser preenchido pelos sentimentos humanitários, do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade”.

Os grupos hegemônicos, acionando imagens das favelas e das periferias no singular, criam uma representação de uma única entidade totalizante. Os territórios passam a ser visualizados como se não pertencessem à cidade, não sendo enxergadas as práticas cotidianas e concretas lá presentes, delimitando-os como territórios genéricos do perigo e da barbárie ligados, única e exclusivamente, ao de tráfico de drogas. Os sujeitos que lá habitam são vistos como se não fossem tão sujeitos, fruto do discurso que busca silenciar essas vozes (LOPES; FACINA, 2006). Esses discursos criam uma “condição de periférico”, que representa a visão dos atores hegemônicos sobre o espaço construído e normatizado das cidades. Entretanto, segundo Ivo (2010, p. 9):

[...] o periférico não se constitui num espaço apartado, mas num lugar de resistência e também de inovação das condições de moradia e reprodução da vida de seus moradores, na vivência da adversidade, do medo e da violência. Se, antes, tais espaços foram analisados a partir da configuração dos mercados informais, das lutas por moradia e pelas condições mínimas de reprodução social dos trabalhadores, hoje a essas questões se agregam outras, que expressam vivências controvertidas, amparadas e combinadas em normas compartilhadas de valores e disciplinamento extremamente complexas, nas fronteiras entre a reprodução da vida, do trabalho, da ordem e do disciplinamento do Estado.

Esses discursos contêm, portanto, tensões e conflitos próprios às perspectivas e usos distintos atribuídos às cidades (IVO, 2010). Segundo Reis e Nunes (2015, p. 9), compreender o

significado das favelas e periferias perpassa levar em consideração sua formação histórica derivada na abolição da escravatura. O processo de exclusão que permanece presente na sociedade tanto socioeconômica quanto racialmente é resultado “de uma sociedade constituída a partir da sobreposição de classes pelo viés da desigualdade econômica”.

Ao teorizar sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo, Munanga (2010) chama a atenção para o viés econômico e racial presente em diferentes práticas de discriminação que, estando na sociedade, são todas, por definição, problemas sociais com especificidades diferentes. Para o autor, ao dizer que o preconceito racial no Brasil é provocado pela diferença de classe econômica e não pela crença na superioridade do branco e na inferioridade do negro, as pessoas recorrem ao mito da democracia racial brasileira, rejeitando fatos evidentes da discriminação racial no cotidiano do brasileiro. Desse modo, em países da América do Sul e no Brasil, existe uma segregação que de fato cruza o critério da raça com o de classe social.

Essas são algumas cicatrizes e estigmas resultantes dos grilhões da escravidão que, segundo Oliveira Filho (2016, p. 71) perpetuaram a ideia do negro como marginal, “não civilizado”. Como estigma racial se tem a cor de pele “preta”, e como estigma socioespacial os territórios periféricos com alta densidade populacional e baixos índices de desenvolvimento humano. Assim, “nos centros das cidades continuaram as ”Casas Grandes” e nas margens as ”Senzalas”, e em cada lugar continuaram alocadas, salvo exceções, as mesmas pessoas de outrora” (OLIVEIRA FILHO, 2016, p. 71). Tal fato não significa, porém, uma situação homogeneizante. As favelas e periferias são espaços que apresentam diversas afirmações, entre os quais há uma constituição de um processo de interação e integração, desencadeado por diferentes atores sociais (ALMEIDA, 2010). A partir de diversos movimentos culturais que se voltam para uma luta pelo reconhecimento desses espaços e em superação da ausência de atuação do Poder Público, esses sujeitos buscam romper barreiras historicamente constituídas presentes no processo de marginalização e exclusão ao qual foram conduzidos por não haver o reconhecimento de seu território por parte da sociedade (REIS; NUNES, 2015).

2.3.2 Conceituando periferias e favelas em diferentes perspectivas

Entre as diversas denominações recebidas pelos espaços urbanos, “periferia”³⁰ se tornou um termo amplamente utilizado em diferentes discursos. O termo é comumente empregado com o intuito de caracterizar o lugar onde vivem os marginalizados, pobres e/ou excluídos. Essa forma de denominação é uma tentativa de invisibilizar a necessidade de reflexões profundas quando se refere à heterogeneidade enraizada em áreas urbanas constituídas e construídas pela mobilização de sujeitos que, movidos por dinâmicas atreladas às particularidades de cada lugar, edificam suas moradias em desconformidade com as regulamentações oficiais (FREITAS, 2009).

Utilizado também para homogeneizar realidades completamente distintas e suavizar o tom pejorativo do uso do termo “favela”, o emprego do termo periferia, quando não atrelado ao “banditismo”, situa a concepção de periferia como um lugar inscrito às margens. Tal concepção se torna insuficiente para explicitar uma realidade urbana contemporânea. Reconhece-se, então, que a concepção de periferia não está “desprendida da ideia de centro, o que torna o conceito relacional e mutável de acordo com a percepção de quem se posiciona em uma dessas áreas” (FREITAS, 2009, p. 35). Além disso, o senso comum sobre as periferias, caracterizadas pela exclusão social, pela pobreza e como uma região geográfica afastada do centro, é pouco profícuo na compreensão das dinâmicas sociais que ocorrem neste espaço (PEDRO, 2017).

Diante da complexidade que o termo periferia abarca, uns dos seus desafios contemporâneos se dá particularmente na sua adoção em relação às cidades latino-americanas (IVO, 2010). Essa autora entende a periferia como o lugar segundo o qual se pode indagar a questão social no espaço urbano. Esse lugar revela, de maneira acentuada, o processo atual de precarização social e da crise urbana nessas cidades; possuindo vivências contraditórias, nas quais amplos e diferentes segmentos populares estão condensados pelo disciplinamento do espaço urbano fomentado pelo Poder Público e pela expansão imobiliária.

Ao receber uma massiva imigração e ver crescer a classe trabalhadora nas décadas de 1970 e 1980, as metrópoles latino-americanas viram a formação de subúrbios populares, de

30 Ao adotar neste trabalho o termo periferias e, posteriormente, o de favelas, saliento que não me interessa a visão convencional atrelada aos termos, mas a de lugares simbólicos inscritos em processos históricos de exclusão política, racial, social, cultural e econômico. Deste modo, não reduzo os termos a uma concepção exclusivamente espacial, mas adoto os significados associados a essa espacialidade.

habitações precárias, e receberam grandes programas de urbanização popular como resposta do Estado a variadas formas de luta. Em confluência com uma modernização inconclusa, essa realidade se expressou parcialmente em novas massas urbanas no mercado de trabalho, mas de uma maneira insuficiente em termos da cidadania social e política. Especialmente no Brasil, nos anos 1990, esse processo se acentuou em função das controvérsias entre a perspectiva de democratização e de reconhecimento dos direitos da cidadania e a agenda externa da globalização (IVO, 2010).

Na visão de Villaça (1999), o surto de urbanização no Brasil aconteceu em um cenário no qual os processos de planejamento regional e urbano, em suas variadas escalas, persistiam estagnados em meio à nova realidade. Os instrumentos de planejamento no período estavam pautados na tecnocracia, que não favoreceu o combate às desigualdades, tendo sido direcionada às demandas de cunho estrutural relativas às perspectivas futuras que impossibilitaram sua implementação.

Esse processo de planejamento e presença estatal na implementação de infraestrutura, equipamentos e meios de consumo coletivo, deixando de lado a perspectiva das desigualdades sociais, revelou os problemas que, no ideário do desenvolvimento, seriam solucionados com esse planejamento. Um deles se refere às periferias, nessas em que moram, trabalham e circulam os trabalhadores, e onde também se encontram os cortiços, ocupações coletivas de terra, favelas, conjuntos habitacionais de casas ou apartamentos com dimensões mínimas, casas e edifícios precários, alguns desses utilizados para sediar hospitais, escolas, creches, postos de saúde, entre outros. As ruas são sujas, esburacadas, sem ou com pouca iluminação pública, estreitas, por onde circulam meios de transporte precários que colocam em risco a vida daqueles que são transportados. É nesse espaço que os trabalhadores não podem desaparecer após o expediente de trabalho e sua existência torna perceptível a desigualdade socioespacial (RODRIGUES, 2007).

Tais elementos constitutivos da periferia brasileira não significam apenas que as dinâmicas desse espaço estão simplesmente relacionadas à “localização espacial” dos sujeitos que a compõem ou das classes, mas implicam contemplar as variáveis do espaço e do território como elementos próprios da “questão social” e da multiplicidade de suas formas nas sociedades urbanas. A partir dessa perspectiva, as periferias se estabelecem como lugares complexos e heterogêneos de um cotidiano partilhado por sujeitos que vivenciam diferentes

adversidades e que buscam por justiça social e por direitos sociais e sobre a cidade, como acesso à saúde, à moradia, à educação, ao transporte e ao consumo cultural, que se misturam com a cidade racional, normatizada, e legitimada, extrapolando antigas noções morais de culpabilidade da pobreza ou de territórios perigosos, capazes de sugestionar sentidos estigmatizantes de criminalização da pobreza (IVO, 2010).

Diante dessas formas precárias de acesso à moradia e aos direitos sociais, surgem, associados a esse fator, como consequência do crescimento urbano acelerado e do aumento da complexidade do território brasileiro, conceitos que se tornam mais difíceis de serem generalizados e que possam atender as formas diferenciadas que se apresentam o espaço brasileiro. O surgimento de assentamentos informais, principalmente, o processo de crescimento dos grandes centros metropolitanos e de seus arredores, marcados também pela expansão da segregação residencial, trazem à tona o conceito de favela (COSTA; NASCIMENTO, 2005).

Inserida e presente na paisagem urbana brasileira perante a diferentes nomenclaturas, a favela constitui uma das históricas formas de habitação precárias, estando associada ao acelerado processo de urbanização que marca o século XX em diferentes regiões (PEQUENO, 2008). Originada e batizada, dessa maneira, no Rio de Janeiro, o termo favela foi utilizado e contribuiu para solidificar e corroborar com os preconceitos que lhe são associados até hoje, e que como elementos principais há a localização preferencialmente em morros, os barracos de madeira e a concentração populacional. Por conseguinte, tanto o termo favela, quanto o seu conceito, passaram a ser generalizados e difundidos para o restante do Brasil, ocasionando a utilização do termo para definir estes espaços de vida precários (COSTA; NASCIMENTO, 2005).

Diante da generalização do termo favela, tal como o termo periferia, é importante evidenciar que periferia não é sinônimo de favela, e vice-versa. Portanto, ao se abordar os conceitos de periferia e favela nesse trabalho, pretendo diferenciá-los. Uma vez que o Aglomerado da Serra em Belo Horizonte é compreendido como um aglomerado de vilas e favelas que se situa na região Centro-Sul da cidade, mesmo estando localizado geograficamente na área “nobre”, o aglomerado é pertence à sua periferia, estando essa relacionada não apenas à localização geográfica, mas também ao simbolismo espacial.

O processo urbano que deu origem ao Aglomerado da Serra e algumas outras favelas e periferias no Brasil pode ser denominado de favelização. Diante do aumento da oferta de oportunidades e de serviços, as cidades se tornaram um diferencial, as quais, progressivamente acomodam pequenos núcleos residenciais, ocupados de forma ilegal, formados por construções improvisadas e precárias, nas quais as localizações estavam atreladas a diferentes fatores como facilidades de mobilidade e proximidade ao trabalho. Conforme esses assentamentos se expandiam, constituíram um efetivo incômodo urbano para a classe média e para o Estado. Esses passaram a ser compreendidos como barreira que impedia a expansão do sistema viário, causadores da degradação ambiental pela falta de saneamento, foco de insalubridade e antros de marginais, o que tornou a favela o *locus* da exclusão social (PEQUENO, 2008), sendo vista e reconstruída como o contrário da cidade, um território inimigo, onde seja qual for a violência do Estado, ela se torna legítima (PERALVA, 2000).

Pequeno (2008) argumenta que diante do processo de favelização, as ações adotadas pelo governo não podem ser consideradas políticas públicas habitacionais de interesse social. Marcadas pela premissa da remoção seletiva, a predileção primeiramente era de remoção das pessoas que estavam em territórios privados, que poderiam ser objeto de posterior investimento; o discurso sanitário e de enfrentamento ao risco ambiental também foi utilizado no sentido de fomentar as remoções de larga escala. Nesse período, os mecanismos de remoção atrelados ao reassentamento em conjuntos distantes, promoviam a periferização da favela, dado que, a infraestrutura geralmente não chegava e a posse do imóvel nem sempre se consolidava (PEQUENO, 2008).

As favelas cariocas, objeto de estudo da socióloga Lícia Valladares (2004; 2005), também passaram pelo processo de favelização e periferização³¹. Ao estudar as favelas cariocas, a referida autora analisa o processo histórico-social da estruturação de suas representações, a partir das suas origens até os impactos atuais. Ela afirma que a representação social prevalecente em relação à favela, caracteriza-a como um território da pobreza por primazia, e é um dos preceitos reiteradamente por ela contestados.

31 As concepções de Valladares (2004; 2005) sobre favelas podem em certa maneira, ser usadas para compreender, em partes, as periferias.

Ao realizar apontamentos sobre as representações sociais da favela, Valladares (2004; 2005) aponta três preceitos que atuam como inferências implícitas em grande parte das publicações, pesquisas e políticas. O primeiro preceito é o da especificidade: por possuir uma constituição característica e uma história particular, e um modo de desenvolvimento diferenciado do dos demais bairros, a favela tem sido classificada como um espaço definitivamente específico e peculiar desde sempre. Sempre partindo da oposição entre favela e não favela como pressuposto da representação social como categorias essenciais e significativas em si mesmas, Valladares (2005) refuta esse pressuposto, argumentando que qualquer um dos atributos tidos como específicos sobre a favela pode ser achado em outros territórios não designados como tal.

O segundo preceito apresentado pela autora é o da homogeneidade. Essa forma de representação limita o universo plural das favelas a uma única categoria, criando um padrão: a favela, no singular. Assim, são rejeitadas as numerosas diferenças entre favelas distintas, do mesmo modo como as distinções no âmago de uma mesma favela, ocasionando uma generalização, e tornando quaisquer inferências sobre alguma porção desses territórios replicáveis a quaisquer outras. A junção desses dois preceitos – especificidade e homogeneidade – demonstra que, no imaginário de diferentes atores sociais, a diferença entre a favela e não-favela é sempre superior que as diferenças entre uma favela e outra, e que inversamente, a equivalência entre duas favelas é sempre superior e mais expressiva do que a equivalência de uma não-favela e uma favela (VALLADARES, 2005).

O terceiro e último preceito descrito por Valladares (2005, p. 151) é o da pobreza. Nele a referida autora indaga a representação das favelas como um “território urbano dos pobres” por primazia, orientado por ações econômicas, códigos e leis próprias, divergentes do resto da cidade. Dessa forma, as favelas além de serem instantaneamente relacionadas aos problemas sociais urbanos, atraem políticas públicas e estudiosos focados na pobreza urbana. As pesquisas de Valladares (2004, p. 132) apontam para outro lado dessa representação:

Em média, as favelas correspondem às áreas mais pobres, porém não uniformemente. Não são, porém as únicas aglomerações do Rio de Janeiro com essas características. Nem reúnem a maioria dos pobres, nem os espaços mais carentes. E muito menos se pode dizer que nelas só moram pobres. Elas também abrigam categorias populares modestas, mas não miseráveis, além de categorias

médias, revelando uma estrutura social diversificada e, sem dúvida alguma, processos de mobilidade social consideráveis.

Por fim, a autora reitera que já não é mais possível a associação espontânea da favela com o pobre e da não-favela com o não-pobre. Afirma também que a visão formada nos três preceitos apresentados – especificidade, homogeneidade, pobreza – não contribui em nada para que haja uma renovação nos estudos realizados sobre as favelas e, também, nos elaborados sobre a segregação urbana, pobreza e os impactos da urbanização. Tal visão é empregada em políticas públicas que atuam de forma generalista, desenvolvidas de cima pra baixo, e sem alguma preocupação em suplantar deficiências ou fortalecer qualidades.

A escolha dos termos periferia e favela, na minha visão, se dá no enfoque simbólico e organizacional do Estado. Entendo que a periferia se situa nas margens, porém possui uma organização mínima do Estado a partir de uma lógica geográfica e espacial organizada. Já a favela se situa também nas margens, mas se organiza mediante a total omissão do Estado. Nesse sentido, compreendo que a favela está contida na periferia.

2.3.3 Da formação das favelas ao Aglomera da Serra

Para se compreender o processo de urbanização brasileiro que culminou na favelização, se torna essencial um resgate histórico, que não pode ser empreendido sem considerar as especificidades da sociedade brasileira capitalista e colonial dos séculos XIX e XX. Nesse contexto conflituoso, segundo Jesus (2013), o território brasileiro foi palco de diversos descontentamentos dos grupos sociais subalternos, pois tanto no campo como na cidade, esses estavam apartados de representatividade e de direitos. A elite brasileira, por intermédio de agentes políticos e instituições jurídicas, institui o território como prioridade e constitui diretrizes legalistas para fortalecer seus interesses.

A legitimação dessas diretrizes perpassava o trabalho escravo e compulsório que fundamentou a instauração do capitalismo brasileiro e, conseqüentemente, o projeto hegemônico europeu no Brasil. Com uma base espacial escravocrata, a presença negra no Brasil se expandia à medida que o sistema produtivo se ampliava, a ponto de corresponder, em algumas capitânias, à maioria populacional. A produção e a técnica estando inseridas nessa mesma base espacial

geraria diferenciação quanto à sua compreensão e validação, já que, destituído de sua liberdade, o sujeito negro reelaborava seu espaço africano por aqui (MORAES, 2005).

Ao compreender grande parte da população brasileira já no século XIX, os negros territorializaram este espaço de diferentes formas. Ao buscar a história da formação das favelas brasileiras, temos o sujeito negro como central nesse processo. Segundo Valladares (2005), é do Rio de Janeiro a primeira aglomeração a ocupar um território de forma desorganizada e foi concebida por soldados que lutaram em Canudos³². Em 1903, no Rio de Janeiro, os soldados vindos de Canudos, após a derrota de Antônio Conselheiro, se juntaram aos negros que moravam no centro da cidade. Esses viram os casarões ondem habitavam serem demolidos pelo Bota-abixo, de autoria do prefeito Pereira Passos, que integrava o projeto de modernização do centro da cidade. Essa parte da cidade era denominada Pequena África do Rio de Janeiro, onde o Brasil via nascer o samba, sob as bênçãos de Tia Ciata e outros sambistas vanguardistas (FREITAS, 2009).

Os cortiços, alvos do projeto do então prefeito, eram caracterizados como um verdadeiro “inferno social”, tomados como o seio da vagabundagem, do crime e também das epidemias, concebidos como um risco às ordens sociais e morais. Entendidos como os espaços, por primazia, de contágio de doenças e do vício, sua reprovação pelo discurso médico higienista foi acompanhada por medidas administrativas que, em primeiro momento, culminaram na proibição da construção de novos cortiços na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, em uma verdadeira “batalha” que levou à demolição do maior de todos, o “Cabeça de Porco”, tendo como continuidade o projeto da modernização urbana da cidade, que tinha como escopo civilizar e sanear os espaços, findando com habitações antisanitárias (VALLADARES, 2000).

Com a demolição dos cortiços, os negros, acompanhados dos soldados de Canudos os quais pressionavam o Mistério da Guerra para lhes pagarem os soldos devidos, e que possuíam experiência em abrir caminhos nos morros do interior da Bahia, fizeram o mesmo nos morros cariocas e lá se fixaram. O primeiro espaço a ser ocupado foi o morro da Providência. Até então com esse nome, ele passa a ser chamado de morro da Favella, em referência ao arbusto “faveleiro”, presente em Canudos (FREITAS, 2009). Já na metade do século XX, a atenção se

32 A Guerra de Canudos aconteceu entre os anos de 1896 e 1897, e foi um enfrentamento popular de fundo sócio-religioso contra o Exército da República, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. Para aprofundamento, sugere-se a leitura de: CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984.

volta para esse novo espaço social e geográfico (FREITAS, 2009), que começa a despontar como o mais novo território da pobreza. O morro da Favella passa então a ceder seu nome aos aglomerados de casebres sem delineamento, arruamento, serviços públicos, edificados em terrenos de terceiros ou públicos que começam a proliferar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro.

Algo semelhante aconteceu na cidade de Belo Horizonte. Há mais de 120 anos, Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, deixava de ser capital do estado para dar lugar a uma cidade inteiramente planejada que estava sendo construída em um pequeno arraial, denominado Cural del Rey. Diante de diversas mudanças políticas, dentre elas a Proclamação da República, a construção da nova capital visava estimular o progresso e a modernização do estado, tendo como ponto principal a sua necessidade de industrialização (CASTRO; CANÇADO, 1997).

Inaugurada em 12 de dezembro de 1897, a nova capital, planejada por uma equipe de arquitetos, engenheiros e outros técnicos, foi previamente dividida em três áreas: área central, nomeada urbana; ao redor desta, uma outra nomeada suburbana; e uma terceira área, denominada rural. Estas divisões presentes no planejamento da cidade influenciaram a sua forma de crescimento. Delimitando a área urbana planejada, a Avenida do Contorno se tornou um marco urbano-social na cidade (APCBH, 2008).

A área urbana pertencente aos limites da Avenida, com o crescimento da cidade, recebeu mais recursos e infraestrutura, como, fornecimento de serviços como luz, água e esgotos, além de aglutinar uma grande parte dos serviços e das atividades como escolas, comércio e hospitais. Já nas áreas denominadas suburbanas e rurais, o crescimento aconteceu de forma desordenada, não obtendo os mesmos investimentos. Diante da desigualdade social presente na cidade, o surgimento de vilas e favelas se tornou inevitável, estando presentes tanto em bairros mais distantes da área central, como também próximo a ela. Essas diferenças podem ser observadas no mapa da cidade, no qual dentro do limite da Avenida do Contorno estão ruas que formam quadriculados exatos, com avenidas mais largas e diversas praças. Já fora da Contorno, as ruas possuem um desenho bem menos organizado, com desenhos cheios de curva e mais estreitos, conforme a figura 1 (APCBH, 2008).

Figura 2: Planta Geral da Cidade de Minas – 1895



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (2008).

Com a expansão da cidade a partir das décadas de 1940 e 1950, a região central já estava ocupada, fazendo com que o crescimento da cidade se desse em direção a novas avenidas, entre elas Antônio Carlos, Amazonas e Pedro II. No entanto, a diferença social se fazia presente entre a área central e a rede de bairros que se expandia na periferia, a qual contava com escassos ou nenhum serviço urbano. A população de Belo Horizonte era composta por funcionários públicos vindos de Ouro Preto, antigos habitantes do arraial, e por imigrantes estrangeiros e trabalhadores empregados na construção da cidade, nas colônias agrícolas ou no comércio (APCBH, 2008).

A região Centro-Sul de Belo Horizonte foi a área ocupada desde a construção da cidade. Nas primeiras duas décadas do século XX, as áreas urbanas e suburbanas da região possuíam

pouca ocupação. Ao longo dos córregos da região, habitavam operários e outras pessoas que possuíam habitações precárias e que utilizam a água dos córregos para suas necessidades cotidianas. Essas pessoas foram removidas pela prefeitura para bairros nas proximidades, ou para bairros distantes. Nessa mesma época, o bairro Serra começa a ser ocupado por colônias agrícolas que abasteciam a cidade. Posteriormente, ao longo das décadas, as chácaras foram perdendo espaço para as casas. Concomitantemente, no bairro vizinho, Cafezal, o também denominado Aglomerado da Serra, começa a crescer. Diferentemente dos bairros vizinhos como Mangabeiras e Funcionários, o aglomerado não contava com serviços básicos, como água e esgoto encanados, limpeza pública e energia elétrica (APCBH, 2008).

O Aglomerado da Serra é o maior aglomerado de vilas e favelas da cidade segundo a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). Retratado no estudo Aglomerados Subnormais pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baseado no Censo Demográfico de 2010, o aglomerado reúne, nas suas oito vilas, 38,2 mil habitantes³³ – dado contestado pelos moradores que afirmam que o aglomerado possui mais de 100 mil habitantes – e que, depois do censo, passa a ser denominado pelo IBGE como um complexo³⁴ de vilas e favelas.

A formação das vilas e favelas, as quais compõem o Aglomerado da Serra, possui especificidades, por haver uma constituição característica e uma história particular, diferenciada das demais periferias e favelas brasileiras. Segundo Carvalho (1997), a então colônia agrícola inicia seu processo de favelização na época da fundação de Belo Horizonte. Nesse momento, segundo a autora, não foi prevista a necessidade de espaço para moradia dos operários que construíam a cidade. Contudo, com o avançar dos anos, especificamente nos anos 1960 e 1970, observa-se uma concentração de moradias na região da Serra, que ocorre também pela atuação do Poder Público no sentido de desalojar as populações ditas faveladas de ocupações menos estáveis:

33 Em sua pesquisa sobre o processo de urbanização “Vila Viva” no Aglomerado da Serra, Gomes (2009) contesta estes dados, constatando junto a levantamentos das associações de moradores que o aglomerado é composto por um número em torno de 100 mil habitantes.

34 Para os fins deste trabalho, nos referenciaremos ao Complexo da Serra (denominação do IBGE), como Aglomerado da Serra, terminologia utilizada por diversos autores, e como os moradores da comunidade a identificam.

Sua filosofia de ação pautava-se pela necessidade de sanear a cidade, para o que se propunha explicitamente a remoção das populações faveladas, ou se alcançava o mesmo objetivo através da urbanização a custos elevados e consequente pressão para a saída das famílias de baixa renda. Em consequência disso, houve o adensamento dos aglomerados centrais já existentes como é o caso do “inchamento” ocorrido na ocupação do Bairro Serra (BELO HORIZONTE, 2000).

O crescimento do Aglomerado da Serra se assemelha, em alguns aspectos, ao das favelas do Rio de Janeiro como na atuação do Poder Público na retirada dos moradores de certos locais da cidade, fazendo com que eles busquem outros locais para edificar suas moradias. Inscrito na Serra do Curral, tombada como patrimônio de Belo Horizonte desde 1991, o aglomerado possui uma localização singular, parecida com outras favelas da cidade, tendo como vizinhança bairros como Mangabeiras, Serra, São Lucas, Santa Efigênia, que abrigam uma população com alta renda, além de ser um território valorizado em termos imobiliários na cidade (ANDRADE; SILVEIRA, 2013; ROSA; SANTOS; PEREIRA, 2010).

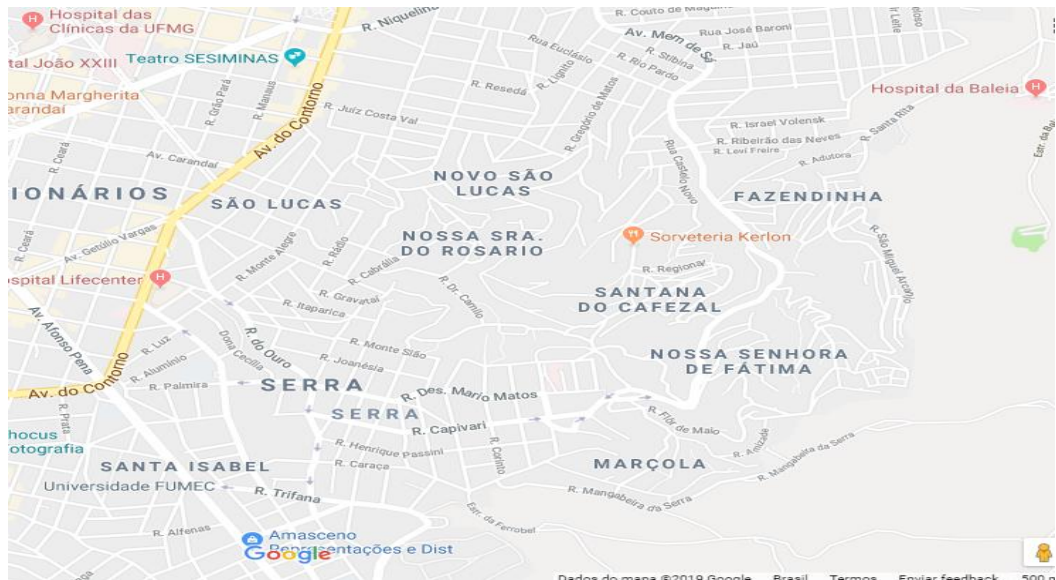
As oito vilas e favelas que compõem o aglomerado, fazendo limite com esses bairros, (figura 3) – Novo São Lucas, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Rosário, Santana do Cafezal, Fazendinha, Marçola – também possuem suas especificidades, tendo entre si características comuns, mas que também as diferenciam, como o tempo de ocupação e nível de identidade com o espaço físico-social (ROSA; SANTOS; PEREIRA, 2010).

Ao teorizar sobre o conceito sociológico de efeito-território, Andrade e Silveira (2013), em um estudo sobre o Aglomerado da Serra, demonstram que em territórios que convivem bairros com maior “prestígio social” e favelas, as fronteiras se tornam mais visíveis, visto que, a arquitetura das casas e urbanização das ruas dividem notoriamente o local de moradia dos dois grupos sociais. Todavia, como salienta Cruz (2010), os dados que se fundamentam em limites geográficos são criticados, pois as condições socioeconômicas e o nível de organização interna das vilas e favelas não obedecem aos limites oficiais. Nesse espaço, pode haver famílias cujas residências são divididas por uma rua e são de bairros diferentes, mas que podem pertencer a uma mesma rede social.

Composto então por oito vilas e favelas, e com uma população estimada em 100 mil habitantes, o Aglomerado da Serra se torna, por intermédio dos seus moradores e da mídia,

um importante espaço dentro da capital mineira. Com notícias veiculadas sobre a violência ali presente ou sobre sua efervescência cultural, o aglomerado ganha notoriedade, tendo como principal força os seus moradores, sujeitas e sujeitos diversos³⁵.

Figura 3: Aglomerado da Serra



Fonte: Google Maps (2018).

35 Constatações realizadas a partir das inserções de campo.

3 ORGANIZANDO O BAILE FUNK: GÊNERO E SUBJETIVIDADES NEGRAS PERIFÉRICAS NO ORGANIZAR DO BAILE DA SERRA

Tô vindo da Sul pra curtir o Baile da Serra
Eu e a Ray Láis, os cara diz: “Mas quem me dera”...

MC Dricka e DJ Ray Láis (É só Catucadão)

Diante das abordagens teóricas expostas, percebo a necessidade de alguns outros conceitos para a compreensão das subjetividades e do organizar do Baile da Serra por completo. Desse modo, neste capítulo de análise busco narrar a constituição do baile e como ele pode ser considerado uma organização outra, analisar as subjetividades das mulheres negras no organizar do Baile da Serra e, por fim, compreender seu organizar a partir de suas práticas organizativas.

3.1 Organizações-outras: conhecendo o Baile da Serra

Ao utilizar diferentes abordagens, os Estudos Organizacionais tentam compreender as organizações (MONTENEGRO; CASALI, 2008). Sendo entidades complexas, essas são compostas por variados fenômenos organizacionais (DUARTE; ALCADIPANI, 2016), mas que, tradicionalmente, são compreendidas como um sistema social reduzido, com objetivos e estruturas específicas que operam de maneira mais ou menos coesa e racional (COOPER; BURRELL, 1988).

Constituídos hoje por abordagens de diferentes áreas de conhecimento, alguns estudiosos dos Estudos Organizacionais realizam suas pesquisas com o intuito de rever o pensamento tradicionalmente destinado às organizações (CARRIERI; PAÇO-CUNHA, 2009), questionando o olhar predominantemente limitado sobre organização e as formas de organizar que possuem como argumento basilar a atividade racional dirigida pelos objetivos a serem atingidos (LIMA; AGUIAR; CARRIERI, 2016).

Segundo Maria Ceci Misoczky e Rafael Vecchio (2006), um dos fatores de desapontamento no campo da Administração se dá na insuficiência dos seus atores em aceitar o desafio de

pensar a possibilidade de que possa haver diferentes arranjos organizacionais e políticos distintos dos atuais. Um dos motivos dessa incapacidade está no fato de haver uma aceitação acrítica de discursos e diretrizes que constituem a tradição teórica dos Estudos Organizacionais.

Entre as diversas abordagens em Estudos Organizacionais que buscam compreender as organizações e os fenômenos organizativos, a perspectiva proposta pelo Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), do qual faço parte, entende que compreender a sociedade por intermédio de uma vida social organizada permite conhecer os modos de organizar das múltiplas formas possíveis de organização. Nesse sentido, abrir espaço para teorias elaboradas na periferia do campo acadêmico e da sociedade brasileira é compreender o social, o cultural e o histórico, reconhecendo que estes saberes são de suma importância para a produção de um conhecimento outro, fora do padrão hegemônico dos saberes “americanizados” (BARROS; CARRIERI, 2015).

Esses autores buscam propor abordagens diversas como alternativas ao que chamam de “hegemonia anglo-saxã”. Uma dessas abordagens são estudos com base na história, que se fundamentam no cotidiano das pessoas comuns, como maneira de abrir espaço para saberes que são promovidos pelas práticas de pessoas diversas, sujeitos esses que não têm suas práticas administrativas e ações reconhecidas (BARROS; CARRIERI, 2015).

[01] Eu acho que a partir do momento que eu não tava, eu achava que era uma coisa, mas na verdade não é isso, é complexo... Eu acho que a partir do momento que eu não estava inserida eu achava que era uma coisa básica, uma coisa pequena, uma coisa que qualquer um conseguia, mas na verdade não é, isso é muito trabalho, muita correria, é muita, tem que ter muita cabeça fria também, não pode deixar levar pelas emoções. (Nairóbi)

[02] Sim, para tudo tem que ter dinheiro, para alvará, banheiro químico, segurança, palco, para barraquinha que no caso eu trabalho... Tudo é dinheiro, mas ninguém vê assim, ninguém vê que tem que ter um dinheiro para acontecer aquilo, para eles têm que acontecer e pronto! Para mim não, para quem organiza não é assim, vamos fazer e pronto, isso vai ficar nas costas de uma pessoa, é muita gente não vê isso. (Macarena).

Para as organizadoras do Baile da Serra, o não reconhecimento de tais práticas passa por uma

inviabilização de uma organização prévia para que o evento aconteça. Ao evidenciarem o que o público e os demais atores do baile não veem a organização do evento, elas deixam em destaque quais são as atividades realizadas, que por sua vez, caracterizam o baile como uma organização e não somente como uma festa sem organização prévia. No discurso de Nairóbi, no fragmento [01], o uso recorrente das expressões “eu acho” e “eu achava”, sendo marcado por opiniões que visam persuadir a respeito de um tema específico (VAN DIJK, 2008, 2010), nesse caso, sobre como antes de integrar a organização ela tinha uma visão sobre o Baile da Serra e que depois de ingressar na organização sua visão se modifica. Um dos aspectos de persuasão utilizado por Nairóbi é a estratégia de usar em seu discurso o verbo “achar” no passado e no presente, no intuito de realizar um controle discursivo dos modelos mentais, conhecimentos e ideologias a respeito da organização do baile. Nesse sentido, essa estratégia permite, como salienta Van Dijk (2012), interpretações subjetivas de situações sociais diferentes, permitindo uma adaptação flexível do contexto, ou seja, que o receptor do discurso possa também perceber a “complexidade” presente na organização do baile, da mesma forma que ela alterou a sua própria percepção.

Na busca também por persuasão, Macarena, no fragmento [02], faz o uso repetitivo das expressões “ninguém vê”, “mas ninguém vê” e “muita gente não vê isso”, para elencar os aspectos relacionados à organização do baile que ela julga que as pessoas não visualizam. O controle discursivo é realizado com o intuito de defender a legitimidade da organização do evento por meio do aspecto econômico, sendo ele destacado diversas vezes nas expressões “tudo tem que ter dinheiro”, “Tudo é dinheiro”, “tem que ter um dinheiro”. Isso fato revela o quanto, para Macarena, o aspecto econômico é importante para legitimar o Baile da Serra como organização.

Para buscar compreender o porquê dessa organização não ser compreendida como tal, entendo que é importante retomar a discussão iniciada nessa seção sobre o conceito de organizações. Compreendida como um tipo de estrutura ou instrumento voltado para que um grupo alcance seus objetivos (CZARNIAWSKA, 2014), essa noção de organização em si opera como uma metanarrativa, que a valida enquanto uma ferramenta social para ampliar a agência humana (COOPER; BURRELL, 1988). Essa concepção não entende princípios como estratégia, objetivos e ambiente como noções problemáticas; em certa medida, seu cerne está nas organizações, seus atributos e suas estruturas, como objetos de análise teoricamente legítimos

(CHIA, 1995; 1996). Essa perspectiva de compreensão das organizações não está evidente somente no campo da Administração, mas em discursos presentes na sociedade:

[03] A isso aí é o preconceito e na versão da polícia, e muitas vezes até da comunidade, é uma discriminação que a gente sofre pelo gênero, por ser funk, a maioria das pessoas acha que quem organiza baile funk é bandido. Então eles levam sempre pra essa linha, é uma coisa que dificilmente a gente vai tirar da cabeça das pessoas, só quem convive pra saber como que é organizado é muita gente que não gosta e acha que é sempre o tráfico que tá à frente. (Maria)

Em seu discurso no fragmento [03], Maria traz à tona uma discussão importante sobre como o preconceito em relação ao funk, que faz com que a organização do baile não seja reconhecida. Na análise sociocognitiva da ACD, um aspecto significativo do discurso que deve ser analisado é a complexa participação de atores sociais e políticos envolvidos e representados na estrutura discursiva (VAN DIJK, 2012). Os atores sociais presentes no discurso de Maria são representados pelos termos “polícia”, “comunidade”, “bandido” e “tráfico”. Os atores constituem as situações sociais e possuem diversos papéis comunicativos, como de escritores, falantes, produtores ou receptores do discurso (VAN DIJK, 2012).

O gerenciamento do conhecimento sobre a visão dos atores sociais “polícia” e “comunidade” faz com que Maria controle seu discurso de acordo com suas experiências subjetivas e do conhecimento que julga possuir o receptor do discurso – eu – sobre a temática. A “polícia” é a representação de Maria da Segurança Pública do estado de Minas Gerais, realizada pela Polícia Militar, na expressão “e muitas vezes até da comunidade” ela reitera que tais atores sociais perpetuam, por intermédio do seu discurso, uma discriminação ao baile, que vem acompanhada da discriminação ao gênero musical funk, ligando-o ao “tráfico”.

Nesse sentido, compreendo que é de suma importância que eu faça alguns apontamentos em relação ao comércio de drogas e a organização do Baile da Serra. Eu não trato e não considero o comércio de drogas como bandidagem, uma vez que é uma organização econômica também. Mas não é objeto de estudo dessa pesquisa por ora, embora ele seja um elemento presente nas favelas e que merece estudos mais profundos que o afastem das premissas racistas do imaginário social. Na minha pesquisa, identifiquei que o comércio de drogas não se envolve com a organização do Baile da Serra especificamente. O que chamo de organização é o coletivo composto por essas mulheres negras aqui descritas, portanto afastando-se da

concepção simplificada de organização criminosa que muitas vezes é utilizada pela Segurança Pública para justificar o enquadramento do Baile da Serra como evento de cunho violento, o que presenciei em uma reunião de solicitação de licenciamento para a realização de um baile.

Como já discutido, a visão tradicional do que seria uma organização deixa de fora outras formas possíveis de organizar. Segundo Solé (2003), organização não necessariamente significa organizar no sentido convencional de ordenar. O autor questiona se uma organização, mesmo que desordenada, não poderia continuar existindo. A organização, segundo Misoczky (2010), pode significar diferenciadas formas de cooperação, na qual o que tem importância é o modo, os meios, o caminho, não somente o objetivo final, a meta.

[04] Porque querendo ou não a gente é um conjunto, e a gente precisa um do outro né, como se fosse um quebra cabeça, porque se falta uma pessoa, dificulta tudo, então eu consigo até fazer muita coisa sozinha, e sei bastante do que precisa ser feito, do que precisa pra organizar, do horário que tem que organizar, do horário que tem que anteceder, eu me dou bem, mas eu preciso de uma equipe pra isso. (Nairóbi)

[05] Aí talvez deixa a Maria com raiva, que eu vou para me divertir no baile, então eu acredito que a minha parte de organização está no momento bem anterior, no que envolve questões jurídicas administrativas e políticas. Eu tento pensar na importância política do baile sobre várias esferas micro da micropolítica, contribuir em dia a vida daquelas pessoas. Esse é meu papel. (Tempestade)

[06] Geralmente nos primeiros bailes me coloquei à disposição algumas horas, até o início do baile para ficar totalmente, se algo acontecer. Se a gente precisasse agir curto no momento. Mas já aconteceu da gente ter que trabalhar quando a Segurança Pública invade o baile com armamento pesado mesmo, não atirando, mas de uma maneira assim, apontando. A Tempestade é a mais velha, já é mais experiente, é a advogada responsável mesmo, a primeira responsável. Eu fico de apoio dela. (Morgana)

Essa cooperação descrita por Misoczky (2010) também pode ser notada na fala de Nairóbi no fragmento [04], ao fazer uso das expressões “a gente é um conjunto”, “a gente precisa um do outro” e “como se fosse um quebra cabeça”. Em seu evento comunicativo, Nairóbi busca realizar uma representação positiva de si (o coletivo) como estratégia discursiva. Ela busca enfatizar que a atuação em equipe e a cooperação são pilares fundamentais para que o baile

ocorra, omitindo os problemas, desavenças e outras situações que podem ferir o ideal de cooperação descrito. O controle da produção e compreensão do discurso (VAN DIJK, 2012) também é realizado pela sujeita ao fazer o uso de orações genéricas como “então eu consigo até fazer muita coisa sozinha”, “sei bastante do que precisa ser feito”, “eu me dou bem,” e “mas eu preciso de uma equipe pra isso”, essas sentenças expressam de forma geral os conhecimentos que Nairóbi detém sobre as atividades de venda de bebidas no baile, deixando subentendido que, no que tange suas responsabilidades, ela sabe executar tudo, mas mesmo assim precisa da cooperação de sua equipe para realizá-las.

Essa visão de todos os sujeitos como parte importante durante toda a produção e realização dos eventos não é compartilhada por todos os membros. Morgana e Tempestade nos fragmentos [05] e [06] respectivamente ao utilizarem as expressões “eu vou para me divertir no baile” e “nos primeiros bailes me coloquei à disposição algumas horas, até o início do baile”, deixam subentendido que suas atuações se limitam às questões jurídicas e administrativas anteriores ao evento. Mas esse discurso não parece totalmente coerente, pois Tempestade no fragmento [05] afirma saber que ir para o baile para se divertir “deixa a Maria com raiva”, e Morgana, no fragmento [06] transfere qualquer responsabilidade possível durante o evento para Tempestade prioritariamente. Tais fatos, segundo Van Dijk (2008), explicam o porquê pessoas que estão expostas ao mesmo discurso o compreendem e o reproduzem de formas diferentes. Mesmo com discursos distintos, as sujeitas enfatizam a mesma coisa, que durante o baile se eximem de algumas responsabilidades como organizadoras, pois querem se divertir; há um conflito de interesses, e a premissa de harmonia e cooperação plena não existem.

O fato do Baile da Serra não ser considerado como uma organização também pode ser analisado sob a perspectiva proposta por Solé (2003). Para o autor, o conceito tradicional de organização é reducionista em sua concepção, levando ao senso que ao se referir à organização, refere-se à empresa. Misoczky (2010, p. 28) questiona como evitar esse reducionismo, chegando a uma definição provisória de organização: “Organizar não é sinônimo de organizar de modo burocrático. Organizar é produzir socialmente modos de cooperação, sempre instáveis e em movimento”.

Ainda nessa perspectiva de pensar outras possibilidades de conceituar organizações, trago essa discussão para o âmbito do NEOS. Carrieri (2014), ao discutir sobre as formas de gestão

e as sociedades, enfatiza que as construções realizadas no âmbito do núcleo de estudos estão centradas em uma visão crítica dos elementos objetivos e subjetivos constitutivos da vida organizada nas sociedades. Nesse sentido, vida social organizada significa não estar focado em uma organização particular, mas nas relações das organizações com a vida organizada, levando em conta que esta é constituída historicamente resultante de diversas relações de poder que perpassam, constituem e caracterizam o corpo social.

[07] A gente sempre procura deixar o ambiente bem limpo, no final do evento. O que acontece, é que a pessoa ela não quer contribuir com nenhuma ajuda de custo, pra poder ajudar financeiramente, aí é isso que gera o conflito que as vezes, a pessoa foi lá e vendeu toda a bebida dela, e não quer ajudar nem que seja nem com R\$ 10,00, aí isso causa conflito. O que é chato é você tá dando oportunidade pra pessoa, dela vender o trabalho dela, mas ela só quer se beneficiar. Como isso acontece, a gente fecha né, o vento, pra esse comerciante. Não é o ideal, a gente não gosta disso, porque o intuito do baile é ajudar do mundo, né, fazer essa movimentação de renda na comunidade. Mas se o pessoal não colaborar, não tem como né. Acho que vem de fora, nunca vi não, mas todo mundo quer vender. Às vezes é negociado, tipo eu vou vender, mas eu vou te dar um valor dependendo do tanto que eu vender. (Nairóbi)

[08] Depende muito né, depende se tiver cerca. Mas mesmo assim as pessoas não respeitam. A gente faz o possível pra gente manter só uma barraca pra conseguir pagar a estrutura. Mas se chegar mais gente vendendo a gente não briga não, deixa as pessoas vendendo. A gente pede se não o pessoal não respeita, mas pode vender lá também. Atrapalha a gente atrapalha, né, a gente a pagar, mas a gente não briga. (Maria)

Ao descrever alguns conflitos e tensões decorrentes da organização do baile, Nairóbi e Maria, nos fragmentos [07] e [08] respectivamente, explicitam o contexto de uma vida social organizada que vai além dos limites da organização em si, como salienta Carrieri (2014). Ao contextualizarem a relação com os comerciantes que não integram a organização do evento, Nairóbi e Maria demonstram que há uma relação de tensão entre os organizadores e os comerciantes externos, como fica evidente nas sentenças “é que a pessoa ela não quer contribuir com nenhuma ajuda de custo”, “mas ela só quer se beneficiar” e “as pessoas não respeitam”. Por outro lado, nas sentenças “você tá dando oportunidade pra pessoa” e “Mas se chegar mais gente vendendo a gente não briga não”, elas buscam minimizar em seu discurso essa tensão. Segundo Van Dijk (2008), o controle do discurso é realizado também por

intermédio da representação das práticas sociais. A estratégia de conhecer esse lugar discursivo permite ao sujeito moldar seu discurso para que reflita uma representação positiva de si. Portanto, para os comerciantes, é mais vantajoso somente comercializar seus produtos no baile, pois realizar um evento desse porte requer organização e recursos financeiros, uma relação com o território e com os organizadores do baile, o que não parecem estar dispostos a assumir, mesmo porque os comerciantes sabem que mesmo havendo tensões, não são impedidos de vender seus produtos.

Sendo assim, os fatos narrados pelas sujeitas demonstram que a vida social organizada não é estática, sendo resultado de diferentes relações de poder (CARRIERI, 2014). Essas relações se dão de diferentes formas e em contextos diversos aos quais as organizações estão inseridas. Nesse sentido, Couto, Honorato e Silva (2019), ao teorizarem sobre organizações, em uma perspectiva decolonial, pressupõem que elas não acompanham modelos genéricos, supostamente universais e neutros, devendo ser capturadas dentro da localidade em que se realizam.

Além disso, autores acreditam em visões singulares de organização, entendendo a possibilidade de existência do que chamam de **organizações outras**³⁶. Essas organizações possuem uma realidade de gestão diversa, múltipla, e que pode ser capturada a partir do estudo do cotidiano das pessoas, nas práticas e estratégias de sobrevivências dessas organizações, que se produzem diariamente a partir de seus conhecimentos culturais. Esses estudos podem ser mais adequados para compreender os modos de organizar (práticas organizativas) das organizações, sem que implique, de forma alguma, uma procura por um organizar que se pretenda universal (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019).

Ao sugerir o termo **organizações outras**, Couto, Honorato e Silva (2019), fazem referência a outras maneiras de resistir, organizar, planejar, controlar, coordenar e ressignificar, ou seja, outras práticas organizativas. Nessa perspectiva, a organização é um acontecimento vivo, presente sob a forma de uma memória organizacional, que não pode ser interrompida em sua dinâmica. Estudar organizações é estudar as informações que são concebidas no movimento

³⁶ Organizações outras é o termo utilizado pelos autores para definir outra perspectiva de pensar as organizações. Outros autores irão propor diferentes conceitos com o intuito de analisar essas outras possibilidades de organizar, a saber: Organizações não hegemônicas; Organizações não formais; Organizações não tradicionais; Organizações contemporâneas; Organizações não burocráticas, entre outras.

do cotidiano, no fluxo, nos saberes que se desenvolvem no ambiente e das próprias formas de organizar já associadas a uma organização.

Entendo que para capturar e compreender as práticas organizativas da organização outra dessa pesquisa, o Baile da Serra, é necessária uma descrição de como essa organização se manifesta, a partir de um resgate histórico de sua constituição. Tal fato se torna um desafio. Por não ser estática (CARRIERI, 2014), a organização do Baile da Serra está em constante fluxo, portanto, sua contextualização histórica se dá até o momento da finalização dessa pesquisa, em dezembro de 2019. É importante ressaltar que a história do baile não será objeto de análise, mas sim posteriormente, suas práticas organizativas.

A história do Baile da Serra e conseqüentemente da sua organização podem ser narradas por diversos sujeitos e diferentes perspectivas. Nessa pesquisa, farei o uso da história do baile fornecida pela organização³⁷, das falas das sujeitas, principalmente de Maria e das notas de campo feitas durante a pesquisa.

Figura 4 – Logo Baile da Serra – Festa de Natal da Serra 25/12/2019



Fonte: Acervo da autora

³⁷ História do Baile da Serra, disponível no Anexo A.

No Aglomerado da Serra, os movimentos da cultura funk começaram a se estabelecer dentro das vilas da comunidade por volta dos anos 1990. O movimento já era realizado, segundo os organizadores do baile, e do então Presidente, e hoje, dono da Rádio Autêntica FM, mais conhecida como Rádio Favela, Sr. Mizael³⁸.

Nos finais de semana, a falta de espaço e de lazer cultural para a juventude periférica fez com que os moradores do aglomerado se mobilizassem e criassem o “Som”, em torno do qual se reuniam para se divertir. Essas reuniões voltadas para a curtidão também atraíam jovens de outras comunidades periféricas da cidade. Esse movimento continuou com o passar dos anos e foi se modificando de acordo com os acontecimentos na comunidade e com outros sujeitos participando da organização de diferentes eventos. Maria conta que:

[09] E aí Danny, quando a gente começou a se organizar era assim, era eu mesma, sempre foi eu que fazia todos os eventos que a gente realizava aqui. Aí depois teve uma pegada, a gente começou a fazer parte de outro movimento que tinha aqui, e aí a gente começou a fazer outros eventos, continuou o Motocando que eram encontros de motoqueiros, aí depois acabamos tocando, sempre eu e o Marcelo³⁹... Aí a gente continuou fazendo os eventos grandes, na praça do Cardoso, a gente sempre fazia muito evento grande lá né. Aí depois, foi tomando uma pegada maior, que nós começamos com o Baile da Binário. Antes da Binário a gente fazia duas vezes ao ano uma festinha ou outra com todas as Vilas aqui. A gente sempre andou com todas as Vilas fazendo evento. E aí depois a gente pegou nas pegadas do Baile quando o funk já tava bem estourado aqui aí a gente começou com o Baile da Binário, e aí depois do Baile da Binário chegou agora no Baile da Serra. (Maria)

Nesse ponto é possível compreender com mais profundidade a relação de Maria com a realização de eventos e como isso se reflete na organização do Baile da Serra. Em seu discurso no fragmento [09], Maria, por intermédio das sentenças “era eu mesma, sempre foi eu que fazia todos os eventos que a gente realizava aqui” e “A gente sempre andou com todas as Vilas fazendo evento”, revela que ela está envolvida com a organização de eventos no Aglomerado da Serra há alguns anos.

³⁸ Esta história pode ser vista no filme “Uma Onda no Ar” (Direção de Helvécio Ratton distribuído por Imagem Filmes, 2002), que foi baseado na história da Rádio Favela.

³⁹ O DJ Marcello Mattos é o DJ residente (DJ que toca durante toda a festa, DJ fixo) e Mestre de Cerimônias do Baile da Serra.

Em uma conversa em um café da manhã, no mês de fevereiro de 2019, ela me narrou um pouco dessa história, que está registrada nas notas de campo:

“Maria me contou que sempre fez ações na comunidade, quando chovia e as casas eram comprometidas ela ajudava no que era preciso, com arrecadação de roupas, comida etc., e que faz isso até hoje. Contou-me também que gostava muito de frequentar o ‘som’ realizado pelo Sr. Mízael e que foi ali que começou ter o desejo de fazer eventos. Ela fazia eventos na Praça do Cardoso para as crianças, pagodes, e sempre ajudava quando alguém queria fazer algo na comunidade. Ela disse que somente agora depois de 16 anos trabalhando com eventos começou a ganhar dinheiro. Disse também que gosta de ver as pessoas se divertirem, pois a vida na favela é muito difícil e geralmente as pessoas tem poucas opções de diversão”.

Segundo Van Dijk (2008) traçar um histórico do discurso, o situando no tempo e no espaço nos ajuda a compreender como ele muda, evolui e se adapta. Com as diversas mudanças em diferentes frentes nos eventos culturais do Aglomerado da Serra, o “Som” recebe outro nome e passa a se chamar “Baile Funk”. Além dos bailes, outros eventos culturais sempre aconteciam na comunidade, alguns de forma regulamentada com a emissão de alvará, outros não.

[10] Não, até então não tinha alvará. A gente fazia todo domingo sem alvará. Po que? Porque com esses Motocando que acontecia na Praça do Cardoso, teve um que não era nós que tava organizando, nem eu nem o Marcelo, era um outro cara que fazia é... Aí teve um tiroteio, o pessoal uma gangue de outra vila veio e matou um rapaz.... Matou um e feriu treze pessoas, aí a polícia parou de deixar fazer evento dentro da Serra. E aí a gente, toda vez a gente ia procurar alvará a PM não liberava. Aí nós começamos a fazer lá na Binário sem alvará mesmo. E aí depois de uma intervenção policial, foi quando eles mataram um menino de 14 anos que a gente começou a correr atrás ter esse diálogo pra gente conseguir os alvarás. (Maria)

No ano de 2017, como citado por Maria, surge o Baile da Binário, junto DJ Marcelo Mattos, passam então a organizar o Baile da Binário que acontecia em uma rua de mesmo nome. Esse baile não possuía alvará, visto que, sua emissão era extremamente burocrática e o diálogo com o Poder Público era difícil. O baile teve 12 edições sem problemas, e na sua 13^a edição uma ação inesperada da Polícia Militar, segundo os organizadores, “encurralou” os participantes do baile, e um adolescente de 14 anos foi assassinado.

[11] O dia do Gabriel a gente tava fazendo o evento tinha mais ou menos 2.000 pessoas e a PM chegou olhou viu que o evento tava acontecendo e foi embora. Depois já voltaram jogando bomba e dando tiro de borracha. Aí já começou todo mundo correr e Gabriel tava num beco e lá ele foi atingido e foi morto. [...] Muita gente pisoteada, muita gente correndo, muita gente machucada é... Todo mundo correndo sem saber pra onde correr, tinha muita gente e aí começou uma troca de tiros, todo mundo muito assustado, aí a gente entramos pro bar e fechamos a porta. E a polícia dando tiro lá fora... Muito assustador... E aí, quando diminuiu os tiros, a gente viu uns meninos socorrendo, uns menino que tavam lá explodiram também, viram que o menino saiu do beco gritando que o amigo dele tinha sido atingido aí os meninos socorreram e levaram pro pronto socorro mas ele chegou lá sem vida, já tinha morrido. (Maria)

Um dia após o assassinato de Gabriel no Baile da Binário, a comunidade se organizou e realizou um ato na Praça Sete de Setembro, principal marco do centro da cidade de Belo Horizonte. A partir dessa manifestação e do caso ser noticiado na mídia por diferentes fontes, diversos coletivos e pessoas procuraram a organização do baile e lideranças do Aglomerado da Serra para dialogar e buscar mudanças na forma de como o Poder Público atuava nas periferias e favelas.

[12] No dia seguinte, que foi na segunda-feira, isso foi no domingo, na segunda a maioria das pessoas que estavam no evento, a gente tinha dois grupos de WhatsApp, a gente chamou essa galera, a galera se reuniu, nós descemos pra Praça Sete pra protestar. E lá a gente começou a fazer protesto, a fazer barulho pra chamar mesmo a atenção das mídias pra ver se a gente tinha... Conseguia essa licença né, conseguia que a PM liberasse, porque era o único órgão que proibia até então [...] Foi aí que aconteceu, a gente chegamos na Praça Sete pra fazer o protesto tinha um assessor da Gabinetona⁴⁰, que rapidamente conseguiu marcar uma audiência pública na Câmara, no outro dia, na quarta-feira. E aí a gente já fez essa audiência pública, depois a gente foi pra rádio Itatiaia, fomos pro SBT, fomos pras outras mídias falar a respeito, pedir que a gente conseguisse ter esse direito de fazer as nossas festas legalizadas. Então foi a partir daí que a gente começou a ter a licença ter o alvará, o horário pra começar a gente já tinha, de começar e terminar, mas aí tudo certinho, mas aí começava às 17h da tarde e terminava às 23h da noite. (Maria)

⁴⁰ Gabinetona é um mandato coletivo constituído por quatro mulheres, em 2019 ele está presente em três esferas do legislativo: Cida Falabella e Bella Gonçalves, na Câmara Municipal de Belo Horizonte; Andréia de Jesus, na ALMG, e Áurea Carolina, na Câmara dos Deputados.

[13] [...] só que eu conhecia uma outra galera, que é amiga da Mariana⁴¹, que eram o Felipe⁴² e o Claudio⁴³, e aí rolou aquele lance no Baile da Binário, o assassinato né, da Polícia Militar do Gabriel, e a galera desceu pra Praça Sete, e aí entraram em contato com a Maria, então tipo... Como a minha defesa tese tinha sido como muito enfoque em funk, eles me pediram para acompanhar uma audiência pública que tinha sido pedido pela Gabinetona, até então a Gabinetona só tinha o nível de representação municipal né, era só vereança. E aí, foi assim que conheci a Maria e tal, e a gente montou o Observatório do Funk. (Tempestade)

A partir da mobilização surgiram novos movimentos. Um desses movimentos originou o Observatório do Funk, um coletivo político cultural em prol do movimento funk.

[14] Tinha um jornalista que era o Claudio, ele chegou a ver, e ele já era amigo da Gabinetona, então juntou ele e a doutora Tempestade o doutor Felipe que eram dois advogados e... Foram lá, conversou com a gente pra saber da história, o que é que tinha acontecido, com isso teve essa aproximação e a gente formou esse coletivo... Foram eles e nós aqui da comunidade, que era eu e o Kadu dos Anjos. E aí a gente formou esse grupo e começamos a ter esse diálogo, a fazer a mediação entre PM e comunidade. E daí, com um certo tempo, foi dando muito certo, e só que aí de um tempo pra cá o Observatório foi se desmanchando, ficou eu e a Tempestade aí a gente optou por trocar o nome de Observatório das Quebradas, que aí a gente já não tava atendendo mais só uma comunidade, a gente ajuda as outras comunidades também e ensina eles como correr atrás de tá fazendo os eventos na comunidade. Então a gente colocou Observatório das Quebradas e também por tá rodando o baile até em outras quebradas que não sejam dentro da Serra. (Maria)

[15] E aí antes teve uma ação do Observatório nas redes para mudar o nome do Baile da Binário, Baile do Serrão não podia porque já tinha, aí galera na internet escolheu Baile da Serra assim. Então a escolha de nome foi *online*. Eu sei que tinha outro... Que eu acho que outro ganhou mas não podia usar. (Tempestade)

No início do ano de 2018, o Baile da Binário recebe o nome de Baile da Serra a partir de uma votação *online* com o público e passa a circular nas oito vilas do aglomerado. Com o decorrer do ano, Maria e Tempestade se afastaram do Observatório do Funk, e criam o coletivo político cultural Observatório das Quebradas. Esse afastamento aconteceu em um momento

41 O nome da sujeita foi trocado para preservar sua identidade.

42 O nome sujeito foi trocado para preservar sua identidade.

43 O nome do jornalista foi trocado para preservar sua identidade.

em que os objetivos dos integrantes do Observatório do Funk divergiam, e foi solicitado a Maria que Tempestade fosse afastada do coletivo. Em uma reunião na qual estava presente, Maria comunicou que estava se desligando do Observatório do Funk pelos motivos acima, e propôs a criação do Observatório das Quebradas, no qual algumas pessoas que já faziam parte da organização do baile, fariam parte também deste novo coletivo. Esse surge também com o objetivo de levar o Baile da Serra a outras comunidades de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Quando é realizado em outros territórios, o Baile da Serra é denominado de Baile da Serra nas Quebradas.

[16] E aí com esse crescimento que a gente teve, é... Começou a pensar como ia fazer, mas que esse baile lá, já não tava cabendo. E como na comunidade a gente tem um problema muito grande de território, eu tive a ideia de fazer o Baile da Serra itinerante, aí eu comecei a rodar o baile nas vilas, ao redor nas oito vilas que a gente tem. E aí a gente começou a fazer assim cada final de semana numa vila diferente. Só que as vilas também as ruas que a gente escolhia pra fazer foram ficando pequenas, cresceu muito. E aí a PM, não satisfeita com o trabalho nosso dando certo, é... Levou a gente pra COMOVEEC. A COMOVEEC é um órgão, uma comissão organizadora de eventos, que começou a exigir muita coisa da gente, pra fazer baile hoje em dia, a gente não pode fazer em qualquer rua do aglomerado mais e nem tem grana pra fazer com tanta estrutura que eles exigem. Então tem que ser uma coisa bem organizada pra conseguir fazer, juntar a galera pra ver como que é que vai pagar esses gastos, essas coisas assim. (Maria)

Com o crescimento e aumento de público o Baile da Serra passa fazer parte da Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC) do estado de Minas Gerais. Segundo as organizadoras, o baile começa a ter sua estrutura encarecida e sofre um “estrangulamento” financeiro, que impede que ele seja realizado com a frequência anterior.

[17] A partir daí já diminuiu as edições por causa dessa organização que tem que ter é... [...] Aí acontece agora quando dá, sinceramente quando dá vontade, e eu não tô com vontade nenhuma de tá realizando frequentemente. É que vamos organizar primeiro a parte da associação pra voltar, mas com isso também pra não parar totalmente porque acaba que a gente é muito acessado pela juventude, nós começamos a organizar as rodas de funk. As rodas de funk acontecem mensalmente é um momento onde que os artistas de funk tanto DJs como MCs se reúnem ali pra expor o que é que é que taá fazendo, o trabalho deles, mostrando um pro outro,

valorizando o trabalho de cada um, e para não parar também né, e com isso a gente consegue muitas das vezes trazer um produtor, faz um vídeo, mostra, e daí os meninos conseguem tá dando sequência na carreira deles de artistas, para não parar mesmo os sonhos dos meninos. A ideia é essa de permanecer na roda pra não acabar com o movimento. [...] O baile da Virada Cultural foi um sucesso também, né. Eu acho que serviu muito pra mostrar pra essa galera, pra esse pessoal, pro Poder Público, pro governo... O quanto a gente é potente, o quanto a favela é potente, o quanto as pessoas que participam desses eventos são pessoas que tão ali pra curtir mesmo. E, não sei se isso veio na ideia deles, mas pra tirar um pouco da marginalidade que eles pensam que tem ali, né. Eu acho que serviu muito pra isso, sabe. Foi um evento de dia, foi um evento que começou cedo e que a galera colou cedo, e a galera gostou demais. Nossa, gente, esse evento também foi outro que, tipo assim, sabe... Foi igual os 120 anos, ficou na história. Foram os dois eventos que a gente fez lá embaixo, junto com o Poder Público e a gente mostrou pra eles uma outra visão do que eles não tinham. (Maria)

Figura 5 – Baile da Serra Virada Cultural – 21/07/2019



Fonte: Acervo da autora.

Diante do encarecimento da estrutura exigida pelo Poder Público para a realização dos eventos, o Observatório das Quebradas passa a adotar estratégias para que os eventos se tornem viáveis economicamente. No ano de 2018, o baile que acontecia quase todo domingo tem sua periodicidade diminuída devido aos custos de realização, tendo acontecido somente ocorrendo poucas edições no ano de 2019. Em 21 julho desse mesmo ano, aconteceu sua edição de maior tamanho, com um público estimado de 100 mil pessoas que ocuparam a Praça da Estação para participarem da edição Baile da Serra Virada Cultural.

[18] A única forma que a gente tem agora de tá fazendo esses eventos é com editais. Aí tem o Observatório das Quebradas, agora eu tenho dois amigos que escreveram pra gente algumas coisas, alguns projetos do baile, são as formas que a gente tem de tá tentando realizar esses eventos sem ter gastos. (Maria)

O Observatório das Quebradas passa a adotar em 2019 um novo modelo de captação de recursos para eventos, no qual busca fomento em editais públicos e privados e parcerias para realizar o baile e outras ações. Esse esforço, segundo o Observatório das Quebradas⁴⁴, é para que o nome do Baile da Serra continue sendo fortalecido e que o lazer da juventude periférica seja garantido. Segundo o coletivo, o baile não é somente uma festa, mas também um importante espaço sociocultural protagonizado pela favela.

3.2 Funk como mobilizador: mulheres negras e subjetividades funkeiras

Nesta seção, explorarei as subjetividades das mulheres negras no organizar do Baile da Serra. Como já evidenciado, uma de suas particularidades é sua organização ser composta em sua grande maioria por mulheres negras. Essas possuem uma forte relação com a cultura funk, a qual impacta diretamente a organização do evento. Nessa seção será contada a história do funk e a relação das subjetividades dessas mulheres com sua cultura.

Ao considerar a periferia como parte da sociedade, a qual tem uma vida social organizada e possui relações socioespaciais de poder, podemos também pensar os sujeitos e sujeitas que compõem essa parte tão importante da cidade e suas subjetividades. Sendo o espaço urbano socialmente produzido (VILAÇA, 2011), ele não pode ser compreendido sem referência às práticas sociais (MEDEIROS, et. al., 2008). No Baile da Serra, essas práticas sociais têm relação direta com seus organizadores, com o território e com a história dos ritmos de origem negra na sociedade brasileira, bem como, a cultura funk.

Presentes em algumas periferias e favelas das cidades brasileiras (como o Aglomerado da Serra), o funk, o samba, o *hip-hop* (gêneros musicais com origem negra), entre outras manifestações culturais, podem ser entendidos como meios de resistência utilizados por esses

44 Para maiores informações: OBSERVATÓRIO DAS QUEBRADAS. **Conheça Nossa História**. Belo Horizonte, 07 de maio de 2019. Disponível em: < <https://www.facebook.com/observatoriodasquebradas/about/>> Acesso em: 10 de janeiro de 2020

sujeitos que compõem o cotidiano da periferia (COSTA JR., 2014). Essas manifestações culturais são vividas intensamente também por uma juventude periférica, a qual faz da música um estilo de vida que aborda temas da própria vida de quem a produz.

Diante dessas diversas manifestações culturais presentes nas favelas e periferias, o funk se tornou atualmente um dos ritmos mais estigmatizados pela sociedade, sendo o preconceito contra o ritmo racial, étnico, econômico, se estendendo à cultura. O funk enfrenta diversas críticas, como o samba e o *hip-hop* já enfrentaram, e não é considerado cultura, pois quem o produz são as pessoas periféricas e faveladas (CARDOSO, 2016). Além disso, a crítica ao funk revela a forma pela qual a sociedade brasileira perpetua seu racismo e preconceito de classe encobertos pela retórica do “bom gosto estético”, que “ofende ouvidos mais sensíveis educados na tradição das casas-grandes”. Nesse sentido, para a sociedade brasileira, o funk seria resultado de uma sequência de faltas: falta de bom gosto, de bom senso, de educação, de consciência política e de classe, ou mesmo moral (LOPES; FACINA, 2006, p. 195).

[19] Eu acho totalmente ridículo, que eu acho que associar um ritmo musical a um crime é uma coisa muito grande, é uma coisa que pra mim não existe de forma alguma isso... Isso não tem que acontecer e que a agente quer forças né, pra que se reúna pra que isso não aconteça. Criminalizar o funk jamais! Querendo ou não eu creio que funk é uma cultura sim, embora não seja agradável a muitos ouvidos né, então, mas pra mim ele é uma cultura e uma cultura boa. (Nairóbi)

[20] Aí, todo mundo começou a ter, a galera que curtia antes, mesmo, que é mais antiga, começou a ter aquele receio, assim, com as letras que, querendo ou não, toca na ferida, né, porque fala da realidade, fala do que acontece, fala da verdade. E, muitas das vezes, a verdade ninguém quer ouvir, né. Porque, quando se fala do Funk proibidão, por exemplo, que é putaria, é o que as pessoas mais se sentem ofendidas, mas é uma coisa que as pessoas fazem diariamente. Então, eu não entendo o porquê que dá esse... Sabe? Então, hoje eu tenho essa visão dos dois lados, né, eu sei entender. (Maria)

[21] Tipo o que aconteceu com o samba, que foi muito criminalizado, foi muito massacrado, e hoje tá aí todo mundo consumindo, mas eu acho que tem que ser diferente do samba no sentido de gente não pode esquecer que é nossa cultura, que isso é coisa de preto, que isso é coisa da gente, e que não é coisa de outras pessoas. Porque senão a gente vai se perdendo e nós vamos ter que criar uma outra resistência, e outro e outro e outro, com essa característica nossa, porque se for para

ser de qualquer um... A curto prazo, eu acredito que não é de um dia pra noite que vai acabar com essa cultura de criminalização, mas ele já tá aí na rádio, já tocando muito mais do que tocava antigamente, mas a longo prazo eu acho que vai ter que acabar com isso. Eu acredito né, tenho esperança na humanidade. (Morgana)

A criminalização do funk é um debate importante para as organizadoras do Baile da Serra, como demonstrado nos fragmentos acima. Mesmo que todas não tenham vivido ou sido criadas na periferia ou na favela, elas possuem o entendimento que sua discriminação e, por consequência, criminalização ocorrem por ser um ritmo oriundo das periferias e favelas. A expressão “é coisa de preto” dita por Morgana no fragmento [21] possui diferentes implicações, e demonstra que ela tem conhecimento sobre a origem cultural dos ritmos musicais elencados, ao mesmo tempo que demonstra que, por ter origem na cultura negra, o funk não deve traçar o mesmo caminho que os outros ritmos dessa mesma cultura. Nesse sentido, por ser um ritmo de origem negra, o funk para ser reconhecido como cultura precisa primeiramente ser criminalizado. Esse olhar sobre a história dos outros ritmos revela que, por mais que eles sejam consumidos pela sociedade atualmente, não deve ser aceito que a história se repita.

A associação do funk com diversas faltas, assim como, a falta de “bom gosto” evidenciado por Lopes e Facina (2006), também está presente na fala de Maria no fragmento [20]. Tão importante quanto isso é a repetição da palavra “fala” associada à “realidade”, “acontece”, “verdade”. A utilização dessa seleção lexical é utilizada para compor o argumento que, por falar de tais assuntos, o funk é criminalizado. A palavra “fala” vem associada a “ouvir”, se o funk “fala” a “verdade”, ele é criminalizado porque “a verdade, ninguém quer ouvir”. O uso da palavra “ninguém” nesse contexto evidencia a polarização entre “eles” e “nós”, como uma estratégia discursiva. Essa busca constituir uma autoapresentação positiva de si (nós) – “fala a verdade” – e, por conseguinte outra representação negativa (eles) – “ninguém quer ouvir”. Essa estratégia discursiva em si não é uma atitude negativa, pois pode ser utilizada até por uma questão de sobrevivência (VAN DIJK, 2008). Mas é utilizada pela sujeita para argumentar que, por falar a “verdade”, o ritmo musical “ofende”.

Entre as diversas informações contidas no discurso de Maria no fragmento [20], a informação implícita também se faz presente. Ao dizer que “eu não entendo o porquê” e, posteriormente “eu sei entender”, há uma contradição implícita. Diante do contexto, mas não no discurso em

si, Maria revela que antes (no passado), ela não entendia o motivo da discriminação do funk, mas que hoje ela tem “essa visão dos dois lados”.

A polarização entre o eles e o nós, para debater a criminalização do funk é reiterada por Nairóbi no fragmento [19]. Ao fazer o uso da palavra “ridículo”, ela polariza entre quem associa a um crime um ritmo musical (eles), e quem considera o funk cultura (nós). Novamente, a polarização é utilizada como estratégia discursiva para uma autoapresentação positiva de si, aqui evidenciada pela expressão “uma cultura boa”. Em seu discurso Nairóbi traz à tona um dos principais debates que envolvem a cultura funk: a criminalização do ritmo.

No ano de 2019, esse debate esteve presente em diversos momentos, em um deles o Observatório das Quebradas teve oportunidade de participar da audiência pública no Congresso Nacional intitulada Criminalização do Funk, em abril de 2019.

[22] Aí tem audiência pública lá na Brasília sobre a criminalização do funk e foi também motivada pela prisão do Rennan da Penha. O DJ Rennan da Penha tinha um processo contra ele de associação ao tráfico porque ele tinha passado um WhatsApp avisando a comunidade que o caveirão tava subindo, coisa que qualquer um de nós faz, a gente já fez... Que é avisar a comunidade, para tirar as crianças, os idosos, têm que sair, tem que tirar a galera da rua, pra não morrer... E ele tinha sido absolvido na primeira instância no Rio de Janeiro. (Tempestade).

[23] E daí a partir desse processo que é terrível, porque o criminalizaram por produzir um baile muito grande, um baile muito expressivo, que é o Baile da Gaiola, e a música continua tocando nas casas das tradicionais famílias aí, e o cara tá preso. Chamaram a gente em Brasília, nós fomos para falar a respeito dessa situação, e eu acho que nós somos muitos, muitos funkeiros, se a gente tiver mais organização, se a gente tiver mais direcionamento, a gente pode cobrar do Poder Público... Que a gente produz, que a gente paga imposto, né, a gente gasta, a gente é cidadão. Então, a gente pode cobrar do Poder Público que nos respeite e que não fomente essa criminalização midiática, essa criminalização que já vem estrutural, ao contrário, que fomente que seja reconhecido né... Alguns lugares do Rio de Janeiro que já reconheceu como patrimônio imaterial, mas enfim... (Morgana)

A audiência pública foi convocada pelas Deputadas Federais Áurea Carolina e Talíria Petrone, ambas do PSOL, mediante o mandado de prisão expedido contra o DJ Rennan da Penha. Nos fragmentos [22] e [23] é possível compreender, a partir do ponto de vista de

Tempestade e Morgana, o contexto em que a audiência pública foi convocada. Ao analisar a narrativa a respeito da motivação da audiência pública na perspectiva sociocognitiva da ACD, fica evidente na expressão “que qualquer um de nós faz”, que as emoções, crenças e a memória estão envolvidas diretamente no discurso. Nesse modelo de contexto (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013; VAN DIJK 2012), o conhecimento das sujeitas sobre as leis brasileiras, suas experiências e intenções fazem com que elas elenquem em seus discursos aspectos relevantes que as permitem explicar os motivos pelos quais associam a prisão do DJ Rennan da Penha com a criminalização do funk.

A cultura funk no ano de 2019 continua a sofrer com sua criminalização, o que culminou em uma grande tragédia em dezembro envolvendo a Polícia Militar do estado de São Paulo e jovens frequentadores do Baile da DZ7 na comunidade de Paraisópolis, na capital do estado. Em uma operação que visava acabar com a realização do baile, a polícia realiza uma dispersão que culmina na morte de nove jovens que estavam se divertindo na festa.

As nove mortes em Paraisópolis, a prisão do DJ Rennan da Penha e a morte de Gabriel no Baile da Serra têm algo em comum, como salienta Achille Mbembe (2003, p. 2) ao elaborar o conceito de Necropolítica: esses episódios não fogem à regra: são a própria regra. A Necropolítica é a “expressão última que reside no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. A morte e a privação da liberdade desses jovens relacionadas intimamente ao funk revelam a política de morte adaptada pelo Estado brasileiro. Ao viverem em uma sociedade marcada pela lógica neoliberal, classista, machista e racista, os funkeiros e, conseqüentemente as funkeiras, estão sujeitos a todas as opressões provenientes de uma exploração colonialista a qual subjuga corpos negros que buscam romper com essa lógica opressora. Assim também acontece com a cultura funk, conhecer a sua história também é conhecer a história do povo negro brasileiro.

Segundo Dayrell (2002), com origem na música negra estadunidense, o funk, assim como o *rap*, anexou sonoridades africanas alicerçadas no ritmo e na tradição oral. De modo universal, o funk é associado às classes sociais de menor poder aquisitivo e, conseqüentemente, com um pressuposto de menor possibilidade de aquisição de bens de consumo.

A influência estadunidense no funk perde espaço no final da década de 1980, época na qual começaram a ser lançadas no Brasil letras com conteúdo sobre pobreza e violência, expondo o

cotidiano dos frequentadores dos bailes funk. Esses temas passaram de uma conotação social e hoje estão mais orientados para a sensualidade e sexualidade, sendo possível afirmar que o gênero musical brasileiro é produzido e consumido por diversos grupos e segmentos sociais, e pela indústria cultural em geral (HERSCHMANN, 2005).

Com a produção e consumo do ritmo ganhando novos contornos, acompanhado da ascensão do funk no cenário musical brasileiro, os bailes funks surgem não apenas como opção de entretenimento e socialização, mas também se transformam em potencial para a criatividade coletiva. Criatividade presente tanto na dança quanto na música, não estando livre, porém, de prejulgamento social enquanto manifestação cultural (BONFIM, 2015). Segundo Herschmann (2005), o funk possui um estigma não associado diretamente ao baile, mas contra os grupos sociais que o assumiram como forte referencial identitário, os moradores das favelas e periferias urbanas.

A relação da sociedade com os funkeiros se assemelha ao tratamento concedido aos moradores das periferias, sendo esses tratados como se fossem marginais (HERSCHMANN, 2005). Entretanto, o funk se fortaleceu e atualmente ocupa um espaço na classe média do país como apontam Arruda *et al.* (2010), quando afirmam que a desterritorialização e reterritorialização promovidas pelo funk demonstram como a favela tem se inserido nos espaços de “concepção-produção-difusão” musical. O funk adentra os espaços de debates sociais e culturais, movendo barreiras, desarrumando e rearrumando territórios, burlando as sentinelas e atravessando as fronteiras da cidade.

Ao estudar o discurso da ou sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico, Amorim (2009) aponta que, mesmo com o funk rompendo barreiras sociais e territoriais, observa-se como tendência o ritmo ser tratado por uma ampla parcela da sociedade como um movimento de índole obscena, vulgar, grotesca, e que explora a sexualidade feminina de uma maneira pouco habitual. A representação social da funkeira a toma como uma sujeita indecente e ousada que não se sente envergonhada em exibir sua sexualidade em público.

Em contraponto a essa representação, a mulher constrói uma representação de si mesma, a de um sujeito que rompe com os preceitos morais estabelecidos socialmente, que diz e age da forma que deseja. Ela afirma não se incomodar com o que falam e pensam a seu respeito, e busca se mostrar para os participantes do movimento como um ser autorizado para emitir

certos discursos, efetuar determinadas ações, apta para subverter preceitos instituídos socialmente (AMORIM, 2009). Estes preceitos morais instituídos se referem a uma moral branca que, em uma sociedade machista, racista, classista e colonial, é amplamente reproduzida, não ficando de fora a periferia.

[24] Eu acho que o baile é mais pra mulher do que pra homem, as músicas... Na verdade ela tem uma coisa, uma pegada boa, uma pegada sensual, que você precisa dar uma rebolada mais elaborada, e o homem não tem isso. O homem é do passinho, mas sem mexer muito o corpo. A mulher não! Já tem toda a sua sedução, ela dança, faz os passinhos muito diferentes dos homens. Eu acho que o baile funk ele é muito para a mulher, a mulher é muito bem-vinda nele. (Nairóbi)

[25] O funk também traz muito disso, é um grito da sociedade mesmo, de maneira artística. E você se considerar funkeira tem a ver com a dança, haver com a estética, as músicas, mas eu acho que tem a ver muito com a questão da sexualidade, e da questão de gênero, e sexualidade feminina, e a exaltação da mulher na sociedade. (Morgana)

[26] Eu comecei a escutar mulheres cantando no início dos anos 2000. Tati Quebra Barraco, eu achei super legal que ela falava sobre sexo abertamente, e eu queria falar de sexo abertamente com as minhas amigas brancas da universidade, mas elas não falavam. E eu achava o máximo... Eu queria ter amigas daquele jeito e eu tinha um amigo mais ou menos que era negro e tal. E eu achava um barato as mulheres cantando sobre sexo, porque pô, todo mundo tem vontade de fazer sexo, gosta de fazer sexo... Eu achava elas poderosíssimas... O meu retorno ao funk, também se deu com elas, escutando a MC Marcello Bigode Grosso. (Tempestade)

O contexto e suas dimensões cognitivas são fundamentais para a compreensão do discurso de Nairóbi no fragmento [24]. A polarização mais uma vez se faz presente no evento comunicativo, em que “eles” é representado pelos homens e “nós”, pelas mulheres. Na análise dessa polarização, o que é enfatizado são as atitudes dos atores sociais representados pela seleção lexical “pegada boa”, “pegada sensual”, “rebolada mais elaborada”, “sem mexer muito o corpo”. Estas atitudes listadas compõem as dimensões cognitivas do contexto, que consistem em diferentes ideologias. Os argumentos “eu acho que o baile é mais para mulher”, “o homem não tem isso” e “o homem é do passinho” fazem parte de atitudes socialmente compartilhadas por meio das ideologias, adquiridas gradativamente em complexos e longos

processos de socialização, refletindo interfaces entre o individual e o social (VAN DIJK, 2008).

O discurso de Nairóbi permite também uma discussão sobre performatividade (BUTLER, 2003, p. 194), no qual as atuações, os gestos e os atos compreendidos, em termos amplos, são performativos, isto é, a identidade ou essência que se pretende expressar são “fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos”. Diante de uma matriz heteropatriarcal que busca cercear corpos a partir de processos distintos de normalização, a partir da heteronormatividade, busca-se também ditar verdades sobre os corpos funkeiros. Essas questionam moralmente as masculinidades ou feminilidades produzidas no contexto do funk, mas que não podem ser captadas por um olhar heteronormativo, colonizador, racista, classista e patriarcal. Portanto, em uma sociedade na qual as relações de poder estão baseadas nessas matrizes, a dança pode ser utilizada como uma de forma de subversão e resistência criativa performada por todos os gêneros.

A relação entre discurso e sujeito (VAN DIJK, 2008) é revelada no discurso de Morgana no fragmento [25], no qual suas subjetividades - o que se refere ao modo pelo qual a sujeita experiencia a si mesma e a forma pela qual ela se percebe e se identifica como um lugar de produção de saber e produção de verdade (FISCHER, 1999; (FOUCAULT, 1984) - constituem, também, seu discurso (VAN DIJK, 2008). O que é expresso como opinião em seu discurso, ao fazer o uso da expressão “mas eu acho”, tem implicações diretas, como na repetição da palavra “sexualidade”. As proposições de Morgana são relevantes em seu evento comunicativo, pois descrevem suas crenças pessoais e, provavelmente, também suas emoções. A busca por persuasão é expressa em seu discurso com o uso da expressão “é um grito da sociedade mesmo, de maneira artística”, dizendo respeito a como o conhecimento sobre a discussão sobre sexualidade da mulher no funk pode ser confirmado ou alterado por meio da comunicação e do discurso.

O discurso, para Van Dijk (2008), exerce uma dominação a partir do controle social ao utilizar estratégias discursivas conscientes de si e do seu papel na estrutura social. Nesse sentido, os sujeitos podem conseguir promover a mudança do *status quo* e reconstruir sua confiança como gestores do seu próprio espaço. O discurso de Morgana permite refletir sobre a sexualidade das mulheres negras, e como vem sendo discutida, sendo essa um movimento de reconfiguração de hierarquias de gênero e resistência. Angela Figueiredo (2008) afirma

que refletir sobre a sexualidade das mulheres negras implica pensar a relação entre gênero, raça e classe, e em como esses elementos se interseccionam. O corpo, nesse sentido, é *locus* da sexualidade, é uma construção social de hierarquia, que envolve a construção de gênero e de sexualidade. O discurso de Morgana, implicitamente, demonstra a importância de se refletir sobre o corpo, a sexualidade e as relações de gênero como categorias interseccionais na cultura funk (LORDE, 1982; CRENSHAW, 1989, 2002; COLLINS, 2017).

Angela Figueiredo (2014) tensiona a pensarmos como a sexualidade feminina é constituída a partir da construção sócio-histórica dos discursos. Se no período colonial as pessoas escravizadas não eram donas do seu corpo e da sua sexualidade, na contemporaneidade a valorização e politização do corpo negro para o enfrentamento ao sexismo ocorre de diferentes formas. O feminismo negro, para a autora, contribui para que a experiência da mulher negra seja reconstruída, permitindo que ela expresse com orgulho seu corpo politizado, resgatando a autoestima negra, afastando o imaginário social de um lugar subalternizado. Nesse sentido, a partir da “exaltação da mulher na sociedade” e de sua “sexualidade” por intermédio do funk expressas por Morgana em seu discurso, é possível pensar na agência da mulher negra. Essa busca uma nova constituição da representação de autoestima por intermédio do funk, permite uma revalorização estética e do corpo negro, e, conseqüentemente, da sexualidade da mulher negra. Essa revalorização do corpo negro não pode ser compreendida sem se atentar ao fato de que a sociedade ainda visualiza o corpo negro como desprovido de intelectualidade e como *locus* somente da sexualidade e da força física.

A sexualidade também está presente no discurso de Tempestade no fragmento [26], mas diferentemente do discurso de Morgana, ela existe a partir da representação social que ocorre de forma direta e indireta. A representação social no discurso de Tempestade está atrelada à memória episódica, o que fica evidente nas orações “Eu comecei a escutar mulheres cantando no início dos anos 2000” e “eu achava o máximo”. A memória episódica narrada por Tempestade está ligada à sua memória de longo prazo, na qual ela guarda conhecimentos e opiniões sobre como gostaria que fosse sua relação com suas amigas. Nesse processo de compreensão do significado de suas memórias, ao fazer o uso das expressões “eu queria ter amigas daquele jeito” e “eu achava elas poderosíssimas”, ela demonstra como a relação com os atores sociais do seu passado influenciou a sua concepção acerca da discussão sobre sexo. Ter mulheres cantando sobre o tema implica uma representação positiva para a sujeita, que

gostaria que o discurso proferido nas músicas fosse debatido também por suas amigas, o que não aconteceu em virtude de ser um tabu na sociedade.

A subjetividade da funkeira está a todo momento sendo construída e reconstruída nesse ambiente. Além de ser da ordem dos efeitos é, da mesma forma, da ordem da exterioridade produzida em relações saber e poder dos sujeitos com eles mesmos, remetendo a sujeitos plurais que não ao sujeito universal da razão (PRADO FILHO; MARTINS, 2007). Para a compreensão dos motivos pelos quais a subjetividade das funkeiras se apresenta dessa forma, é preciso entender a construção da sexualidade e do contato do ritmo musical com o corpo. O funk, ao abordar a relação dos corpos com as temáticas sexuais, torna público o que antes era privado. Com a sexualidade tornada pública, as sujeitas se tornam mais autônomas e a sua sexualidade, mais livre. Mas, tais fatos possuem implicações diretas na subjetividade da funkeira, pois ela não está livre do machismo e da dominação masculina. O que há é uma busca por uma liberdade, que perpassa diferentes relações de poder. A subjetividade funkeira desse modo, não pode ser pensada de forma singular, mas sim como subjetividades práticas que se constituem na experiência social (SOARES; MIRANDA, 2009), isto significa que toda experiência que efetiva uma subjetividade envolve modos historicamente singulares de se fazer a experiência do si (subjetivação) (FOUCAULT, 1984).

Ao realizar um discurso centralizado na exaltação da mulher enquanto sujeita livre e independente do masculino, as funkeiras subvertem, em parte, os códigos discursivos, simbólicos e visuais desse funk produzido predominantemente por MCs homens. As músicas cantadas por mulheres podem ser compreendidas como uma maneira legítima de captar a natureza da sua realidade e torná-la um produto significativo das experiências de suas consumidoras (LIBARDI; PIEDRAS, 2017). Na fala das sujeitas em relação às músicas cantadas por mulheres tal fato se torna notório.

[27] Ah, eu gosto, mas é tanta música... Da Valesca eu lembro muito da Levanta a Garrafa que Pisca. Eu lembro que eu trouxe ela, uma vez, e na hora que ela chegou, ela já chegou assim: "Levanta a garrafa que pisca...", e a galera começou: "Pisca... pisca...", e começou a gritar, sabe. Fazia muito sucesso essa música. (Maria)

[28] Assim, me sinto bem até. Porque dependendo da letra, é como você tivesse falando, sentindo aquilo, cantando aquilo, então acho que é uma forma bem bacana quando tem uma mulher. Essa música da Tati... É isso, eu gosto de ser assim... Essa

parte tipo, ah tá dançando tá nem aí pra quem tá olhando, e eu acho que é isso, tem que se sentir bem, não se importar com quem tá te olhando, o que tá falando. (Nairóbi)

[29] É por ser mulher! Deixa ela fazer o que ela quiser, deixa ela dançar, deixa ela sentar, deixa ela fazer o que ela quiser, na música fala isso! Para as pessoas deixarem as mulheres fazerem o que quiser, sem julgamento. (Macarena)

A ACD proposta por Van Dijk (2008; 2012) se interessa também por diferentes estruturas do discurso que podem ser captadas em estruturas semânticas distintas. Nesse sentido, as letras das músicas citadas pelas sujeitas, por intermédio da técnica de letras de música, sinalizam outras propriedades discursivas presentes no evento comunicativo. Ao narrar um acontecimento a partir de uma memória episódica, Maria, no fragmento [27], na oração “Ah, eu gosto, mas é tanta música...”, demonstra que mesmo sendo uma produtora cultural que realiza eventos de funk, não atenta especificamente às letras das músicas que escuta. Nas expressões “Eu lembro que eu trouxe ela” e “Fazia muito sucesso essa música”, tal fato é notório, a memória de Maria é ativada pela experiência de ter trazido uma mulher para se apresentar em seu evento. No discurso de Maria, os atores sociais representados pela artista Valesca e pelo público se tornam parte constituinte das situações comunicativas: Valesca ao interagir com o público, por intermédio de “Levanta a garrafa que pisca...”, e o público, por interagir respondendo à arista com “Pisca... pisca...”. Ao elencar tais fatos em seu discurso, fica subentendido que para Maria a letra da música cantada pela artista não é tão importante quanto o impacto dela na experiência do evento e do público, e por isso, esse trecho da música ficou marcado em sua memória.

As estruturas semânticas presentes nas letras de músicas cantadas por mulheres e sua relação com a memória e com as subjetividades das sujeitas também estão expressas nos discursos de Nairóbi, no fragmento [28], e de Macarena, no fragmento [29]. Diferentemente da associação feita com a letra de música cantada por Valesca no discurso de Maria, Nairóbi e Macarena discorrem a respeito de como a música pode expressar também ideologias compartilhadas por um grupo social. Das várias estruturas presentes em seus discursos, as relações de poder estão implícitas, como pode ser observado nas orações “não se importar com quem tá te olhando” e “sem julgamento”. Na argumentação das sujeitas, as músicas cantadas pela MC Tati Zaqui e por MC Mirella falam de uma forma de contrapoder e de resistência da mulher relacionada ao julgamento e aos olhares destinados as mulheres que dançam funk. Esse cenário revela a

maneira pela qual os grupos detentores do poder afetam o discurso, e sobre como os grupos afetados também podem fazê-lo, exercendo relações de poder por meio das representações sociais compartilhadas pelos grupos (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013).

O uso repetitivo do substantivo “deixa”, referindo-se a deixar a mulher ter certas atitudes, revela que mesmo as sujeitas não nominando quem ou qual grupo social não as “deixa” ter “liberdade”, há várias formas de cognição social que podem ser compartilhadas pelas coletividades sem ser nominadas. Nessa perspectiva, faço uma provocação no sentido de pensar que em uma perspectiva acadêmica estes grupos sociais ou instituições poderiam ser denominados, como o patriarcado, mas pensando na perspectiva de saberes outros, não é necessário para as sujeitas apresentar saberes construídos academicamente (AKOTIRENE, 2018).

A argumentação das sujeitas permite também uma discussão a respeito do empoderamento, como discutido por Joice Berth (2018). A autora discorre sobre o fato do uso equivocado do conceito, utilizado em falas como “se empoderou”. Ela explica que nenhuma pessoa se empodera sozinha. Quando Nairóbi faz uso da expressão: “Essa música da Tati... É isso, eu gosto de ser assim...”, demonstra que seu empoderamento se dá em um processo de interação entre o individual e o coletivo. Segundo Berth (2018), este processo é uma transformação social profunda, que tem relação com a luta por emancipação e extermínio das desigualdades, que perpassa diversos campos das nossas vidas. Na fala de Nairóbi, perpassa sua constituição como mulher na sociedade. O funk cantado por mulheres nesse sentido pode ser catalisador de transformações sociais por intermédio do empoderamento. Esse tema também é discutido por Morgana e Tempestade em outra perspectiva:

[30] É isso ai véi, mais ou menos, tipo... Fama de putona tal, de putona, de pegadora, o que disser é isso, tem altas lendas a meu respeito que tipo... Não chega perto das histórias de verdade, mas é lenda, tem nada a ver a histórias são muito mais legais, mais uma fama que surge porque de não abaixar cabeça pra macho, essa coisa de comer o macho eu entendo que é não abaixar a cabeça, de ter vontade própria, e é a mulher que come o homem, eu acho, a gente tem boca, pela lógica... E aí isso tem a ver com sexualidade, eu acho que tem a ver com sexualidade também, é tudo ligado uma coisa com a outra, o ser humano não separa nada né... Eu acho. (Morgana)

[31] Eu amo... Mc Marcellly com bigode né, música Bigode Grosso, bigode grosso... O clipe é maravilhoso, porque no clipe... Foi assim que eu entendi o funk ostentação como um grito da periferia. Foi com esse clipe que ele diz: “você queriam que eu tivesse tomando cerveja barata, mas eu tô tomando *chandon* e tal”. Ele tem o protagonismo das mulheres né... As mulheres estão sempre na frente no clipe, os homens que servem as mulheres de sunga. Elas falam que elas vão comer as linguiça tudo e tal... Assim, então essa música pra mim é maravilhosa! Me fez entender, assim, o discurso político do funk ostentação aliada ao feminismo. (Tempestade)

Para compreender e explicar as estruturas do discurso, é necessário explicitar as condições contextuais e cognitivas, e também as estruturas sociais, as quais os contextos e cognições estão baseados (VAN DIJK, 2008). Ao analisar o contexto social no qual as sujeitas desta pesquisa estão inseridas, é importante compreender porque a música, mais especificamente o funk, contribui para a representação da sexualidade da mulher. Ao fazer o uso das expressões “comer o macho” e “é a mulher que come o homem”, Morgana, no fragmento [30], propõe uma discussão sobre sexualidade atrelada ao corpo. Quando diz que “é a mulher que come o homem”, ela está se referindo à vagina. Em uma sociedade baseada na “superioridade” masculina, ela utiliza a letra da música Fama de Putona, de Tati Quebra Barraco, para ressignificar o ato sexual e exercer um contrapoder (VAN DIJK, 2008) sobre o discurso de dominação masculina. Na expressão “a gente tem boca, pela lógica... E aí isso tem a ver com sexualidade”, ela reforça que se a vagina é a boca, ela que “engole” o pênis, ao engolir o pênis, é a mulher está no poder.

Esta relação de contrapoder exercida pelo funk cantado por mulheres também é evidenciada por Tempestade, no fragmento [31], no qual ela, por intermédio do clipe da música Bigode Grosso de MC Marcellly, descreve as representações sociais presentes no clipe que vão ao encontro de suas ideologias. As expressões “Ele tem o protagonismo das mulheres né...”, “As mulheres estão sempre na frente no clipe” e “os homens que servem as mulheres de sunga” demonstram como as representações sociais, incluindo as ideologias e as atitudes, apresentam efeitos sociais quando o discurso se torna razão para a formação e confirmação de atitudes sociais e ideológicas (VAN DIJK; MEDEIROS; ANDRADE, 2013).

Nesse sentido, A vivência da sexualidade e identidade das mulheres pode ganhar novos contornos, visto que a autonomia do corpo implica a construção e reconstrução de indtidades, o que tem relação direta com símbolos culturais. O funk pode proporcionar, em

certa medida, uma possibilidade de agência das sujeitas como possibilidade de intervenção e subversão de determinadas situações e fenômenos. Na oração “essa música pra mim é maravilhosa! Me fez entender, assim, o discurso político do funk ostentação⁴⁵ aliada ao feminismo” [31], o saber acadêmico da palavra “feminismo” faz sentido que ela entende o discurso político do funk ostentação.

Mas não é somente o debate sobre empoderamento, identidade e sexualidade que está presente nos discursos das sujeitas, o machismo também é tratado. O funk é um ritmo musical que está inserido na sociedade brasileira, portanto, não pode ser observado fora das características patriarcais, sexistas e masculinas presentes na sociedade.

[32] Embora às vezes eu discorde de algumas letras musicais, as vezes eu me sinto constrangida, que fala algumas coisa meio chulas né, ai eu acho que tem umas músicas que se eu pudesse deletar eu deletaria, não são todas, não são a maioria, creio que a maioria é boa, é gostosa de ouvir, gostosa de dançar, e eu gosto muito. (Nairóbi)

[33] Demais! Principalmente quando é evento grande, né, que a maioria são produzidos por homens. Então, o machismo, eles acham que eles são os melhores, que só eles sabem fazer. E também vai muito do tempo, né, de produção que a pessoa faz. Quanto maior, quanto mais velho o produtor é, melhor ele acha que é. E, às vezes, não tá aberto a ouvir e aprender com aquele que tá começando, mas que já tem bagagens novas, experiências e ideias novas. Ideias novas pra incrementar, e as pessoas mais velhas, principalmente o homem machista, ele não escuta isso, ele acha que é ele o dono da razão e que só ele sabe fazer [...]. Sofro muito machismo e muita discriminação por não entenderem que não são todos. Hoje a gente já consegue mostrar isso, provar isso. Já conseguimos provar isso através dos eventos realizados, que a gente realiza. Mas você ainda sofre muita discriminação. Eu já saí, assim, do batalhão, chorando. Já saí do batalhão com a minha vida, tipo, parecendo que, sabe, que ia acabar, que eu não queria nunca mais ir lá, por sofrer esse machismo e essa discriminação. (Maria)

A linguagem com que a letra do funk é escrita contém, como em qualquer outro discurso, um significado. Na ACD, o estudo dos significados locais, bem como o significado das palavras,

⁴⁵ Funk ostentação é um gênero de funk no qual a exaltação do consumo busca demonstrar que os sujeitos periféricos também podem ostentar bens de consumo.

está relacionado às estruturas das proposições e da coerência. As razões das escolhas dessas estruturas estão relacionadas às ideologias e crenças socialmente compartilhadas (VAN DIJK, 2000; 2015). Ao realizar o uso das expressões “embora às vezes eu discorde”, “às vezes eu me sinta constrangida”, Nairóbi busca diminuir as propriedades negativas do machismo no funk, demonstrando que suas ideologias e crenças não foram expressas por completo em seu discurso. O uso dessas expressões revela também que mesmo que defendendo a cultura funk por intermédio da realização dos bailes funks, as mulheres não são isentas do machismo. Sua sexualidade, bem como outras instâncias ainda estão sob a influência da dominação masculina.

Como as relações de gênero são um lugar de produção e reprodução de poder (BUTLER, 2003), o masculino prevalece historicamente sobre o feminino no funk, como na maioria dos setores da sociedade (LIBARDI; PIEDRAS, 2017). Em seu discurso, no fragmento [33], Maria utiliza das orações “Eu já saí, assim, do batalhão, chorando” e “que eu não queria nunca mais ir lá, por sofrer esse machismo e essa discriminação” para narrar situações específicas em que sofreu machismo na realização dos eventos. Ao enunciar que já saiu do batalhão da Polícia Militar “chorando”, Maria elenca emoções sentidas naquele episódio. Na teoria de contexto, tais descrições são somente relevantes para o discurso quando representadas na mente, delineando um modelo de contexto (VAN DIJK, 2020). Na interface cognitiva da ACD, a descrição da violência machista sofrida por Maria demonstra que nas estruturas sociais, as relações de poder revelam e produzem violências e desigualdades, como o machismo (VAN DIJK, 2008).

No território das periferias e favelas, o machismo se apresenta com algumas características em comum como no restante da sociedade. O que o diferencia nas relações de poder, nesse caso, é que faz o controle do corpo feminino por intermédio do território, podendo ser exercido de forma semelhante em outros lugares da cidade. Esse controle se dá em diversas instâncias como dentro do ambiente familiar, nas relações sociais, nas relações sexuais e afetivas. MC Martina que é uma poetisa negra marginal moradora do Complexo do Alemão, a qual teve a oportunidade de conhecer no decorrer da pesquisa, afirma que “Lei Maria da Penha na minha favela é lenda” (MC MARTINA, 2019).

Sua fala demonstra que o machismo nas periferias e favelas também é organizado por intermédio do território. Nesse sentido, esse pode ser compreendido com um marcador social

(CARDOSO, 2012) importante para a compreensão das relações de poder envolvidas no machismo em diferentes configurações territoriais. Mas o machismo não é exclusividade da cultura funk, podendo ser atrelado ao racismo e ao preconceito de classe em outros momentos do cotidiano das organizadoras do baile:

[34] Demais! Um racismo gritante! O racismo lá é gritante! Eles falam que não, né, que quando você senta pra conversar com todos os órgãos e com o Comandante Geral... Que isso! A maioria fecha as janelas, tudo. Vai lá e fecha tudo. Que isso, a maioria dos policiais são pessoas de comunidade, são negros, eles não fazem isso. E aí é que a realidade se torna pior, porque a gente sabe que são negros, que vieram de comunidade e que oprimem a gente. A gente sofre esta opressão o tempo todo. (Maria)

[35] Questão de gênero, e com certeza uma questão de raça, e em outros momentos também e com a segurança pública, especialmente Polícia Militar. Quando a gente vai dialogar na as mesas de conversa, a gente tem esse problema, até na defesa das nossas teses, porque por falta de aceitação, talvez, por falta de conhecimento das peças. (Morgana)

O racismo sofrido pelas organizadoras do Baile da Serra é sentido literalmente na pele por elas em seu cotidiano nas produções dos eventos. Em seus discursos, nos fragmentos [34] e [35], respectivamente, Maria e Morgana fazem o uso das palavras “racismo”, “opressão”, “raça” e “questão de gênero” para denominar as violências sofridas em contato com a Segurança Pública na realização dos bailes. Segundo Van Dijk (2008), as práticas sociais de discriminação relacionadas ao discurso são a forma pelas quais o racismo é propagado na sociedade. Esses apresentam efeitos sociais e causam a formação e a confirmação de atitudes sociais e ideológicas. O racismo e sexismo, na perspectiva do autor, não são somente sistemas genéricos de desigualdade social e dominância, atuam no cotidiano de diferentes formas, por intermédio de ações, crenças e discursos de membros de um grupo. As relações e situações de discriminação atreladas ao racismo citadas pelas organizadoras do Baile da Serra nos permite pensar a interseccionalidade e como essas opressões que se cruzam afetam a organização dos eventos e a subjetividade dessas mulheres.

3.3 Práticas organizativas: organizando o baile funk

Já tá tudo preparado

MC Johnathan Goomes (*Olha o Movimento*)

Nessa seção, buscarei apresentar as práticas organizativas do Baile da Serra. Diversas dinâmicas estão presentes em momentos variados da organização da festa, desde o momento em que se decide realizar o baile até a limpeza da área do evento. A apresentação da história do Baile da Serra teve como intuito contextualizar o surgimento da festa para que posteriormente eu pudesse descrever as práticas organizativas do baile. Desse modo, utilizei alguns conceitos para compreender os modos de organizar a festa. Para isso, contei com dos dados coletados nas observações participantes e as entrevistas das sujeitas para descrever as práticas organizativas envolvidas no organizar do Baile da Serra.

Couto, Honorato e Silva (2019), ao proporem a existência de organizações outras, ressaltam que, por possuírem uma realidade de gestão diversa e múltipla, estas podem e devem ser capturadas a partir do estudo do cotidiano das pessoas e nas estratégias de sobrevivência dessas organizações. Nesse sentido, segundo Tureta e Araújo (2013), no campo dos Estudos Organizacionais, a noção de práticas organizativas busca superar as dicotomias e fronteiras entre organização e ambiente, remetendo à contínua reconstituição ao longo do tempo.

Nos Estudos Organizacionais existem diversas abordagens sobre prática⁴⁶. Schatzki (2003) propõe, a partir da ideia de organizações sem fronteiras, delimitar quais as atividades compõem um fenômeno ou evento e traçar o conjunto de ações dos elementos (pessoas e objetos) os que circulam e conectam as redes de relações que preservam ou modificam o fenômeno social de interesse. Na perspectiva de organizações em movimento, ele afirma que elas acontecem, sendo realizações que ocorrem por intermédio de *performances* diversas, ações e práticas que constituem o desenvolvimento de eventos elaborados nos arranjos materiais que suportam suas atividades. Por meio das práticas organizativas, os atores compartilham suas atividades, delineando o espaço no qual as atividades se inscrevem, promovendo, ainda, novos padrões de atividade, criando uma ideia de continuidade (JARZABKOWSKI, 2003).

46 Neste trabalho não pretendo adentrar nas diversas abordagens sobre prática, mas destacar que podem ser pertinentes para a análise organizacional de organizações outras.

A noção de práticas organizativas permite analisar as dinâmicas que compõem o organizar da organização outra dessa pesquisa, o Baile da Serra. Ela abrange a relação da organização do evento com o meio social. Abrange ainda uma busca por um melhor entendimento dos modos de organizar, das estratégias de sobrevivência da organização, dos instrumentos, recursos, agentes e relações de poder envolvidas nas suas práticas organizativas.

[36] Geralmente eu penso: vou fazer um baile vai ser em tal lugar, já dou entrada no pedido de alvará, e aí já começa fazer contato com o pessoal de estrutura de som, marco um dia, as datas, faço convite dos artistas e no dia a gente chega monta a estrutura, realiza o evento depois do evento terminado tiramos toda estrutura, limpamos e pronto, aconteceu o baile. (Maria)

[37] É cansativo, você vai para o baile umas duas, três horas da tarde, começa a organizar e ele termina onze horas, termina assim, desliga o som né, e depois você tem que limpar. (Nairóbi)

O organizar do Baile da Serra é descrito por Maria no fragmento [35] de forma rápida e genérica ao usar “e pronto, aconteceu o baile”, sintetizando os acontecimentos envolvidos no organizar sem descrever a sua complexidade. Para a compreensão das estruturas de um discurso, é necessário segundo Van Dijk (2008) analisar não somente o que está sendo dito, mas também como o discurso está sendo emitido, e como sua recepção pode repercutir na representação social e, conseqüentemente, na produção discursiva. Nairóbi, no fragmento [36], utiliza do evento comunicativo para buscar demonstrar que resumir a organização somente às tarefas não consegue abarcar toda a sua complexidade, e como sua realização se reflete também no corpo físico, por intermédio da expressão “é cansativo”.

O relato de Maria norteará a descrição que farei sobre as práticas organizativas do Baile da Serra. Saliento que essas não acontecem em uma ordem estática, preestabelecida, mas em movimento, de acordo com os acontecimentos tanto da organização, tanto do meio social. Já a narrativa de Nairóbi demonstra a necessidade de adentrar em alguns aspectos para ter a dimensão das práticas envolvidas no organizar.

Após decidir que realizará um baile, Maria junto com os organizadores começam a discutir onde ele será realizado, pois após a saída do baile da Rua Binário, ele se tornou.

[38] Hoje, dentro da comunidade, a gente tem um outro problema que é espaço. Pelo tamanho do público que a gente tem, a gente só tem um local que é permitido pela COMOVEEC realizar esses eventos. (Maria)

[39] O baile começou a ficar muito grande e tal, porque tinha a galera ficou sabendo que tinha alvará, que o baile tinha segurança e tal, e ele funcionou muito bem até que colocaram a gente numa entidade chamada COMOVEEC. Aí as reuniões passaram a ser lá no palácio, lá na cidade administrativa... A polícia foi engolindo a gente e exigindo cada vez mais coisa pra poder realizar o baile e ficou muito caro, o baile, mais difícil. (Tempestade)

Com o crescimento do evento destacado por Maria e Tempestade nos fragmentos acima [37] e [38], a forma de solicitação de alvará também começa a se modificar. O crescimento, segundo Tempestade, se dá pelo fato de o público saber que o evento possui alvará, e consequentemente, maior segurança. Mas, como ressaltado por Maria no fragmento [37], este crescimento não implica somente em fatores positivos, a festa começa a ter outras exigências e só pode ser realizada em locais permitidos pela COMOVEEC⁴⁷.

[40] Quando é pra ter o baile, na reunião a gente leva o ofício da PM e manda a documentação pra prefeitura e aí já marca a reunião com a COMOVEEC, aí a COMOVEEC faz as exigências que a gente já sabe, já mandamos tudo pra prefeitura, aí no dia a COMOVEEC vêm acompanhar. Sempre vem alguém acompanhar. (Maria)

[41] Aí a gente sentava na reunião e já pedia o alvará lá na reunião, aí depois eles entregavam o alvará. Depois que eles enquadraram a gente em grandes eventos na COMOVEEC, essas reuniões passaram a ser gigantescas, lá na cidade administrativa, envolvendo Corpo de Bombeiros, Secretária de Segurança Pública, chegou uma ter Ministério Público, Defensoria Pública, Judiciário, ficou bem maior. E a gente acertava também, comunicava qual o evento que a gente ia pedir, acertava os pormenores, aí depois pedir o alvará, que eles concediam ou não. (Tempestade)

47 A Comissão de Monitoramento da Violência em Eventos Esportivos e Culturais (COMOVEEC) tem como objetivo a integração de diferentes órgãos da Segurança Pública, para contribuir para a diminuição da violência e vandalismo durante toda a realização dos grandes eventos esportivos e culturais.

[42] Uma reunião direcionada aos grandes eventos, lá na cidade administrativa, na mesa eu fiz a contabilização de 26 funcionários públicos envolvidos no diálogo de uma das reuniões. (Morgana)

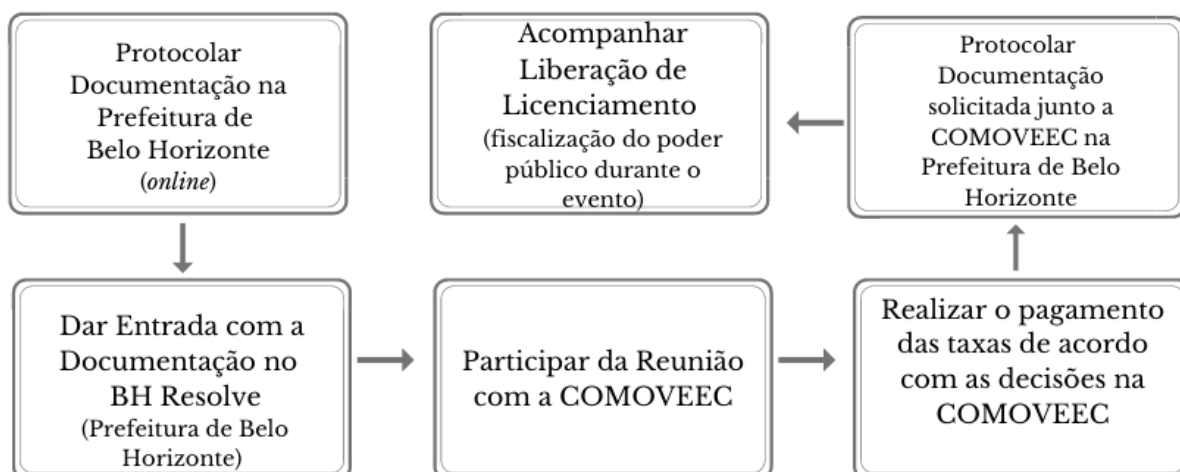
A partir das exigências da COMOVEEC para a realização do Baile da Serra, a emissão de alvará conforme evidenciado por Tempestade no fragmento [38] começa a ficar mais difícil, fazendo com que a organização participe de reuniões para deliberar junto aos órgãos públicos sobre os aspectos da festa. No discurso de Maria no fragmento [39], percebe-se que ela está inteirada da documentação necessária para as reuniões na comissão. Tempestade, em sua fala no fragmento [40] demonstra que os aspectos burocráticos já são de seu domínio por sua formação em Direito.

Nessas reuniões, conforme o discurso de Tempestade no fragmento [41], é possível perceber que os agentes presentes variam conforme a reunião e o tamanho dela, não tendo a organização do baile a noção de quais atores estarão presentes. Tempestade cita alguns como: Corpo de Bombeiros, Secretária de Segurança Pública, Ministério Público e Defensoria Pública. Morgana, no fragmento [42], relata que ao participar de uma dessas reuniões contabilizou a presença de 26 representantes do funcionalismo público, dando uma noção da dimensão que o início do processo pode tomar.

[43] Primeiro você paga a taxa de análise que chama. Essa taxa, você nunca consegue isenção dela. Ela é obrigatória. Assim que você dá entrada, você já tem que pagar essa taxa de análise. E aí, conforme for, depois é a de logradouro. [...] Tem taxa de logradouro, taxa de licenciamento... É calculado pelo tamanho do espaço em que você vai organizar o evento, a taxa de logradouro. Depois de todos os pedidos, você pega e leva tudo no BH Resolve. E a prefeitura te envia uma lista de tudo o que você precisa. Aí depende do estilo de evento e eles vão te falando o que é que tem que fazer, quais são as medidas. O tamanho de público[...] agora, dependendo do evento, você tem que pagar engenheiro, você tem que pagar as exigências do bombeiro, você tem que ter uma equipe... A BHTrans tem uma outra exigência que é a de equipe de sinalização e você tem que pagar. Então, tudo isso sai caro, muito caro. E aí, depende conforme for o evento, se for evento grande, você vai pagando esses outros. Você não paga diretamente o bombeiro, mas você paga o órgão, o engenheiro que está fazendo o trabalho do bombeiro. Você não paga a ART... Tudo é pago. (Maria)

Para a emissão do alvará para a realização do evento, Maria, no fragmento [43], cita todas as etapas e quais possuem custos. Os alvarás são emitidos em seu nome, por isso ela deve acompanhar todas as etapas do processo, desde a entrada com a documentação *online* até as reuniões pós-evento com a COMOVEEC. É possível perceber que ela conhece todas as etapas dos processos, e sabe que, dependendo do tamanho do baile, o custo para a emissão do alvará será bem maior. Diante dessas informações, e as obtidas durante a ação de extensão temos a seguinte dinâmica:

Figura 6: Prática de solicitação de Licenciamento (alvará)

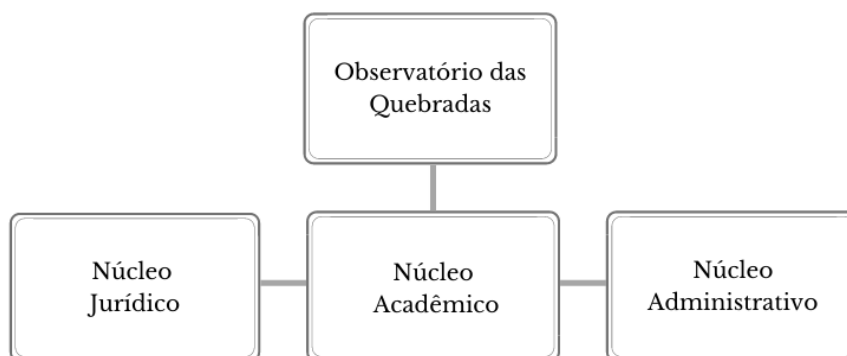


Fonte: Elaborado pela autora.

Em todas essas fases de solicitação de licenciamento, o Baile da Serra possui o apoio de um núcleo jurídico e administrativo. O núcleo jurídico era representado pelo Observatório do Funk e atuou junto à organização do baile entre 2017 e o início do segundo semestre de 2018. Após a criação do Observatório das Quebradas, no mesmo ano, o qual também possui um núcleo jurídico, o suporte para as solicitações de licenciamento do baile passou a ser feito por essa organização. Além desse núcleo, o Observatório também possui um núcleo acadêmico responsável pela elaboração de projetos para que o baile concorra a editais públicos e privados, e um núcleo administrativo que presta suporte aos dois núcleos em diversas atividades. O Observatório das Quebradas até o fim dessa pesquisa era composto por três advogados (duas mulheres negras e um homem gay), um produtor artístico (homem negro gay), dois produtores culturais (uma mulher negra e um homem negro) e uma responsável administrativa (mulher negra, eu). É importante destacar que cada um dos membros citados

descreveu sua própria identidade de maneira a marcar seu posicionamento político em uma reunião do coletivo na qual foi debatida a importância da afirmação das identidades dos sujeitos que o compõe.

Figura 7: Estrutura organizacional do Observatório das Quebradas



Fonte: Elaborada pela autora.

O objetivo do coletivo Observatório das Quebradas, que foi criado para dar suporte ao Baile da Serra e outras ações, não é a obtenção de lucro, mas gerar renda para quem trabalha com atividades relacionadas a eventos no Aglomerado da Serra. Por não cobrar entrada (eventos em via pública não podem cobrar valor de entrada) e toda renda arrecada ser destinada para custear a estrutura, Maria é a única que tem desejo de gerar renda com a organização do baile. Ao gerar renda com a realização dos eventos, ela pode se dedicar à organização do baile, algo que já faz, mas sem ter retorno financeiro. Desse modo, o Observatório das Quebradas atua na busca de meios para custear a realização dos bailes, já que este não possui patrocinadores ou apoio do Estado.

[44] O baile é uma grande festa, então ela exige um capital grande para que ela aconteça. Seria bom né, ajuda, um olhar de alguém que possa tá ajudando no lazer, no financeiro né, para ajudar que essa festa, seja maior e que atinja um público maior, né. (Nairóbi).

[45] As grandes marcas. O problema é que quem patrocina é as grandes marcas e as grandes marcas não querem o nome delas envolvido em baile funk. A gente tem muitos problemas que é esse de preconceito porque é um baile, né. Então esse é o problema maior que a gente tem com as marcas. Você vê, a gente vai fazer a Parada LGBT, agora, e já conseguimos alguma coisa. Agora, fizemos o Brota no Cafezal e conseguimos um patrocínio, mas pro baile... (Maria)

O desejo por patrocínio é evidenciado nas falas de Nairóbi e Maria nos fragmentos acima [44] e [45]. Nairóbi utiliza o termo “ajudando” para selecionar e fazer o uso de uma informação importante sobre os recursos financeiros do baile, realizando uma construção discursiva sobre a representação social que deseja fomentar (VAN DIJK, 2008). Maria faz o uso dos mesmos conhecimentos prévios a respeito da falta de patrocínio e justifica essa ausência pela discriminação sofrida pelo funk e, conseqüentemente, pelos bailes funks. Tal narrativa busca reforçar o motivo pelo qual há um desinteresse dos organizadores do evento, pois todo o custo de estrutura para licenciamento e para festa é si é bancada por eles, sem nenhum apoio.

[46] Primeiro é grana, o segundo é estrutura, né. Tudo vai pela grana. Se você tem grana, você tem estrutura. Então, o problema maior da realização é grana. Se você tiver dinheiro, você realiza o baile tranquilo. Se você não tiver... Por causa dessa burocracia e de grana, também. O desânimo maior foi esse, né. Por causa de grana. Porque é muito gasto, é muito corre pra fazer e não tem retorno. Tem que correr muito atrás de muita coisa. Você fica, por exemplo, um baile só que eu vou realizar, eu fico a semana toda por conta dele. De segunda a domingo, que é o dia que realiza ele. Então, eu fico uma semana sem fazer nada, só por conta disso. É muita coisa. E aí você desanima, porque você não tem dinheiro, você tem que fazer todo o corre. Agora, depois dessas exigências deles ali, dos órgãos, né... Pra estar organizando, é mais difícil. Pra mim, a organização de bailes, agora, acontece só quando a gente tiver, mesmo, conseguir ser aprovado em editais, senão não vai rolar não. (Maria)

[47] Você precisa de capital, dinheiro. Não tem nenhum capital inicial, não consegue realmente fazer o baile no meio daquela situação toda desfavorável. E ainda teve o prejuízo, que prolonga mais a situação. (Morgana)

Um ponto importante destacado pelas organizadoras em seus discursos e por Maria no fragmento [46] é a estrutura necessária para realizar o baile evidenciada na sentença “Se você tem grana, você tem estrutura. A relação direta entre estrutura e recurso financeiro para que o evento aconteça tem como impacto direto o desânimo para realizar a festa, que pode ser compreendido pelo grande esforço para gerar recursos financeiros para custear a festa e sua estrutura. Não ter nenhum capital inicial para investir no baile, como evidencia Morgana no fragmento [47], e ainda realizá-lo em uma situação desfavorável, torna a realização da festa algo com custo financeiro alto e que pode gerar prejuízo.

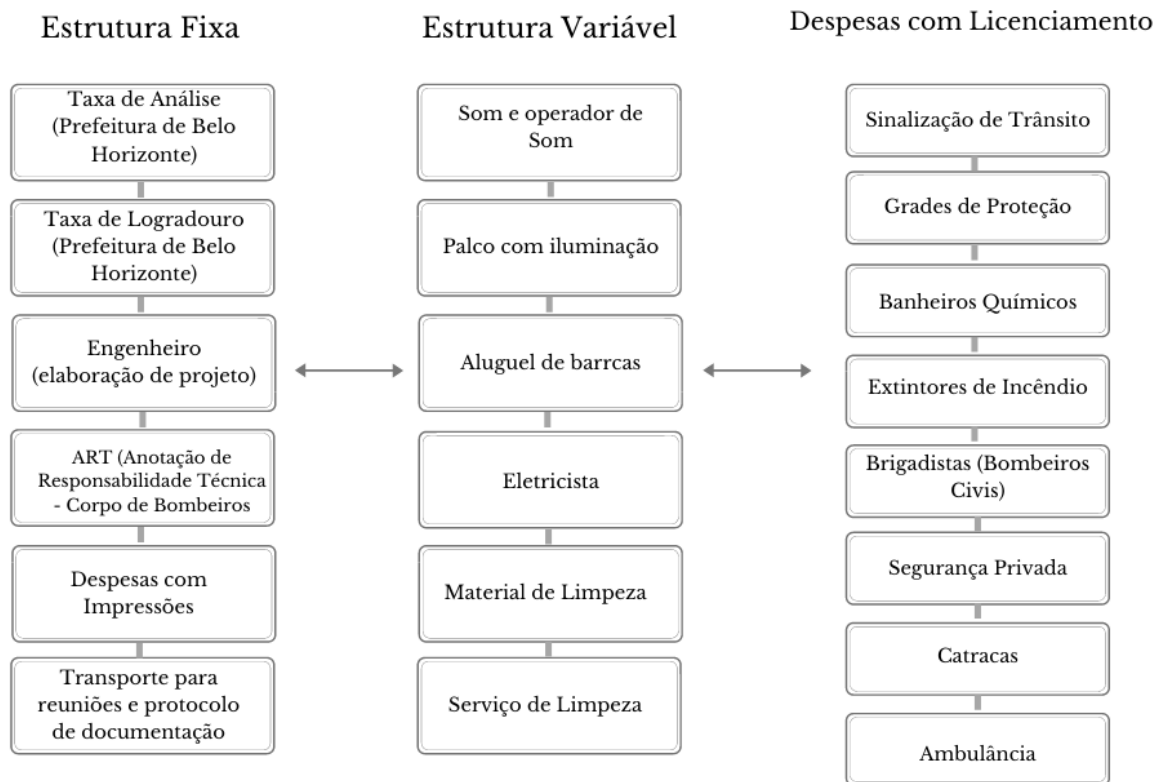
Figura 8: Estrutura – Baile da Copa 17/06/2018



Fonte: Acervo da autora.

Ao utilizar a relação entre dinheiro e as exigências do Poder Público para a realização dos eventos, Maria busca em seu discurso, no fragmento [46], evidenciar que o fator financeiro é o que tem regido as decisões junto à organização do baile. O uso da expressão “Se você tiver dinheiro, você realiza o baile tranquilo”, deixa evidente qual representação social é mais importante para Maria, a financeira. Com exigências do Poder Público para a realização dos eventos mediante estrutura, os bailes, que antes aconteciam todo domingo, só irão acontecer mediante financiamentos por intermédio de editais, ou apoio de terceiros. A estrutura para a realização dos eventos é decidida, como exposto no fragmento [43], pela COMOVEEC e envolve atuação de profissionais específicos, estrutura de segurança, gradeamento, e taxas diversas, sendo denominada de estrutura variável. Já a estrutura fixa compreende o mobiliário utilizado para montar as barracas de venda de bebidas, som, palco e limpeza. As despesas de licenciamento também integram a estrutura, uma vez que, para que o evento ocorra e a estrutura seja providenciada, é necessário que todas as taxas sejam pagas. Assim, a estrutura compreende:

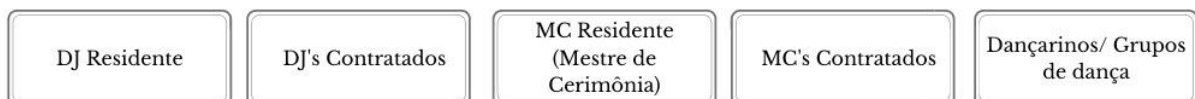
Figura 9: Estrutura Fixa, Estrutura Variável, Despesas com Licenciamento



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante dessa estrutura, que varia de acordo com o evento, a organização salienta que se torna inviável continuar a fazer os eventos sem apoio financeiro. O que encarece o evento é a estrutura variável, determinada pelo tamanho de público estimado, o que é decidido em conjunto com o Poder Público nas reuniões com a COMOVEEC. Outro elemento importante para realização do baile são os artistas. A música na festa não pode parar em nenhum momento variando entre as *playlists* (listas de músicas) executadas pelos DJs e as apresentações dos MCs. Desse modo, a *line* (lista de artistas) do Baile da Serra é composta por:

Figura 10: Line (artistas)



Fonte: Elaborado pela Autora.

Ao perguntar para Maria como é feito o pagamento dos artistas ela responde:

[48] Eu gosto muito é de dar oportunidade. Então, eu tenho uma lista de pessoas que pedem pra tocar no bairro, e aí eu vou por essa lista, sabe, geralmente, pelas pessoas que há me contataram e que eu acho que precisa de uma oportunidade. É assim que eu faço. Geralmente, igual nós temos um menino aqui que é doido pra tocar e nunca tocou em um baile. Ou, então, às vezes já tocou, mas precisa da visibilidade pro trabalho deles. Porque, o baile, ele é assim, ele é uma porta de oportunidades. A gente não tem dinheiro pra fazer, nem pra pagar artista. Então, você dá a oportunidade. Se a pessoa for boa, ali ele estoura. Com uma festa ou outra, ele já estoura, porque o público é grande e faz isso acontecer. E aí, eu acho que assim, né, eu gosto de fazer a *line* assim, através de pessoas que contatam a gente ou que a gente vê que é bom e quer colocar lá, que sabe que vai ter um respaldo bacana. A gente consegue alguns de graça através de alguns contatos da gente ou quando a pessoa também tem boa vontade de vir e falar: “Eu quero ir no Baile da Serra”, aí vem de graça, alguns artistas que a gente... Tem muito artista que já veio de graça, que é bom. Que já veio de graça e que a gente não pagou, famoso. (Maria)

No fragmento [48] é possível perceber alguns aspectos importantes de sua atuação como liderança comunitária. Nas sentenças “Eu gosto muito é de dar oportunidade”, “Porque, o baile, ele é assim, ele é uma porta de oportunidades” e “A gente não tem dinheiro pra fazer, nem pra pagar artista. Então, você dá a oportunidade”, Maria ao fazer o uso repetitivo da palavra “oportunidade” busca convencer o enunciatário do discurso que “dar oportunidade” também é importante para os participantes da situação social. O significado da seleção da palavra “oportunidade” reflete as crenças pessoais de Maria e as crenças socialmente compartilhadas. Ao mesmo tempo, representa um controle do discurso (VAN DIJK, 2008) que visa convencer os receptores e atores sociais da importância do Baile da Serra no que tange à oportunidade e à visibilidade.

O Baile da Serra, por ser o maior baile funk de favela de Minas Gerais, chama a atenção de diversos artistas que desejam divulgar seu trabalho e que veem no baile uma oportunidade para isso, “porque o público é grande”. Ao falar que o baile é uma porta de oportunidades, Maria está se referindo ao grande potencial que um artista que se apresenta ali tem de ganhar repercussão. Por ser oportunidade, tocar no baile de graça se torna uma contrapartida já que a organização do baile não possui recursos financeiros para pagar os artistas. Assim há uma troca na qual o artista tem a oportunidade de se apresentar em um grande evento e em contrapartida o Baile da Serra consegue artistas para se apresentar durante o baile de forma gratuita.

A *line* do Baile da Serra é elaborada por Maria e pelo DJ Marcelo Mattos, e tem também há a procura de artistas já consolidados no meio do funk para se apresentarem. Tal fato demonstra que além da relação estabelecida pelos produtores do baile com artistas e produtores, se apresentar na festa não é somente sinônimo de busca por reconhecimento, mas também de *status* por ter se apresentado no maior baile de favela do estado de Minas Gerais. Mesmo a organização do baile não tendo que remunerar os artistas, todos os outros custos ainda precisam ser pagos para que a festa aconteça. Dessa forma, para custear toda a estrutura os organizadores realizam a venda de bebidas no evento, para gerar renda e pagar todos os custos.

[49] Vejo a galera da família da Maria toda como uma parte fundamental de produção do baile. Porque a bebida que financia o baile eles que vendem. Vejo a galera da comunidade que participa, vendendo salgado, outras coisas... (Morgana)

[50] Geralmente a gente busca pegando com esse fornecedor, que é uma distribuidora de bebidas, mas geralmente todas as vezes que a gente faz o pedido, né, anota todas as quantidades, o tipo da bebida que a gente quer, e aí ele entrega, geralmente no domingo de manhã ou no sábado à noite. Aí entrega aqui em casa, aí a gente tem que ir alugar um carro para levar essas bebidas até o local. [...] Desde que não esteja aberta, aí a gente faz dessa forma aí, depois do evento que a gente acerta os valores com fornecedor. [...] Sim, pelo tamanho do evento, pelo local do evento, quantidade de artista. Se o artista que for... Tem um MC que é de fora, a vende de bebidas é muito mais alta. Se ele for aqui da região de Minas Gerais, é... Dependendo da fama dele, aí eu valor é alterado, da bebida, aumenta a quantidade de bebida também, é tudo, tudo de acordo com o local que vai ocorrer, com os artistas que vão estar no evento, e com o local. (Nairóbi)

Sem capital inicial para investir no baile, como salientado por Morgana no fragmento [49], a compra de bebidas para comercialização no baile é feita de maneira consignada, na qual é solicitada uma quantidade de bebidas para o evento e após seu término, “desde que não esteja aberta”, as bebidas que sobram são devolvidas para o fornecedor. Ao descrever como é realizada a venda das bebidas, Nairóbi busca também indicar que o sucesso nas vendas depende diretamente dos artistas que estarão presentes no evento. A venda de bebidas no Baile da Serra é de responsabilidade do núcleo familiar de Maria: Nairóbi, Macarena, do companheiro de Maria e contam também, às vezes, com a ajuda do noivo da sua filha e de

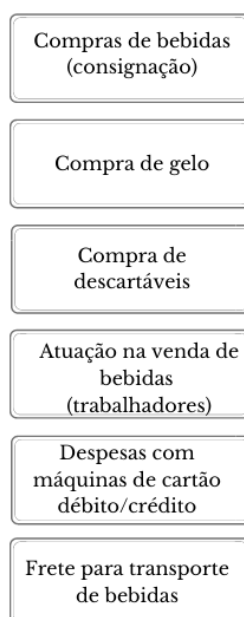
Hugo, que trabalha junto com Maria na produção de eventos. Esse fato fica destacado quando Morgana afirma no fragmento 48, “Vejo a galera da família da Maria toda como uma parte fundamental de produção do baile. Porque a bebida que financia o baile eles que vendem”.

[51] Tem reunião para saber com quem vamos escolher ficar, em qual barraquinha vamos ficar, para não ficar muita gente em uma barraca e pouca em outra. Quando os meninos estão, ficam três em uma barraca três em outra, até por que um só não dá conta. E faz reunião para saber quem fica na barraca com dinheiro quem entrega as bebidas[...]. Tem cartão, mas cartão só com dono da maquininha para conectar no celular, então eu não trabalho com a maquininha, mas na barraca tem! Quando acaba a bebida, que aí eu posso ir curtir, mais quando a bebida não acaba não tem como. Até porque é muito bom vender todas as bebidas, é a melhor sensação! Dar graças a Deus! (Macarena)

[52] A gente costuma pagar o carroto na hora né. O cara que traz o gelo a gente paga na hora. A pessoa que faz a limpeza também do local, aí a gente paga na hora. O que sobrar cada um junta na própria barraca, a gente conta lá para ver quanto cada um arrecadou na barraca, para a gente ter a noção de qual barraca vendeu melhor, onde ela estava localizada, porque é importante saber para a gente colocar mais quantidade naquela que vendeu mais. A gente faz essa contagem separada, cada barraca 1, 2, 3, cada um vendeu x, depois a gente anota pra saber o dia e as bebidas. (Nairóbi)

Nos fragmentos [51] e [52] é possível ter uma dimensão das práticas realizadas pelas mulheres que organizam o baile para que a venda das bebidas ocorra da melhor maneira, evitando transtornos. Nelas também é possível identificar os gastos para que a comercialização seja realizada, como gelo e carroto, além do serviço de limpeza que também é remunerado. Nairóbi, no fragmento [52], demonstra ter domínio sobre o processo da venda de bebidas e demonstra que a análise de como a venda foi realizada em um determinado evento pode contribuir para o sucesso em outro. Essa percepção demonstra também a responsabilidade de cada equipe de trabalho, pois um erro na contagem das bebidas na hora do recebimento do fornecedor e posteriormente na devolução pode gerar prejuízo. O sucesso das vendas, além de custear a estrutura do baile, gera renda, uma vez que todos que trabalham nas barracas recebem uma ajuda de custo caso dê para custear a estrutura e o pagamento dos trabalhadores. Diante do exposto, a venda de bebidas compreende a seguinte dinâmica:

Figura 11: Venda de Bebidas



Fonte: Elaborado pela autora.

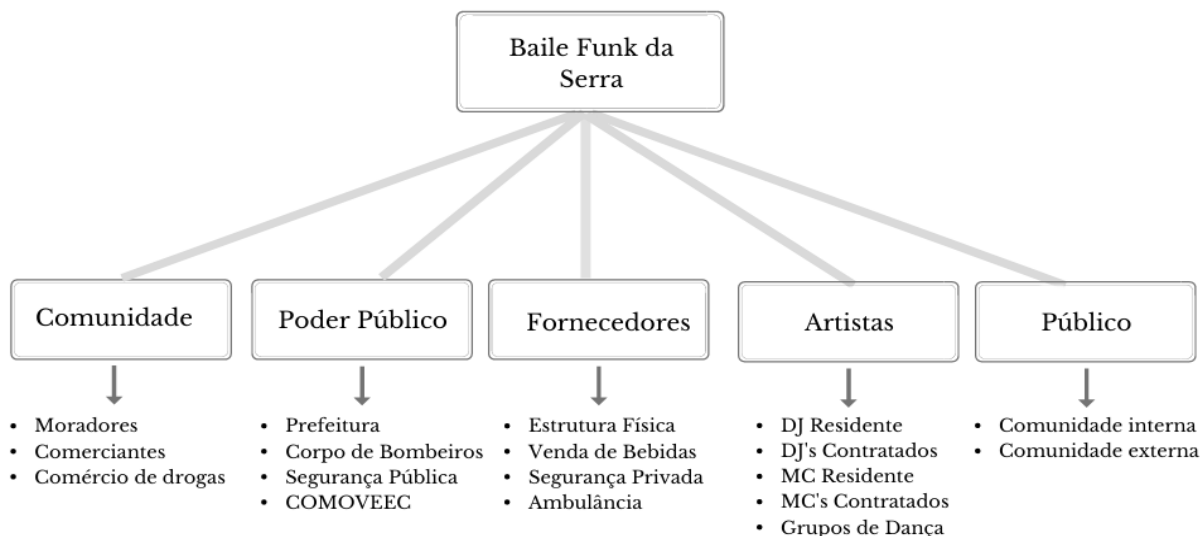
Figura 12: Montagem Barraca de Bebidas – Baile da Serra Tarde Cultural 13/01/2019



Fonte: Acervo da autora.

Ao visualizar as dinâmicas envolvidas na venda de bebidas e nas demais práticas de organizar o Baile da Serra, diferentes aspectos ficam evidenciados, desde a atuação dos organizadores nos diferentes momentos de organização, até na sua relação com a comunidade, com o comércio de drogas e o Poder Público. As práticas organizativas do Baile da Serra envolvem os seguintes atores sociais (VAN DIJK, 2008):

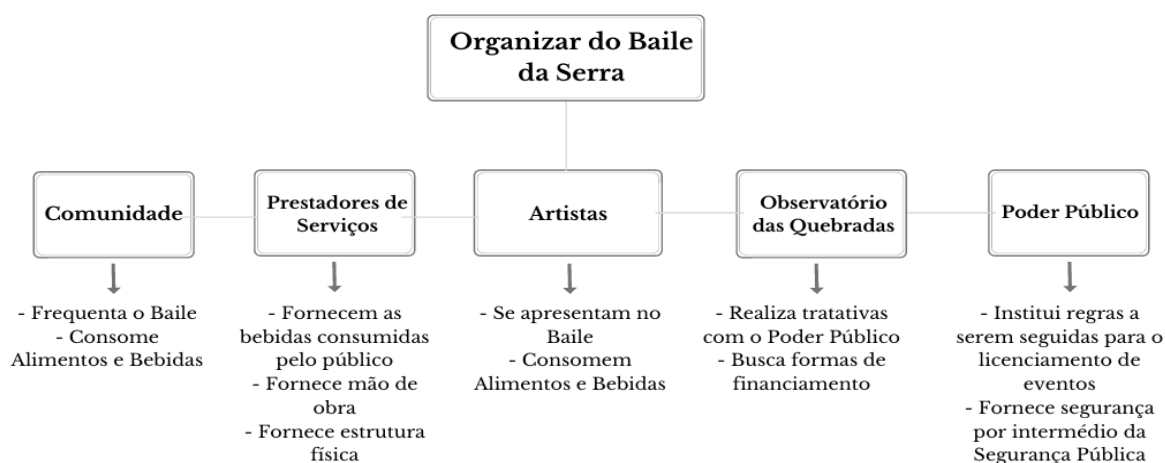
Figura 13: Atores sociais envolvidos no organizar do Baile da Serra



Fonte: Elaborado pela autora.

Conhecer todos os atores envolvidos nas diversas práticas do organizar do Baile da Serra permite aprofundar em sua complexidade. Essa organização, como as demais, não possui somente relação com seus organizadores, mas com diversos praticantes presentes tanto em seu cotidiano quanto em momentos específicos. A busca por um melhor entendimento das práticas organizativas do Baile da Serra nessa pesquisa permitiu a elaboração da seguinte figura:

Figura 14: O Organizar do Baile da Serra



Fonte: Elaborado pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SEGUE O BAILE!

Essa pesquisa teve como intuito responder ao seguinte problema de pesquisa: como se manifestam o gênero e as subjetividades negras periféricas no organizar de um baile funk na cidade de Belo Horizonte? Tendo como objetivo geral descrever e analisar as formas pelas quais gênero e as subjetividades negras periféricas se manifestam no organizar do Baile da Serra, tracei os seguintes objetivos específicos: i) descrever a história do Baile da Serra como organização; ii) compreender quais as subjetividades das mulheres negras envolvidas no organizar do baile; iii) identificar as práticas organizativas empreendidas pelas mulheres negras no organizar do baile.

Fundamentada em uma perspectiva crítica dos Estudos Organizacionais, essa pesquisa buscou demonstrar que o olhar limitado sobre organização e as formas de organizar presentes no *mainstream* do campo da Administração (LIMA; AGUIAR; CARRIERI, 2016) podem e devem ser superados. Nessa perspectiva, o desafio desse trabalho foi pensar outras possibilidades de arranjos organizacionais, situando a discussão na perspectiva proposta pelo Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS), que considera possível a compreensão da sociedade por intermédio de uma vida social organizada, permitindo também conhecer múltiplas formas de organização possíveis. Desse modo, o conceito de organizações outras (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019) foi escolhido para caracterizar a organização do Baile da Serra, que possui uma realidade de gestão diversa, múltipla, permitindo, assim, a partir da captura do cotidiano de sua organização e das pessoas que compõe seu organizar, compreender suas práticas organizativas.

O arcabouço teórico compreendeu aspectos importantes para a compreensão das dinâmicas organizacionais do Baile da Serra. Compreender qual a noção de sujeito e subjetividade em que se alicerça esse estudo se torna importante para abarcar os conceitos de gênero e subjetividade utilizados. A escolha dos conceitos elencados deu suporte para que fosse possível apresentar a constituição histórica, social e política das periferias, favelas e do Aglomerado da Serra e, conseqüentemente, entender quem são as sujeitas e sujeitos que ocupam esses territórios. Após a sistematização e a análise dos dados, percebi a necessidade de algumas outras teorizações para que a complexidade do fenômeno organizacional do Baile da Serra fosse compreendida de forma ampla.

Os bailes funks fazem parte de uma cultura que é constantemente discriminada e criminalizada na sociedade brasileira, razão pela qual evidenciar sua organização e os sujeitos que fazem parte do seu organizar é contribuir para que outra narrativa seja contada sobre a constituição dessa manifestação social periférica negra. Esse trabalho fez uso de estratégias associadas à pesquisa qualitativa como possibilidade para a coleta e análise dos dados, cada um tendo sido fundamental para identificar o organizar do Baile da Serra. A metodologia de análise, baseada na Análise Crítica do Discurso proposta por Van Dijk foi a abordagem que utilizei para analisar os dados produzidos em campo por intermédio das entrevistas semiestruturadas e da técnica de letras de música. O roteiro semiestruturado de pesquisa permitiu que diversos aspectos fossem abordados nas entrevistas. Mediante a categorização dos dados realizados com o auxílio do software NVivo e de sua riqueza, elaborei três grandes tópicos de análise que foram estruturados como capítulos teóricos-empíricos, a saber: “Organizações-outras: conhecendo o Baile da Serra”; “Funk como mobilizador: mulheres negras e subjetividades funkeiras”; “Práticas organizativas: organizando o baile funk.”

A história dessas sujeitas está intimamente ligada à história do baile e de sua organização. Ao traçar o objetivo de descrever a história do Baile da Serra como organização, busquei conhecer também a visão das organizadoras sobre essa organização outra. A discriminação sofrida pelo funk e a constante associação dos bailes funks ao comércio de drogas faz com que o Baile da Serra não seja reconhecido, o que dificulta o relacionamento com o Poder Público e traz consequências na captação de recursos financeiros. Diante das narrativas das sujeitas busquei descrever com auxílio da teoria de organizações proposta pelos Estudos Organizacionais (COUTO; HONORATO; SILVA, 2019; CARRIERI, 2015), como o Baile da Serra, por intermédio das ações cotidianas de seus organizadores, pode ser considerado uma organização. Dessa forma, elas também podem ser compreendidas sob a perspectiva das subjetividades, nas quais as sujeitas e sujeitos envolvidos em sua dinâmica organizacional a partir dos seus saberes, constroem e reconstróem suas práticas organizativas de acordo com o contexto social.

O segundo tópico busca responder o primeiro objetivo traçado que é compreender quais as subjetividades das mulheres negras envolvidas no organizar do Baile da Serra. Ao analisar os dados, essas subjetividades passam a ter um marcador muito importante, a relação das sujeitas que organizam o baile com o funk e por consequência com a cultura funk. Nesse sentido, denomino as subjetividades das sujeitas dessa pesquisa como **subjetividades funkeiras**, o

termo funkeiras abarca o território, o gênero, a negritude e a sexualidade presente na cultura funk. Mas quais são as implicações dessas subjetividades denominadas funkeiras?

Cada sujeita mediante suas subjetividades atua e possui objetivos diferentes na sociedade. As mulheres negras podem, por exemplo, em suas pautas, discutir violência, racismo e mercado de trabalho. As mulheres de religiões de matriz afro, as quais boa parte são negras mas suas pautas podem estar vinculadas à defesa das tradições religiosas. O que constitui uma subjetividade de uma mulher funkeira? O debate dessas mulheres tem como uma das pautas a discussão sobre a desconstrução de relações de poder por intermédio do corpo, essa pauta que engloba as subjetividades funkeiras, é também sobre sexualidade, com todas as contradições que existem entre elas. Conhecer as subjetividades destas mulheres é conhecer as subjetividades envolvidas no organizar do Baile da Serra.

Mediante o conhecimento das subjetividades das mulheres organizadoras do Baile da Serra e da história de sua organização, foi possível responder o último objetivo traçado: identificar as práticas organizativas empreendidas pelas mulheres negras no organizar do baile. O último tópico, denominado “Práticas organizativas: organizando o baile funk”, buscou descrever com o auxílio da teoria e dos dados produzidos com as entrevistas semiestruturadas e a ação de extensão as práticas organizativas do Baile da Serra. A partir da análise de todas as práticas organizativas e dos atores envolvidos no organizar do baile, os seguintes elementos e atores compõem o organizar do Baile da Serra: comunidade, prestadores de serviço, fornecedores, venda de bebidas, Observatório das Quebradas, Poder Público, artistas, público e estrutura (despesas com emissão de licenciamento e estruturas para liberação de licenciamento).

Os resultados obtidos após a análise organizacional do Baile da Serra apontam para aspectos relevantes. O primeiro deles está relacionado à importância de se discutir a **criminalização do funk**. No atual cenário político brasileiro, ao buscar o diálogo com a Segurança Pública, o Baile da Serra inaugura a possibilidade de que uma das festas mais estigmatizadas pela sociedade brasileira possua licenciamento para acontecer. O Baile da Serra faz o uso do licenciamento, pois é uma exigência legal, também como medida de proteção dos eventos, para que não haja incidentes com a Segurança Pública e o evento tenha que ser encerrado.

Todavia, as organizadoras declaram que as constantes exigências para as festas a tornam inviável, o que sugere a insensibilidade do governo às condições dos organizadores, bem

como às do território em que as festas são realizadas. Essa política que busca impedir a emergência de bailes funks e outros eventos oriundos das periferias, mesmo com licenciamento, está diretamente ligada ao racismo institucional, no qual o Poder Público se apodera do poder de dizer o que é cultura ou não, cria estratégias para a não realização dos eventos. Mas será esse o fim do Baile da Serra? As organizadoras garantem que não. No ano de 2019, outras estratégias foram criadas para que o baile continue acontecendo uma delas é a inscrição do Baile em editais públicos e privados para o financiamento das festas.

Nesse sentido, é importante uma discussão sobre economia e interseccionalidade. Luciene Santos (2017), ao discutir economia feminista e colonialidade econômica, realiza um debate importante que auxilia na compreensão da dinâmica econômica do Baile da Serra. Santos (2017), reconhecendo que não há uma autonomia imediata para o subalterno, atesta que este está submetido ao controle das elites. Tal autonomia é fragmentada e funciona como um ponto de partida de outra historiografia. A autora chama a atenção para parâmetros eurocêntricos de produção e consumo, nos quais outras existências devem ser compreendidas, alargando a compreensão de que hoje é sinônimo de mercado para abarcar a ideia de “provisão”.

Mas o porquê a discussão proposta por Santos (2017) é importante para o organizar do Baile da Serra? Maria, ao realizar os eventos como já mencionado, necessita de recursos financeiros. Por intermédio da venda de bebidas busca conseguir uma remuneração pelos serviços prestados, erar renda para si e para sua comunidade é gerar “provisão” por intermédio da cultura funk. Sendo assim, Maria ao buscar renda não se torna capitalista, mas realiza o que a autora chama de “provisão”. A interseccionalidade, nesse sentido, expõe a dinâmica que produz diversas desigualdades, entre elas, algumas as quais Maria está inserida.

Ademais, a resistência é sinônimo das culturas negras brasileiras, consequentemente dos bailes funks e também de uma economia de “provisão”. Os marcadores sociais de raça, classe, gênero, território, maternidade, entre outros, mostram que a interseccionalidade e, consequentemente, a teoria interseccional são de suma importância no debate do protagonismo das mulheres negras na sociedade brasileira.

As discussões propostas nessa pesquisa e, consequentemente, seus resultados não pretendem em nenhum momento serem entendidas como verdades absolutas, mas como outra

possibilidade de narrativa sobre outras formas possíveis de organizar. O meu maior desafio como pesquisadora foi a dificuldade de escrever sobre essas mulheres, dificuldade que se faz presente no fato de me reconhecer afetivamente nelas. Reconhecer-me nelas é compreender e enxergar como a academia visualiza as sujeitas e os sujeitos periféricos e favelados e, conseqüentemente, os funkeiros. O racismo acadêmico revela que por mais que a universidade busque romper com os muros invisíveis entre ela e a sociedade, ainda nos veem como pessoas exóticas e que precisam ser resgatados da sua ignorância. Minha escrita nesse sentido incomoda a academia, pois, mesmo que tentem, não conseguirão me resgatar da “ignorância”.

Diante da quantidade de dados obtidos na pesquisa e dos diversos caminhos possíveis que poderia ter escolhido, algumas agendas de pesquisa podem ser exploradas no campo dos Estudos Organizacionais, a saber: a relação entre leis de licenciamento e a organização da cidade de acordo com classe social e raça; a relação dos territórios, sua organização e das manifestações culturais presentes neles e as mulheres negras e o empoderamento do corpo por intermédio do funk, a partir do viés econômico. Ao elencar essas outras perspectivas, noto que a contribuição dessa pesquisa vai além dos muros da academia. Narrar a organização de um baile funk é não perpetuar o constante silenciamento de diversas práticas organizativas que não fazem parte da hegemonia.

Dessa forma, esta pesquisa com algumas considerações sobre mim e sobre a cultura funk. Ao iniciar o mestrado realizei uma pesquisa bibliográfica sobre os trabalhos já produzidos sobre funk, e me deparei com sérios limites impostos pelo racismo. As produções acadêmicas sobre o tema se concentravam nas áreas de Linguística, Música, Direito e Ciências Sociais, com destaque para a Antropologia, ciência que se dedica a estudar o Outro. Ao decidir tratar a temática no campo da Administração percebi que seria necessário tecer uma rede de conceitos para que houvesse suporte teórico para explicar uma realidade pouco explorada no campo da Administração e nos Estudos Organizacionais. Nos estudos empreendidos sobre as mulheres na cultura funk, estamos na sua grande maioria representadas no imaginário social como sujeitas passivas, que não possuem agência sobre seu corpo e seus pensamentos. Nessa perspectiva, afirmo que com essa pesquisa não tenho ambição de resolver problemas relacionados ao tratamento dado a essas sujeitas pela academia, mas permitir que outras narrativas sobre elas sejam construídas.

Portanto, retratar a organização de um Baile Funk em Estudos Organizacionais é possibilitar um olhar mais atento a outras formas de organizar presentes na sociedade. A multidisciplinaridade tão presente na área foi de suma importância para uma análise organizacional que demonstrasse outra face de uma festa tão estigmatizada como um baile funk. Dentre as diversas contribuições e reflexões resultantes do meu trabalho, já elencadas anteriormente, friso que entendo a necessidade de compreender qual tipo de contribuição esse tipo de estudo pode proporcionar ao grupo social estudado. Além da denúncia de diversos tipos de opressão sofridos por esse, um trabalho acadêmico, como essa dissertação, pode gerar reflexão e indicar alternativas aos problemas mencionados. Os conflitos e problemas apresentados nesse trabalho, de maneira alguma foram expostos com o intuito de desvalorizar as práticas do organizar do Baile da Serra, mas para demonstrar que problemas e conflitos estão presentes em todos os grupos sociais e em todas as formas de organizar.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. Entrevista. Ciência e Cultura UFBA. 2018. Disponível em: <<http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/entre-genero-raca-e-classe/>> Acesso em: 26 de dezembro de 2019

ALMEIDA, M. R. **Favela, arte e juventude: pensando a relação entre ações artístico-culturais e identidade no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

AMORIM, M. F. **O discurso dá e sobre a mulher no funk brasileiro de cunho erótico: uma proposta de análise do universo sexual feminino**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

ANDRADE, L. T.; SILVEIRA, L. S. Efeito-território: explorações em torno de um conceito sociológico. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 381-402, 2013.

APCBH – Arquivo Público de Belo Horizonte - **Histórias de Bairros de Belo Horizonte: regional centro sul** - Belo Horizonte: APCBH; ACAPBH, 2008.

ARRUDA, A.; JAMUR, M.; MELICIO, T.; BARROSO, F. De pivete a funqueiro: genealogia de uma alteridade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 140, 2010.

BARBOSA, L. M. L. Feminismo negro: notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. In. **Fazendo Gênero**, 9, Florianópolis, 2010. Anais... SC: UFSC: 2010.

BELO HORIZONTE. Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. **Plano Global Específico – Aglomerado da Serra**: levantamento de dados. Belo Horizonte, 2000.

BENITES, F. R. G. Práticas de Subjetivação/Objetivação em Michel Foucault. **Revista DLCV**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 113-127, 2006.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BERTH, J. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BONFIM, L. L. **Funk carioca, voz feminina e o caso Tati Quebra Barraco**. 2015. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALDAS, M. P. ; BERTERO, C. O. **Teoria das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

CANDIOTTO, C. Práticas de subjetivação e experiência da sexualidade em Michel Foucault: sobre o uso dos prazeres e as práticas de si. In: RESENDE, H. (Org.) **Michel Foucault: política – pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CARDOSO, C. P. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CARDOSO JR., H. R. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 343-349, 2005.

CARDOSO, R.; ROCHA, J. G. A aceitação do funk carioca como cultura. **Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa**, v. 1, n. 1, 2016.

CARRIERI, A.; LEITE-DA-SILVA, A. R.; SOUZA, M. M. P. ; PIMENTEL, T. D. Contribuições da análise do discurso para os estudos organizacionais. **Revista Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 6, n. 12, p. 1-22, 2006.

CARRIERI, A.; PAÇO-CUNHA, E. Notas provisórias sobre o desenvolvimento e a superação dos estudos organizacionais. In: **Encontro Nacional da ANPAD**, 33, São Paulo, 2009. Anais... São Paulo: ANPAD, 2009.

CARRIL, L. **Quilombo, Favela e Periferia: a longa busca da cidadania**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2006.

CARVALHO, F. A. **História e subjetividade no pensamento de Michel Foucault**. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARVALHO, M. F. D. A. **Urbanização de favelas e questão ambiental: estudo comparativo de intervenções urbanísticas na Vila Nossa Senhora de Fátima, em Belo Horizonte**. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CASTANHEIRA, M. A. A. F. **Processos de sujeição e dessujeição: a constituição do sujeito em Michel Foucault**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

COLLINS, P. H. **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. Boston: Unwin Hyman, 1990. p. 221-238.

_____. Comentário sobre o artigo de Hekman “Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited”: Onde está o poder? **Signs**, v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997.

_____. O que é um nome? Mulherismo, Feminismo Negro e além disso. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization Studies**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.

COSTA, D. B.; AZEVEDO, U. C. Das Senzalas ás Favelas: por onde vive a população negra brasileira. **Revista Socializando**, Aracati, v. 3, n. 1, p. 145-154, 2016.

COSTA, E. V. **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 1999. p. 341 – 362

COSTA JR, R. V. Uma escola (por) minorizada: entre a escolarização, os “proibidão” e a busca pelo “mundão” na internação socioeducativa. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 291-315, 2014.

COSTA, V. G; NASCIMENTO, J. A. S. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10, São Paulo, 2005 Anais... SP: Universidade de São Paulo, 2005.

COUTO, F. F.; HONORATO, B. E. F.; SILVA, E. R. S. Organizações Outras: Diálogos Entre a Teoria da Prática e a Abordagem Decolonial de Dussel. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 249-267, 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, p. 139-167, 1989.

_____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRUZ, W. J. A. **Os entraves para o surgimento da eficácia coletiva: um estudo de casos em um aglomerado de Belo Horizonte**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CZARNIAWSKA, B. On time, space, and action nets. **Organization**, v. 11, n. 6, p. 773-791, 2004.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. In: MUJICA, P. ; FRANCISCO, P. ; CHÁVEZ, H.; DAVIS, A. **Testemunhos da utopia**. São Paulo: Expressão Popular, 2016. p. 71-84

DAVIS, K. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, v. 9, n. 1, p. 67-85, 2008.

DAYREL, J. O rap e o funk na socialização da juventude. **Revista Educação e Pesquisa**, n. 1, v. 28, jun. 2002.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade**: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. **Foucault**. Paris: Minuit, 1986.

DIELLO, M. L. **Michel Foucault e a problematização da subjetivação: para o cultivo e a transformação de si**. 2009. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do Organizar (*organizaing*) para os Estudos Organizacionais. **Organização e Sociedade**, Salvador, v. 23, n. 76, p. 57-72, 2016.

EVARISTO, C. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza, 2003.

ETTLINGER, N. Governmentality as Epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 101, n. 3, p. 537-560, 2011.

FLAUZINA, A. **Corpo Negro Estendido no chão**: O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FERREIRA NETO, J. L. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 7, n. 3, p. 7-25, 2017.

FIGUEIREDO, A. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, A.; SANSONE, L. (Orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 237-255

_____. Sexo e as Nega, uma Porra! **Revista Fórum**, 2014. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/sexo-e-nega-uma-porra/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020

FIGUEREDO, D. A. Espaços Negros Urbanos: segregação e preconceito nas cidades brasileiras. In: Congresso Brasileiro de Geógrafos, 7, Vitória, 2014. Anais... ES: Universidade Federal do Espírito Santo.

FISCHER, R. M. B. Foucault e o Desejável Conhecimento do Sujeito. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n.1, p. 39-59, 1999.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, D. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 273-298

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. A escrita de si. In: MOTTA, M. B. (Org.) **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a. p. 144-162 (Original publicado em 1984)

_____. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. (Org.) **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. p. 264.287

FONTANIER, J. M. **Vocabulário latino da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREITAS, G. B. A cultura na (da) periferia e a periferia na (da) mídia. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 34-49, 2009.

GARCIA, C. C. O que é feminismo. In: _____. (Org.) **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011. p. 11-24

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, G. C. O projeto de "urbanização" Vila Viva e a valorização do valor na reprodução social do espaço de Belo Horizonte. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 12, Montivideo, 2009. Anais... MVD: Universidade da República, 2009.

GOMES, M. N. **Horizontes Rebeldes: relações de trabalho e movimentos sociais no século XXI**. Belo Horizonte: RTM, 2018.

_____. Oi! Você **Conhece o Lá da Favelinha? funk, arte, resistência e poder nos morros de Belo Horizonte**. Texto fornecido pela autora, 2018. Texto incluso no livro do Centro Cultural Lá da Favelinha, edição no prelo.

GONZÁLEZ-REY, F. **Sujeito e subjetividade**. São Paulo: Thomson, 2003.

GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUIMARÃES, P. C. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre contexto em Van Dijk e Fairclough. **EUTOMIA**, Recife, v. 1, n. 9, 2012.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HAIGH, N.; HOFFMAN, A. J. The new heretics: hybrid organizations and the challenges they present to corporate sustainability. **Organization & Environment**, v. 27, n. 3, p. 223-241, 2014.

HERSCHMANN, M. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

HOLVINO, E. Latinos y Latinas in the workplace: how much progress have we made?. **The Diversity Factor**, v. 16, n. 1, p. 11-20, 2008.

HONORATO, B. E.; SARAIVA, L. A. S. Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Desenvolvimento Em Questão**, v. 14, n. 36, p. 158-186, 2016.

HOOKS, B. Mujeres negras: dar forma a la teoría feminista. In: HOOKS, B.; BRAH, A.; SANDOVAL, C.; ANZALDÚA, G. (Orgs.) **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 33-50

IBGE - Censo Demográfico 2010 - Aglomerados Subnormais. Brasília: Governo Federal, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Acesso em: 10 de nov. 2018

IVO, A. B. L. Uma periferia em debate: questões teóricas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 09-15, 2010.

IZAU, V. R. **Insurgências urbanas e direito à cidade na perspectiva de ativistas em Belo Horizonte**. 2017. Tese (Doutorado em Educação e Inclusão Social) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

JESUS, F. N. Quilombo, contra racionalidade e materialidade do Território Brasileiro. In: **Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 14, Lima, 2013. Anais... Lima: EGAL, 2013.

KILOMBA, G. Who Can Speak?. In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2010.

KREPS, G. L. Weick's Model of Organizing. In: KREPS, G. L. (Org.) **Organizational communication: theory and practice**. New York: Longman, 1990. p. 103-121

LAURETIS, T. Tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.) **Tendências e Impasses: o feminismo com crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. p. 206-242

LIBARDI, G. B.; PIEDRAS, E. R. O funk como trabalho, lazer e inspiração: Uma mirada sobre a produção da MC Helenzinha e o consumo de funkeiras de Porto Alegre. **Revista Eco Póis**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 20, 2017.

LIMA, F. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 66-82, 2018.

LIMA, O.; AGUIAR, R. C.; CARRIERI, A. P. Usando o *sensemaking* e conhecendo a gestão de circos. **Revista Espacios**, v. 37, n. 14, p. 1-15, 2016.

LOPES, A. C.; FACINA, A. Cidade do funk: expressões da diáspora negra nas favelas cariocas. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 193-206, 2006.

LORDE, A. Las herramientas del amo nunca desarmarán la casa del amo. In: MORAGA, C.; CASTILLO, A. (Orgs.) **Esta puente mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos**. San Francisco: Ism Press, 1982.

LOURO, G. L. Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, C. B. (Orgs.) **Coletânea Gênero Plural**. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 11-22

_____. Gênero, Sexualidade e Educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 46, p. 201-218, 2007.

LUNARDON, J. A. Maconha, Capoeira e Samba: a construção do proibicionismo como uma política de criminalização social. In: **Seminário Internacional de Ciência Política**. 1, Porto Alegre, 2015. Anais... POA: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, 2014.

MACÊDO, M. S. Feminismo e pós-modernidade: como discutir essa relação? In: BONNETI, A.; SOUZA, A. M. F. L. (Orgs.) **Gênero, mulheres e feminismos**. Salvador: EDUFBA; NEIM, 2011. p. 29-52

MACIEL, M. G.; SARAIVA, L. A. S.; MARTINS, J. C. O. abordagem sociocognitiva do discurso: uma alternativa para análise crítica pelos estudos do lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 193-232, 2018.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO, S. A. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005.

MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 333-357, 2008.

MC MARTINA. Entrevista. A. Voz das comunidades. Todo dia o machismo faz vítimas. Disponível em: < <https://www.vozdascomunidades.com.br/geral/todo-dia-o-machismo-faz-vitimas/>> Acesso em: 09 de janeiro de 2020

MEDEIROS, C. R. O.; VALADÃO JUNIOR, V. M.; FERREIRA, A. P. Condomínios horizontais fechados: segregação do espaço social. **Revista Eletrônica de Administração**, Franca, v. 11, n. 12, 2008.

MELO, I. F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna**, v. 05, n. 11, p. 1-18, 2009.

MBEMBE, A. Necropolitics. **Public Culture**, v. 15, n. 1, p. 11–40, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9. ed. São Paulo: Hucitec; 2006.

MIZOCZKY, M. C. A.; VECCHIO, R. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2006.

MONTEIRO, P. F. C. Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. **Revista Meritum**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 355-387, 2012.

MONTENEGRO, L. M.; CASALI, A. M.; O Modelo de *Organizing* de Karl Weick e sua

Ênfase na Comunicação. In: **Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, 5, Belo Horizonte, 2008. Anais... BH: ANPAD, 2008.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, E. R. **Abolição da escravidão no Brasil sob o prisma da imprensa: fontes para o ensino e a pesquisa da história (1871-1885-1888)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande.

MOUTINHO, L. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 201-248, 2014.

MUNANGA, K. Origem e histórico do quilombo na África. **Revista USP**, São Paulo, n. 28: p. 56-63, 1996.

_____. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 12, p. 169-203, 2010.

MURAD, M. F. G. **O sujeito em Foucault, 2010**. Disponível em: <<http://www.spid.com.br/pdfs/2010-2/Atividades-Jornadas-Interna-2010.1-O-SUJEITO-EM-FOUCAULT-MariaFernandaGuita-Muraddoc.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2019.

OLIVEIRA FILHO, E. W. A Criminalização do Negro e das Periferias na História Brasileira. **Revista Vertentes do Direito**, v. 3, n. 1, p. 60-75, 2016.

OLIVEIRA, J. M. Os feminismos habitam espaços hifenizados - a localização e interseccionalidade dos saberes feministas. **Ex Aequo**, n. 22, p. 25-39, 2010.

OYEWUMI, O. Conceptualizing Gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies. **Journal Jenda**, v. 2, n. 1, 2002.

PEDRO, T. M. G. É o fluxo: “baile de favela” e funk em São Paulo. **Revista de Antropologia e Arte**, Campinas, v. 2, n. 7, 115-135, 2017.

PEQUENO, R. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 12, 2008.

PERALVA, A. **Violência e Democracia: o paradoxo Brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHO, O. **O mundo negro: sócio-antropologia da reafrikanização em Salvador**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.

PRADO FILHO, K.; MARTINS, S; A Subjetividade como Objeto da(s) Psicologia(s). **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 14-19, 2007.

PROENÇA, W. L. O método da observação participante. **Antropos**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 8-31, 2008.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 276-283, 2007.

REIS, D. C.; NUNES, F. Da Favela ao Estado: segregação e espaços de resistências do negro no Brasil. In: **Congresso Baiano de Pesquisadores Negros**, 5, Jequié, 2015. Anais... JE: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2015.

RETTIE, R.; ROBINSON, H.; RADKE, A.; YE, X. CAQDAS: a supplementary tool for qualitative market research. **An International Journal**, v. 11, n. 1, p. 76-88, 2008.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. São Paulo: Claraluz, 2005.

REY, F. L. G. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSA, J. C. S.; SANTOS, S. I. A.; PEREIRA, D. C. O Acúmulo de lixo no Aglomerado da Serra: uma visão de comunidades do entorno do parque municipal das mangabeiras. **Revista Sinapse Ambiental**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 27-45, 2010.

RODRIGUES, A. M. Desigualdades Socioespaciais: a luta pelo direito a cidade. **Revista Cidades**, Rio Claro, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007.

RODRIGUES, S. B.; CARRIERI, A. P. A tradição anglo-saxônica nos Estudos Organizacionais Brasileiros. In: RODRIGUES, S. B.; CUNHA, M. P. (Orgs.). **Estudos Organizacionais**: novas perspectivas na administração de empresas. São Paulo: Iglu, 2000.

SANTOS, L. L. Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade econômica, gênero e epistemologias do Sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 114, p. 161-186, 2017.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, A. M. Lésbicas negras, Identidades Interseccionais. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 7, p. 117-133, 2017.

SILVA, J. C.; GARCIA, E. L. Produção de subjetividade e construção do sujeito. **Revista Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 35, p. 189-198, 2011.

SILVA, L. S. Associação de profissionais e amigos do funk: Protesto político e funk-resgate. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 36, 2014.

SOARES, L. B.; MIRANDA, L. L. Produzir Subjetividades: o que significa? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 408-424, 2009.

SOARES, L. S. AGORA ABAIXE O SOM: UPPS, ordem e música na cidade do Rio de Janeiro. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, 2014.

SOARES, V. Políticas públicas para a igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Políticas Públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Friedrich Ebert Stiftung, 2004. p. 113-126

SOUZA, C. E. D.; SILVA, G. G. Gênero e reconhecimento no funk carioca: perspectivas para o ensino na educação básica, **Revista História Hoje**, n. 11, v. 6, 2017, p. 191-215.

TEIXEIRA, J. C.; OLIVEIRA, J. S.; MESQUITA, J. S. Pode a Interseccionalidade ser Afrocentrada no Campo da Administração?: Um Ensaio Teórico sobre as contribuições da Teoria Interseccional para a área de Administração. In: **Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, 10, Fortaleza, 2019. Anais...Fortaleza: ANPAD: 2019.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TOSCANO-CAMPOS, A. L. F.; COUTO, A. C. R. R.; PAZ, F. S. Gatinha ou cachorra: a construção da figura feminina nas canções do funk carioca, **Revista Eletrônica de Letras**, Franca, n. 1, v. 6, 2013.

VALLADARES, L. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. Favela.com. In: FERNANDES, A.; SOUZA, A. G. (Orgs.) **Habitação popular no Brasil**: reflexões, avaliações e propostas. Salvador: FAUFBA /PPGAU, 2004, p. 121-136

_____. Uma gênese da favela carioca: uma produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 05-34, 2000.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2008.

VIANA, I. P. Território Funk e Feminilidades: subjetividades construídas entre relações de poder, a rua e a violência, **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, n. 3, v. 3, set./dez. 2016.

_____. **Mulheres negras e baile funk: sexualidade, violência e lazer**. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VILAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, 2011.

VAN DIJK, T. Critical Discourse Studies: a sociocognitive approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Studies**. Sage, 2015. p. 63-85.

_____. **Discourse and Knowledge**: a sociocongntive approach. Barcelona: Cambridge University Press, 2014.

_____. **Discurso e contexto:** uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Discurso e poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

_____. El estudio del discurso. In: VAN DIJK, T. **El discurso como estructura y proceso.** Barcelona: Gedisa, 2000. p. 21-65

_____. **Ideologia y discurso.** Barcelona: Ariel, 2003.

VAN DIJK, T., MEDEIROS, B. W.; ANDRADE, M. L. Análise crítica do discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Revista Linha D'Água**, v. 26, n. 2, p. 351-381, 2013.

XAVIER, G. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história.** Rio de Janeiro: Malê, 2019.

WERNECK, J. **Construindo a equidade:** estratégias para implementação de políticas públicas para a superação das desigualdades de gênero e raça para as mulheres negras. Rio de Janeiro: AMNB, 2007.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as**, v. 1, n. 1, p. 7-17, 2010.

_____. Racismo institucional e saúde da população negra. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

WICKHA, M.; WOODS, M. Reflecting on the strategic use of CAQDAS to manage and report on the qualitative research process. **The Qualitative Report Journal**, v.10, n.4, p. 687-702, 2005.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso**, v. 4, p. 223-243, 2004.

ZALUAR, A. ALVITO, M. **Um século de favela.** Rio de Janeiro: FGV, 2003.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro Semiestruturado de Entrevistas

Bloco 1: Sujeitas

Autodeclaração. Idade. Escolaridade. Estado civil. Família. Orientação sexual (caso se sinta confortável). Naturalidade. Habitação. Trajetória pessoal. Trajetória profissional. Ocupação atual. Entrada na área de trabalho. Ser mulher. Ser mulher organizadora. Ser mulher negra. Ser mãe. Ser periférica. Ser funkeira. Ser agente cultural. Relação com o funk. Como essas categorias influenciam na organização. Como essas categorias impactam na relação com o Poder Público, comércio de drogas, comunidade, artistas. Mulheres funkeiras, MCs e produtoras culturais ou musicais.

Bloco 2: Baile da Serra

História com o baile. Relação com o baile. Baile como festa. Baile como lazer. Baile de favela. Baile em espaços privados. Baile como fonte de renda. Baile como resistência. Baile como referência de lazer e cultura. Relação com outras periferias e favelas da cidade. Políticas públicas. Acusações. Segurança. Criminalização do funk.

Bloco 3: Organização e Território

História junto à organização do baile. Relação com a organização. Fases mais importantes na atuação da organização. Principais eixos da organização. Como atua na organização. Relação com a mídia. Fases da organização. Entraves legais. Relação com o Poder Público. Relação com o comércio de drogas. Relação com a comunidade. Relação com os artistas. Relação com os comerciantes. Fases da organização. Fase pré baile. Baile em execução. Fase pós baile. O que ninguém vê. Recursos. História com o território. Periferia. Favela. Morro. Quebrada. Asfalto. Identificação com o território. Se sente pertencente ou não ao território. Sua relação com o território. Contexto social. Contexto econômico. Contexto político. Contexto cultural. História do seu território. Aglomerado da Serra. Relação com o Aglomerado da Serra. O que é

ser um morar do Aglomerado. O que é não ser um morador do Aglomerado. Território e o baile funk.

Bloco 4: Futuro

Futuro do baile. Futuro do funk. Futuro da organização. Futuro da cultura. Futuro do lazer. Futuro das mulheres no funk. Futuro como mulher. Outras formas de resistência. Acesso à geração de renda por intermédio do baile.

ANEXOS

Anexo A – História do Baile da Serra

No Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, Minas Gerais, movimentos da cultura funk começaram a se estabelecer dentro das favelas por volta do ano de 1990. Esse movimento já era realizado pelo então Presidente e hoje dono da Rádio Autêntica FM, mais conhecida como Rádio Favela, Sr. Mizael. Tal história pode ser vista no filme “Uma Onda no Ar”.

Devido à falta de espaço e de lazer cultural, a juventude periférica começou a criar seus próprios espaços de lazer. Nas ruas do Aglomerado, os finais de semana ficaram mais interessantes a partir dessa época.

Nos finais de semana, reuniões de jovens com foco na curtição, chamadas por eles e elas de "Som" tornaram-se o movimento que mais concentrava jovens do Aglomerado. E não parou por aí, já que atraía e atrai também jovens de outras comunidades periféricas da cidade.

Uma população classificada como "Classe C", excluída e segregada, que não tinha acesso à tecnologia, passa a ter uma diversão, a sair do lugar de opressão e ter orgulho de levantar a cabeça.

As limitações impostas e vivenciadas dentro de casa e no asfalto são rompidas com alegria nos espaços públicos e comunitários do Aglomerado, o que fez o “Som” se tornar um movimento de liberdade. Mas grandes atuações policiais também começam nessa mesma época, com o mesmo “diálogo” de sempre: tiro, porrada e bomba!

A juventude resistiu, mudando de lugar e horário o “Som”. Começavam na madrugada de sábado e indo até o domingo de manhã, em locais pré-combinados, mas não divulgados, para a Polícia demorar a descobrir onde acontecia a diversão de uma grande parte da comunidade. Com essa mudança na organização, o nome do movimento também mudou pouco tempo depois, já que o ritmo mais tocado era o funk. O “Som” tornou-se "Baile Funk".

Infelizmente, as mudanças não estavam dando certo, pois várias pessoas começaram a sair feridas do “Som”. Com a polícia não havia diálogo. A favela não podia se expressar, muito

menos realizar eventos.

Depois de muito diálogo entre produtores e a Polícia Militar, surgiu o primeiro evento regularizado por meio de alvará. Mas ainda não para o baile funk em si, e sim para realização de outros eventos dentro do Aglomerado.

Porém, esse cenário se espalhou pelas mídias, mas não como um movimento de alegria e, sim, como ponto de encontro de “usuários e traficantes de drogas”. E a sociedade passou a acreditar nesse discurso. A cultura periférica, mais uma vez era criminalizada, tal como havia ocorrido com o samba, no início do século passado, e com o rap.

A partir disso, o Aglomerado começou a realizar seus eventos de forma regulamentada, uma ou duas vezes ao mês, até que, no ano de 2013, ocorreu um episódio de violência em um dos eventos e estes voltaram a ocorrer sem autorização da burocracia do Estado.

Nesse mesmo momento, foram surgindo vários produtores e produtoras culturais dentro do Aglomerado. O baile funk voltou com uma organização, cuja meta foi desvincular o funk de qualquer criminalidade. Com isso, os bailes começaram a acontecer semanalmente.

Com uma pequena produção e muito apoio da própria comunidade, no ano de 2017, o Dj Marcelo Mattos e a produtora cultural Cristiane Pereira -, a Kika, que já faziam parte dos mais diversos eventos que aconteciam- tais como Baile do Mariano, Baile do Serrão, Baile do Arara- passaram a produzir e construir um baile bem organizado. Foi nesse mesmo ano que surgiu o Baile da Binário, que teve 12 edições. Mas foi em sua 13ª Edição que ocorreu uma grande operação inesperada da polícia, que encurralou o baile quase todo. Um adolescente de 14 anos foi morto nesse dia.

Nesse período, a comunidade sentiu medo. Mães e pais passaram a não deixar seus filhos e filhas saírem para curtir, pois tinham medo de não voltarem para a casa. No entanto, a comunidade não se calou, fez uma manifestação na Praça 7, foi pra mídia denunciar o ocorrido. E foi nesse momento que várias pessoas do mundo jurídico, jornalistas, artistas e até mesmo moradores começaram a comprar essa briga.

A partir disso, surgiram novos movimentos. Um grupo de frequentadores e frequentadoras do

baile e um coletivo chamando Observatório do Funk reuniram-se em protesto e exigiram uma audiência pública da Câmara Municipal De Belo Horizonte para tratar do assunto. Através desse movimento criou-se um diálogo permanente com os órgãos competentes. Surgiu, assim, o baile com autorização estatal.

Esse ato de resistência cultural, visto de fora como um ato de má conduta, era – e ainda é - uma grande manifestação artística cultural política, um movimento pela liberdade dos corpos, das linguagens oprimidas. A cultura do funk continuou crescendo, mesmo em meio a bombas e tiros. O baile continua e virou referência para todas as periferias de Belo Horizonte.

O baile tomou outra proporção e vai além da diversão. Com direção geral, supervisão, advogados e advogadas, jornalista, assistente social, produtor de carreira e psicólogo, tornou-se incubadora de artistas periféricos. O baile já não é somente uma dança, mas também é importante espaço socio cultural.

Hoje, o Baile da Serra acontece aos domingos, levando essa arte renegada, que é o funk, como alternativa de transformação social para as pessoas. E vale ressaltar que hoje na comunidade o cenário mudou, o respeito começou a chegar. Os sonhos dos jovens já não é se tornar jogador de futebol e sim ser DJ, MC ou dançarino para levar ao palco sua realização.

Com essa nova visão do baile, que hoje é nomeado como Baile da Serra, carregando o título de Maior Baile Funk de Minas Gerais, criou uma grande efervescência cultural na capital, protagonizada pela FAVELA!

BAILE DA SERRA

ANEXO B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto

Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile Funk

1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa “**Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile Funk**”. Se decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. Você foi selecionado(a) em virtude de possuir características de interesse para a composição da amostra da pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a organização. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

2) Objetivo

O objetivo deste estudo é descrever e analisar as formas pelas quais gênero e subjetividades negras periféricas se manifestam no organizar do Baile da Serra.

3) Procedimentos do Estudo

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado(a) a responder questões e perguntas colocadas pelos pesquisadores. A entrevista será gravada e posteriormente, transcrita. Poderá também haver o registro de fotografias e filmagens. Posteriormente, as informações serão analisadas pelos pesquisadores. A identificação dos respondentes será sempre preservada.

4) Riscos e desconfortos

Você poderá ter receio de alguma informação fornecida aos pesquisadores seja negativamente interpretada, e que por isso sua posição seja ameaçada. De forma alguma os

pesquisadores possibilitarão a identificação dos respondentes, nem repassarão informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. Nosso objetivo não é julgar você ou suas opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente a questão relacionada ao organizar do Baile da Serra. Dificuldades são inerentes a esse processo e serão tratadas como tal, sempre com o objetivo de contribuir positivamente para seu aprimoramento. Você também poderá ter alguns desconfortos decorrentes do cansaço para conceder a entrevista ou constrangimentos para responder alguma pergunta, salientamos que qualquer desconforto pode e deve ser reportado ao pesquisador a fim de solucionar tal situação, não sendo nosso objetivo te causar qualquer desconforto ou constrangimento.

5) Benefícios

Sua participação na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas por esta pesquisa, você poderá aproveitar para refletir sobre esse processo, seu amadurecimento, as dificuldades já enfrentadas e superadas e aquelas que ainda constituem um desafio. Adicionalmente, você estará contribuindo para que a universidade avance a pesquisa nessa área, ainda tão incipiente no Brasil.

6) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo, sendo sua contribuição fundamental ao andamento deste estudo.

7) Caráter Confidencial dos Registros

Você não será identificado(a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas do questionário para a construção de uma análise global sobre **Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile Funk**, sobre a qual você foi entrevistado(a). Durante o trabalho de campo, este termo será feito em **duas vias**: uma para o participante da pesquisa e outra para ser arquivada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. As fotografias, vídeos e gravações, ficarão sob guarda dos pesquisadores, no núcleo de pesquisa que estão vinculados, por um período de 5 anos. Estes

apenas autorização o uso e manuseio do material escrito, e que não permitirão, em hipótese alguma a identificação dos entrevistados. Em caso de transcrição de partes da fala do(a) entrevistado(a), estes serão referidos por E1, E2.. ou codificação semelhante, para impedir sua identificação.

8) Participação

A coleta de dados dessa pesquisa será sempre realizada pelos pesquisadores responsáveis, que solicitarão aos entrevistados um horário para realização da entrevista. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que lhe forem dirigidas, sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações.

É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem quaisquer penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar ao pesquisador que esteja o atendendo. A recusa em participar ou a saída do estudo não influenciará suas relações particulares com nossa instituição.

9) Para obter informações adicionais

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone, e-mail e endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Coordenador da Pesquisa: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Gabinete 4073, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. E-mail: saraiva@face.ufmg.br Telefone: (31) 3409-7235. **Comitê de Ética em Pesquisa – COEP:** Unidade Administrativa II - 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-4592.

10) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma via deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistado deste estudo.

Autorizo a gravação e utilização de imagem para fins acadêmicos.

Autorizo.

Não Autorizo.

Nome do(a) participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que ele(a) compreendeu essa explicação.

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Data

Anexo C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Projeto

Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile Funk

1) Introdução

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa “**Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile Funk**”. Se decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. Você foi selecionado(a) em virtude de possuir características de interesse para a composição da amostra da pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a organização. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

2) Objetivo

O objetivo deste estudo é descrever e analisar as formas pelas quais gênero e subjetividades negras periféricas se manifestam no organizar do Baile da Serra.

3) Procedimentos do Estudo

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado(a) a responder questões e perguntas colocadas pelos pesquisadores. A entrevista será gravada e posteriormente, transcrita. Poderá também haver o registro de fotografias e filmagens. Posteriormente, as informações serão analisadas pelos pesquisadores. A identificação dos respondentes será sempre preservada.

4) Riscos e desconfortos

Você poderá ter receio de alguma informação fornecida aos pesquisadores seja negativamente interpretada, e que por isso sua posição seja ameaçada. De forma alguma os

pesquisadores possibilitarão a identificação dos respondentes, nem repassarão informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. Nosso objetivo não é julgar você ou suas opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente a questão relacionada ao organizar do Baile da Serra. Dificuldades são inerentes a esse processo e serão tratadas como tal, sempre com o objetivo de contribuir positivamente para seu aprimoramento. Você também poderá ter alguns desconfortos decorrentes do cansaço para conceder a entrevista ou constrangimentos para responder alguma pergunta, salientamos que qualquer desconforto pode e deve ser reportado ao pesquisador a fim de solucionar tal situação, não sendo nosso objetivo te causar qualquer desconforto ou constrangimento.

5) Benefícios

Sua participação na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas por esta pesquisa, você poderá aproveitar para refletir sobre esse processo, seu amadurecimento, as dificuldades já enfrentadas e superadas e aquelas que ainda constituem um desafio. Adicionalmente, você estará contribuindo para que a universidade avance a pesquisa nessa área, ainda tão incipiente no Brasil.

6) Custos/Reembolso

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo, sendo sua contribuição fundamental ao andamento deste estudo.

7) Caráter Confidencial dos Registros

Você não será identificado(a) quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas do questionário para a construção de uma análise global sobre **Gênero e Subjetividades Negras Periféricas no Organizar do Baile Funk**, sobre a qual você foi entrevistado(a). Durante o trabalho de campo, este termo será feito em **duas vias**: uma para o participante da pesquisa e outra para ser arquivada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG. As fotografias, vídeos e gravações, ficarão sob guarda dos pesquisadores, no núcleo de pesquisa que estão vinculados, por um período de 5 anos. Estes

apenas autorização o uso e manuseio do material escrito, e que não permitirão, em hipótese alguma a identificação dos entrevistados. Em caso de transcrição de partes da fala do(a) entrevistado(a), estes serão referidos por E1, E2.. ou codificação semelhante, para impedir sua identificação.

8) Participação

A coleta de dados dessa pesquisa será sempre realizada pelos pesquisadores responsáveis, que solicitarão aos entrevistados um horário para realização da entrevista. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que lhe forem dirigidas, sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações.

É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem quaisquer penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar ao pesquisador que esteja o atendendo. A recusa em participar ou a saída do estudo não influenciará suas relações particulares com nossa instituição.

9) Para obter informações adicionais

Você receberá uma via deste termo onde consta o telefone, e-mail e endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Coordenador da Pesquisa: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Gabinete 4073, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. E-mail: saraiva@face.ufmg.br Telefone: (31) 3409-7235. **Comitê de Ética em Pesquisa – COEP:** Unidade Administrativa II - 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-4592.

10) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma via deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistado deste estudo.

Autorizo a gravação e utilização de imagem para fins acadêmicos.

Autorizo.

Não Autorizo.

Nome do(a) participante (em letra de forma)

Assinatura do participante

Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível e que ele(a) compreendeu essa explicação.

Assinatura do pesquisador

Data